Vol. 6, N. 1, jan./dez. 2021

ISSN 2359-3865

REVISTA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

ÁREAS

EDUCAÇÃO

DIVERSIDADE

DIREITOS HUMANOS

Fundação Sousândrade
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA

ISSN 2359-3865

REVISTA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

REVISTA

CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

São Luís, v. 6, n.1, p.7 - p.168, jan./out. 2021

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Evangelina Maria Martins Noronha
Diretoria de Planejamento e Inovação: Raimundo Nonato Palhano Silva
Diretoria de Administração e Finanças: Luciana Maria Pinto Gurgel Rocha Cordeiro

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maria Alice Melo

Vice-Presidente: Roseli de Oliveira Ramos

Membros Titulares: Joelma Reis Correia, Lucyléa Gonçalves França, Roseli de Oliveira Ramos, Sílvia Tereza de Jesus Rodrigues Moreira Lima, Sirlene Mota Pinheiro da Silva, Veraluce da Silva Lima, Zartu Giglio Cavalcanti (UFMA), Davi de Araújo Telles (SECTI – MA), Fernando Antonio Guimarães Ramos, Maria Alice Melo, Paulo Augusto Emery Sachse Pellegrini (FSADU)
Membros Suplentes: Claudiane Santos Araújo. João Batista Ericeira, Maria José Albuquerque Santos, Maria Nilza Oliveira Quixaba, Sanatiel de Jesus Pereira, Walter Cezar Nunes (UFMA), Pedro Igor Nascimento da Silva (SECTI – MA), Clenia de Jesus Pereira dos Santos, João Batista Bottentuit Júnior, Ruy Palhano Silva, Sebastião Moreira Duarte (FSADU)

CONSELHO FISCAL
Presidente: Francisco Gilvan Lima Moreira

Membros Titulares: Ilmar Polary Pereira, Francisco Gilvan Lima Moreira, Paulo Roberto Roma Buzar
Membros Suplentes: José Francisco Belfort Brito, Darliane Ribeiro Cunha, Sérgio Sampaio Cutrim.

CONSELHO CONSULTIVO
Aymoré de Castro Alvim, Jhonatan Uelson Pereira Sousa de Almada, Lélia Cristina Silveira de Moraes, Lindalva Martins Maia Maciel, Solange Silva Buzar.

R454

Revista Científica e Tecnológica / Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA. – Vol. 1, n.1 2015 - . São Luís: Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, 2015.

Vol. 6, n. 1, 2021.

Anual.

ISSN: 2359-3865.

1. Ciência – Periódicos 2. Pesquisa científica 3. Pesquisa tecnológica

CDU 001(051)

REVISTA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

EXPEDIENTE
Editores: Profa. Dra. Maria do Rosário Guimarães Almeida, Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva e Prof. Dr. Zartu Giglio Cavalcanti
Normalização: Maria do Rosário Guimaraes Almeida
Projeto gráfico e diagramação: João Victor Lima da Costa

CONSELHO EDITORIAL
Prof. Dr. Cesar Augusto Castro - UFMA
Prof. Dr. Cristiano Mostarda - UFMA
Prof. Dr. Emanuel Pericles Salvador - UFMA
Profa. Dra. Joelma Reis Correia – UFMA
Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro - UFRJ
Profa. Dra. Maria do Rosário Guimarães Almeida - UFMA
Profa. Dra. Simone Bastos Vieira - UNB
Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva - UFMA
Prof. Dr. Zartur Giglio Cavalcanti – UFMA

COORDENAÇÃO E COMISSÃO CIENTÍFICA do III EMGES – Encontro Maranhense Sobre Gênero, Educação e Sexualidades & **I SICODE** – Simpósio Nacional Corpos e Diversidade na Educação.
Coordenação: Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva; Profa. Dra.Tatiane da Silva Sales; Profa. Dra. Raimunda Nonata da Silva Machado.
Comitê Científico: Prof. Ms. Alberto Magno Moreira Martins – GESEPE/UFMA; SEDUC-MA. Profa. Dra. Albiane Oliveira Gomes – PPGE/UEMA; Profa. Dra. Diomar das Graças Motta - GEMGe/PPGE/UFMA; Elizangela Sousa Amorim - NEPERGE/UFMA; Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura - GESEPE/UFMA-Imperatriz; Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes - GEMGe/PPGE/UFMA; Profa. Dra. Karla Cristina Silva Sousa - NEPERGE/UFMA; Profa. Dra. Kilza Fernanda Moreira de Viveiros – GEMGe/UFRN; Profa. Ms. Zeila Sousa de Albuquerque - GESEPE/GEMGe/UFMA; IFMA.
Endereço: Rua das Juçaras, Qd. 44 nº 28 - Renascença I
CEP: 65075-230 São Luís - MA
(98) 4009.1000
fsadu@fsadu.org.br

Tiragem desta edição:

OS ARTIGOS E DEMAIS TEXTOS DESTA REVISTA SÃO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES

SUMÁRIO

HOMENAGEM 7
APRESENTAÇÃO 8

ARTIGOS 11

RELAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: ESBOÇO DE UMA ANÁLISE DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS 12
Airan Fonseca Pereira
Sirlene Mota Pinheiro da Silva
PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA 28
Dayse Costa dos Santos
Elisangela Santos de Amorim
CORPO, DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: QUAL É O PROFESSOR QUE VAI PARA A ESCOLA? 41
Érica da Silva Pinto
Raimundo Nonato Assunção Viana
Rosyene Conceição Soares Cutrim
Mariana Fernandes Brito
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA DIVERSIDADE: A (DES)IGUALDADE QUE (NÃO)QUEREMOS 54
João Batista Monteiro Camargo
Anália Ferraz Rodrigues
ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE O TEMA DA HOMOSSEXUALIDADE EM LIVROS PARADIDÁTICOS DE SEXUALIDADE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO 71
Lucas Mendes Silva
Jackson Ronie Sá-Silva
Vitoria Raquel Pereira de Souza
Alderico Segundo S. Almeida
A HOMOSSEXUALIDADE EM LIVROS DE EDUCAÇÃO SEXUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO LUÍS – MA 89
Gabriel Felipe Serra de Sousa
Alderico Segundo Santos Almeida
Jackson Ronie Sá-Silva
ANÁLISE ACERCA DAS PERFORMANCES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE E ACOLHIMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS PLURAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO 108
Clara Elvira Vicente de Souza e Silva

UMA ANÁLISE DO PODCAST “FALA AÍ NUMAPE!" DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO MARIA DA PENHA/ UEPG.....120
Letícia Boratto Monteiro
Gabriel Biscaia Carneiro da Silva
Alessandra Pagliari
Maria Cristina Rauch Baranoski
PRINCESAS DA DISNEY: AVANÇO DO EMPODERAMENTO FEMININO AO LONGO DO TEMPO 131
Mirella Fernanda Nascimento
INSTAGRAM COMO VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS.....151
Crizante Simão Almeida
Marina Rodrigues da Silva Lopes
Isabela Garcias Barreto Silva
Jónata Ferreira de Moura

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS 165

HOMENAGEM DA REVISTA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE AOS 55 ANOS DA UFMA E AOS 35 ANOS DA RÁDIO UNIVERSIDADE

Há 39 anos foi concebida e criada a Fundação Sousândrade de apoio à UFMA (FSADU). A revista Científica & Tecnológica é um dos produtos acadêmicos da Fundação oferecidos à sociedade maranhense. Oportuniza à autores das mais variadas áreas científicas a publicação, divulgação e disseminação de suas produções acadêmicas, por meio de artigos científicos, relatos de experiências, resultados de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio de seu corpo técnico de editores, e a Presidente da Fundação Sousândrade, profa. Ma. Evangelina Noronha, a Revista Científica & Tecnológica da FSADU enaltece e parabeniza a UFMA, pelos seus 55 anos de relevantes serviços sociais e produtos acadêmicos prestados à sociedade maranhense e por ter conquistado a condição de patrimônio cultural maranhense.

O principal veículo disseminador das ações e notícias sobre a Sousândrade e a própria UFMA é a Rádio Universidade, que foi fundada há 35 anos. Sua relevância social é inquestionável, pois, atua determinadamente em prol da prestação de serviços relevantes à comunidade acadêmica da UFMA e à sociedade maranhense em geral.

Nessa oportunidade, do lançamento do volume 6, número 1 da Revista Científica & Tecnológica, registramos nossos cumprimentos à equipe técnica e auxiliares que dignificam e honram a UFMA e a Rádio Universidade com sua dedicação e qualificação inequívoca na construção e disseminação do saber acadêmico e na divulgação de relevantes informações científicas e sociais.

Conselho editorial

Profa. Dra. Maria do Rosário Guimarães Almeida Profa. Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva - UFMA Prof. Dr. Zartu Giglio Cavalcanti – UFMA.

Presidente

Profa. Ma. Evangelina Maria Martins Noronha

APRESENTAÇÃO

Essa Edição da Revista Científica e Tecnológica, da Fundação Sousândrade, apresenta alguns dos trabalhos apresentados no ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE (EMGES), 3, e no SIMPÓSIO NACIONAL CORPOS E DIVERSIDADES NA EDUCAÇÃO (SICODE), 1, ocorrido dos dias 16 a 19 de março de 2021, com o tema "CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES NO CAMPO EDUCACIONAL: Tensões e Desafios frente às Políticas Neoconservadoras". O evento foi realizado de forma virtual, considerando a pandemia do novo Coronavírus / COVID-19 e para esta publicação foram selecionados 10 artigos que foram apresentados em forma de comunicação oral, pela Plataforma Google Meet, em diferentes categorias (ensaios, relatos de experiência e resultados de pesquisas), cujas autoras e autores são provenientes de diferentes regiões do país.

O tema geral do EMGES, 3 & SICODE,1 insere-se no debate atual sobre os desafios vivenciados frente às políticas neoconservadoras, especialmente quando se trata dos gêneros e das sexualidades, bem como das visibilidades de minorias, reconhecendo a importância das vozes que falam por si e por um comum compartilhado, reivindicando direitos, quando e sempre que o contexto e a força das mediações as ameaçarem de silenciamentos.

No plural, os espaços de fala anunciam não somente a expressão e enfrentamento, mas um agenciamento de diversidades de forma interseccional, configurando-se como uma procura por direitos que não pode abandonar a importância das relações e dos afetos que caracterizam as lutas na contemporaneidade. Assim, na política dos lugares de fala aqui engendrada, resta-nos o gesto relacional dos encontros afetivos como reconhecimento dos corpos e dos espaços de luta de muitas vidas que resistem aos poderes,

reorganizando as dinâmicas da existência em contato, na inelutável articulação entre as diversidades, os direitos reivindicados e os afetos.

No final de 2010 e durante todo o ano de 2011, setores conservadores da sociedade brasileira e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra as discussões sobre gênero e diversidade sexual na Educação, e, na época, o Governo, cedeu às pressões. Um marco desse momento foi, no entender de Soares (2018, p. 34) "o veto aos materiais didáticos e às formações de professoras/es de todo o País no projeto ESH[1] [Escola sem Homofobia]".

Outro destaque que fazemos é a tramitação do Plano Nacional de Educação instituído em 2014 (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2017. No PNE (2014-2024), houve a exclusão dos termos **gênero**, **sexualidade**, **diversidade sexual** e **orientação sexual**, resultado de uma intervenção direta de setores mais conservadores da sociedade, criando uma espécie de pânico moral e uma ofensiva travada contra uma suposta dissolução dos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres e, consequentemente, da família nuclear e da sociedade. Do mesmo modo aconteceu com a BNCC, pois em sua versão final, os conceitos de gênero e orientação sexual foram retirados, evidenciando, assim, a tentativa de supressão das temáticas, já mencionadas acima, nas salas de aulas Brasil à fora.

---

1 O Projeto Escola sem Homofobia foi uma ação financiada pelo Ministério da Educação através de recursos aprovados por Emenda Parlamentar da Comissão de Legislação Participativa, é uma ação colaborativa de âmbito nacional idealizada e implementada por organizações da sociedade civil (ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, Pathfinder do Brasil, ECOS – Comunicação em Sexualidade e Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva), contando com a orientação técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – do Ministério da Educação. [Ele] visa contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro.

Este cenário nos impulsiona e nos põem na necessidade de promover discussões acerca da produção acadêmica e científica sobre relações de gênero e sexualidades na formação docente e em práticas educativas, e também sobre corpos, diversidade e direitos humanos no campo educacional como objetos de estudo e reflexão voltados à Diversidade Humana.

Por este prisma, foi realizado o EMGES,3 e o SICODE,1 sendo que ambos configuram-se a partir da iniciativa do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE), vinculado ao Departamento de Educação I da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe/UFMA) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e de Gênero (NEPERGE/UFMA).

Estes eventos tiveram como intuito combater as variadas formas de sexismos e violências que são produzidas em nossos cotidianos, além de congregar e oportunizar espaços de socialização de experiências entre professores/as, estudantes e pesquisadores/as sobre a Diversidade de Gênero, das Sexualidades e dos Corpos na Educação. Suas contribuições se arranjam na presente edição com artigos voltados à discussão dos direitos humanos, destacando-se a **Diversidade de Gênero, das Sexualidades e dos Corpos na Educação**.

Jónata Ferreira de Moura[2]

Sirlene Mota Pinheiro da Silva[3]

---

2 Doutor em Educação. Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz. jf.moura@ufma.br
3 Doutora em Educação (FEUSP). Profa. Departamento de Educação I (UFMA). sirlene.ufma@gmail.com

ARTIGOS

RELAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: ESBOÇO DE UMA ANÁLISE DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Airan Fonseca Pereira[1]
Sirlene Mota Pinheiro da Silva[2]

RESUMO

O estudo aqui exposto foi desenvolvido no Plano de Trabalho do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e integrou o projeto de pesquisa "A construção das relações de gênero e da sexualidade no cotidiano escolar" operacionalizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas – GESEPE. Objetiva analisar produções acadêmicas voltadas às relações de gênero na formação docente, publicadas em bancos de dados de pesquisas nacionais, destacando-se o Banco de Teses da Capes, o Banco de Teses e Dissertações TEDE da UFMA, publicações do GT 23, Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd e artigos publicados na Plataforma SciELO, como forma de reunir e aprofundar o conceito de gênero, por meio do levantamento e análise das publicações selecionadas. Foi possível elucidar sobre as vivências/desafios e o conhecimento produzido sobre as relações de gênero na formação docente, sendo este estudo um complemento de um projeto ainda vigente, com o objetivo de focar nas relações de gênero e por meio dos resultados parciais encontrados, possibilitou o início de uma construção de ferramentas para práticas pedagógicas pautadas na formação docente sobre relações de gênero.
Palavras-chave: relações de gênero; formação docente; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

The study exposed here was developed in the Work Plan of the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships (PIBIC) of the Federal University of Maranhão (UFMA) and integrated the research project "The construction of gender relations and sexuality in school daily life" operationalized by the Study and Research Group on Gender and Sexuality in Educational Practices - GESEPE.

---

1 Discente do Curso de Pedagogia da UFMA. Membro do GESEPE/UFMA. E-mail: airan.fonseca@discente.ufma.br
2 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora Adjunta do Departamento de Educação I da UFMA. Coordenadora do GESEPE/UFMA. E-mail: sirlene.mota@ufma.ufma.br

It aims to analyze academic productions focused on gender relations in teacher education, published in national research databases, with emphasis on the Capes Thesis Bank, UFMA's Thesis and Dissertations Bank, publications of GT 23, Gender, ANPEd's Sexuality and Education and articles published on the SciELO Platform, as a way of gathering and deepening the concept of gender, through the survey and analysis of the selected publications. It was possible to elucidate the experiences / challenges and the knowledge produced about gender relations in teacher education, this study being a complement to a project still in force, with the objective of focusing on gender relations and through the partial results found, made it possible the beginning of building tools for pedagogical practices based on teacher training on gender relations.
Key Words: Person Centered Approach. ACP. Meeting. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Pesquisa "A construção das relações de gênero e da sexualidade no cotidiano escolar", foi iniciado em 2018 sob proposição da Prof.ª Dr.ª Sirlene Mota da Silva da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, objetivando, dentre outros, realizar análises de produções acadêmicas, científicas e de práticas docentes sobre estudos de gênero e sexualidade a fim de desenvolver atividades pedagógicas como minicursos e oficinas voltadas para formação de docentes das escolas do Maranhão.

Dessa forma, os estudos aqui descritos visam aprofundar a temática "relações de gênero na formação docente" a fim de contribuir com o projeto de pesquisa do qual faz parte e formar um banco de dados através do levantamento e seleção de artigos, dissertações e teses publicados em vários meios e ferramentas acadêmicas, destacando-se o Catálogo de Teses & Dissertações Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); dissertações publicadas Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMA (TEDE); os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho (GT) 23, Gênero e Sexualidade na Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e artigos publicados na Plataforma *Scientific Electronic*

Library Online (SciELO), com o intuito de construir uma base de informações a respeito do tema central, buscando as vivências e desafios na formação docente e nas relações de gênero.

O espaço escolar foi, e ainda é construído como um ambiente de reprodução social de diversas formas de violências, como a violência simbólica, as discriminações de gênero, de classe, os racismos, dentre outras. E um dos meios pelo qual essa materialização acontece é na formação docente, irrigada por discriminações e valores estereotipados, distorcidos e enraizados nas fundações de instituições que apenas reproduzem tais violências, pautadas por um Estado que promove políticas públicas ultrapassadas que visam apenas ressignificar o preconceito.

Compreendemos a escola como um espaço sociocultural em que as diferentes identidades se encontram e se modelam, caracterizando-se, portanto, como um dos lugares mais importantes para se educar com vias ao respeito à diferença. Daí a importância de se desenvolver o projeto de pesquisa "A construção das relações de gênero e da sexualidade no cotidiano escolar", como forma de contribuir na formação de docentes para que saibam trabalhar com seus discentes tais temáticas em suas variadas formas e transversalmente.

Por entendermos que em uma pesquisa vivemos sempre em "situações de incertezas" ao percorrer os caminhos de reflexão acerca das temáticas a serem estudadas sobre gênero na formação e nas práticas escolares, percebemos que tais questões não devem ser encaradas como meras mediadoras do processo de ensino e aprendizagem, mas, sim, como práticas atravessadas por mecanismos que constituem posições do sujeito, normatividades, diferenças, desigualdades, preconceitos e discriminações. Dessa forma, optou-se por adotar uma pesquisa do tipo quanti-qualitativa, tomando como caminhos a serem percorridos: realização de leituras e discussão de textos que tratam sobre relações de gênero,

como forma de apreender a construção dos principais conceitos e categorias relacionados à temática estudada ˜Relações de gênero na formação docente", por meio de levantamento e seleção das produções analisadas; mapeamento e organização de quadros sinóticos com as principais informações das produções selecionadas; análise dos dados e informações, destacando-se os principais desafios vivenciados nas pesquisas.

Após as etapas anteriores, organizamos a escrita deste trabalho, em quatro partes, iniciando-se por essa introdução na qual se apresenta o tema, a problemática e os objetivos dessa pesquisa, expondo em seguida o desenvolvimento utilizado na construção desse projeto e finalizando com a descrição dos resultados parciais e conclusões a que se foram chegadas.

2 RELAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO

O atual contexto histórico nos obriga a perceber as constantes transformações que se processam cotidianamente na sociedade. Esse quadro aumenta as exigências em relação à educação/formação e, consequentemente, no que se refere ao profissional da educação e sua prática docente. Pensar formação e as práticas escolares nessa sociedade em constante mudança exige reflexão sobre a função social da escola e da prática cotidiana do professor e da professora em sala de aula.

A promoção de políticas públicas educacionais de enfretamento ao preconceito e à discriminação demanda, de um lado, medidas de ampliação do acesso e melhoria da qualidade do atendimento aos grupos historicamente discriminados como: negros/as, indígenas, mulheres, homossexuais. De outro, são necessárias ações que visem educar a sociedade para o respeito e a valorização da diversidade e para o combate à discriminação.

Sobre o desenvolvimento do conceito de gênero e o trabalho com questões referentes ao mesmo no espaço escolar, ainda hoje, constitui-se em tema bastante instigante e, por isso, muitos/as docentes recusam-se ou apresentam limitações em abordá-las na sala de aula, silenciando-se ou utilizando-se de "discursos de verdades", construídos a partir de representações individuais e coletivas que acabam por contribuir com a legitimação de estereótipos sexistas, com a falta de criticidade em relação a temática, dentre outras construções. Em relação aos preconceitos no espaço escolar, destacamos:

> A situação do preconceito na educação brasileira apresenta altos índices de incidência no ambiente escolar, como demonstra a recente pesquisa realizada sobre preconceitos e discriminação na escola, analisando a abrangência e a incidência do preconceito e discriminação com os seguintes recortes e resultados gerais: Deficiente – 96,5%, étnico-racial – 94,2%, gênero – 93,5%, geracional – 91%, socioeconômico – 87,5%, orientação sexual – 83,3% e territorial – 75,9%. (FERREIRA *et al*, 2010, p. 198).

Entendemos que na quantificação de dados da realidade, os resultados podem representar elementos importantes para uma reflexão sobre as representações do preconceito e da discriminação, pois muitas vezes atitudes preconceituosas presentes no cotidiano não são devidamente analisadas, conforme acrescenta Ferreira (2010). O entendimento de que o preconceito é aprendido e de que por mais que existam fatores condicionantes, eles não são determinantes, constituem-se em uma das razões pelo estudo proposto, pois como ressalta Hobsbawm (1981, p. 52-53), "podemos fazer ao presente qualquer pergunta que seja possível responder, se bem que quando chegar a resposta e se tomar nota dela, a rigor já pertencerá ao passado, o presente e o futuro formam um contínuo".

Com isso, esperamos que o levantamento de produções acadêmicas realizado, vinculado à pesquisa desenvolvida pelo GESEPE, contribua com os

estudos de gênero e da sexualidade, no cenário local e estadual, mobilizando docentes, que atuam com crianças e jovens na consolidação do debate, em que a temática "gênero e sexualidade" seja premissa constitutiva, pois consideramos a escola como um dos espaços adequados para tal.

No decorrer das atividades desenvolvidas através do grupo de pesquisa GESEPE, um dos pontos chaves foi e vem sendo a criação de um dicionário de conceitos que tem como objetivo reunir definições e conceituações de termos relacionados à temática de gênero e sexualidade, com a finalidade de construir e disponibilizar o dicionário para formação docente e público em geral. Dentre os termos trabalhados estão Identidade/Diversidade sexual e "Ideologia de Gênero":

- **Identidade Sexual/Orientação Sexual:** "[...] se constitui 'através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as' sendo mais comum hoje o uso da terminologia Orientação Sexual" (LOURO, 2003, p. 26).
- **Diversidade sexual:** "[...] segundo a cartilha da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Governo de São Paulo (2018), são 'as infinitas formas de vivência e expressão da sexualidade", assim, não somente como as práticas sexuais, mas como todos os elementos que compõem a sexualidade humana, de forma ampla, ou seja, nossas vivências (sendo elas sexuais ou não).
- **Ideologia de gênero:** cunhado pela Igreja Católica em resposta ao movimento feminista, sobre a afirmação de que a luta feminista atinge a tradicional família cristã, hoje difundida e pregada por grupos conservadores (MATARAZZO; GONÇALVES, 2019).

O acesso a esses termos possibilitam-nos uma maior compreensão da temática abordada, ampliando a visão e o conhecimento do/a leitor/a, como afirma LOURO (2003, p.27) que "o que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento"

e assim, permitindo a desconstrução de possíveis preconceitos, estereótipos, discriminações que são difundidas por falta de conhecimento, pelo senso comum, pelas normatizações sociais e/ou através de práticas pedagógicas embasadas em políticas públicas entendidas como arcaicas e não inclusivas.

A seguir apresentamos um esboço do quantitativo de produções encontradas e selecionadas para análise.

3 GÊNERO E SEXUALIDADE NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: "ESBOÇO DE UMA ANÁLISE"

Uma das etapas centrais da pesquisa foi o levantamento de dados realizado nos principais bancos de dados virtuais acadêmicos: CAPES; ANPEd; SciELO e TEDE/ UFMA. Realizou-se um recorte parcial que foi utilizado na filtragem, compreendendo publicações do período de 2010 a 2019, principalmente das plataformas da CAPES E SciELO, onde é possível fazer esse tipo de distinção com mais fluidez, com o intuito de que no final da coleta obtenha-se mais precisão dos resultados buscados.

Na Tabela 1 a seguir, apresentamos o quantitativo referente à filtragem utilizando o termo "Relações de Gênero na Formação Docente", juntamente com os filtros relacionados à educação, na plataforma da CAPES.

Tabela 1 – Quantidade de produções encontradas inicialmente no Banco de Teses da CAPES

TIPO DE PRODUÇÃO	QUANTITATIVO
DISSERTAÇÕES	40.781
TESES	13.538

Fonte: Organizado pelo/a autor/a (2020).

Na primeira tabela a busca foi efetuada, a princípio, com a temática exposta nessa pesquisa "Relações de gênero na formação docente", visando explorar a relação do tema com assuntos interligados a educação de forma geral,

no entanto apresentou-se nessa primeira filtragem, um apanhado volumoso de arquivos que eventualmente seriam difíceis de filtrar posteriormente. Por isso, optamos por realizar nova filtragem, conforme apresentadas na tabela 2, com o quantitativo de produções com uma filtragem mais detalhada, utilizando o termo "relações de gênero na formação do docente" (ou apenas a palavra gênero), juntamente com filtros relacionados à formação docente, realizadas em diferentes Plataformas.

Tabela 2 – Quantidade de produções encontradas em diferentes Plataformas

PLATAFORMA	**QUANTITATIVO**
CAPES	143
ANPEd	137
SciELO	10
TEDE (UFMA)	171

Fonte: Organizado pelo/a autor/a (2020).

É possível observar, uma notável mudança nos números relacionados à plataforma CAPES, sendo destacada uma redução brusca de publicações para 143. Feita a observação, foi utilizado o mesmo método para as outras plataformas, visto que a redução foi na mesma proporção. Assim, para se realizar esse levantamento inicial, seguiu-se semelhantes filtragens nas plataformas/banco de dados de forma a tentar captar quais trabalhos estão de fato relacionados à temática central. Na tabela seguinte, apresentamos o quantitativo referente à segunda filtragem detalhada da temática "relações de gênero na formação docente" através da seleção de resumos (teses e dissertações em sua maioria):

Tabela 3 – Quantidade de produções selecionadas em diferentes Plataformas

PLATAFORMA	**QUANTITATIVO**

CAPES	143
ANPEd	24
SciELO	2
TEDE (UFMA)	15

Fonte: Organizado pelo/a autor/a (2020).

Nesse próximo momento, focou-se na leitura dos títulos das publicações a fim de captar suas relações com temática central, buscando ligações com a prática docente e sua formação. Para filtragem utilizamos o critério a fim de analisar as publicações sobre a temática entre os anos de 2010 a 2019, destacando-se apenas às que mais se aproximavam de nosso objeto de estudo, das quais, foram analisadas um total de 184 produções, sendo 143 selecionadas no Banco de Teses da Capes; 24 apresentadas no GT 23 "Gênero, Sexualidade e Educação" da ANPEd; duas na Plataforma Scielo e 14 na Biblioteca Virtual TEDE/UFMA, conforme apresentados nos quadros seguintes, seguidos de breves discussões.

Quadro 1: Produções selecionadas no Banco de Teses da CAPES

ANO DE PUBLICAÇÃO	**AUTORIA**	**INSTITUIÇÃO**
2017	CLAUDETE IMACULADA DE SOUZA GOMES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
2018	DIEGO DUARTE RIBEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
2015	ADRIANA CORREA DE FREITAS	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2016	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fonte: Organizado pelo/a autor/a (2020).

Ao avaliar uma das dissertações acima, intitulada "O Colégio Municipal Amaral Peixoto e seus professores frente às questões de gênero e inclusão a partir década de 1990", de Adriana Correa de Freitas (2015) encontramos uma análise de como a docência, desempenhada por mulheres é percebida dentro do "Colégio Municipal Amaral Peixoto", objetivando problematizar como as representações dos papéis femininos foram sendo construídas na instituição e, também, "investigar as implicações do conceito de gênero no exercício da docência das professoras no Ensino Fundamental, na Educação de jovens e adultos e na atuação das professoras de apoio" como diz a autora (FREITAS, 2015).

No desenvolvimento do estudo, a autora realizou um mapeamento, selecionando e analisando documentos (como livros de registros da supervisão, censo escolar, fichas cadastrais dos docentes, entre outros), juntamente com entrevistas com docentes, ex-alunos, responsáveis do mesmo, dirigentes e profissionais da instituição estudada, almejando elucidar as questões propostas.

Podemos perceber que nessa e em outros estudos, a importância de analisar as relações de gênero no ambiente escolar e de como a mecânica de certas concepções, localizadas nas estruturais sociais, por consequência, e escolares, podem refletir na vivência da docência.

No quadro seguinte, apresentamos as produções selecionadas no site da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação – ANPED, no Grupo de Estudos (GE) 23 – Gênero, Sexualidade e Educação, seguido de breve análise.

Quadro 2: Produções selecionadas no GT 23 da ANPED.

ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORIA	INSTITUIÇÃO
2012	MÁRCIA BUSS-SIMÃO	UFSC
2013	ROBERTA DE OLIVEIRA MAISATTO	UFMS
2013	TAISA DE SOUSA FERREIRA	UEFS
2013	NEIL FRANCO / GRAÇA APARECIDA CICILLINI	UFMT / UFU

Fonte: Organizado pelo/a autor/a (2020).

No quadro acima, um dos artigos com o título "Professoras Travestis E Transexuais Brasileiras E Seu Processo De Escolarização: Caminhos Percorridos E Obstáculos Enfrentados", de Neil Franco (2013) e Graça Aparecida Cicillini (2013) visa contextualizar os desafios enfrentados por professoras trans brasileiras durante seu processo de inserção na docência. Como complemento de uma tese já concluída, o objetivo é problematizar sobre indicativos de que a presença de professoras transexuais provocaria desestabilização no contexto escolar no qual atuam.

Na metodologia utilizada no estudo, os autores optaram, foi embasar a pesquisa em análises de fontes bibliográficas e documentais, também, em entrevistas e questionários, mas principalmente nos princípios da teoria *queer*. Concluindo-se, que formar docentes trans é um caminho tortuoso, cheio de enfrentamentos e resistência, desde o ensino básico até o superior, comprovando que a heteronormatividade é presente e que a inclusão delas nesse contexto efetiva o direito de institui-se humano. Logo, observamos que certas inserções,

colocadas, em conjunto, com certos conceitos e/ou concepções podem ajudar a desmistificar alguns preconceitos, discriminações e estereótipos, apresentados dentro do contexto certo, pode desenvolver-se uma problematização construtiva.

Em seguida apresentamos as produções selecionadas na Plataforma Scielo, com nossos breves comentários.

Quadro 3: Principais informações das produções selecionadas na Plataforma SciELO.

ANO DE PUBLICAÇÃO	**AUTORIA**	**INSTITUIÇÃO**
2020	DAIANE BERTASSO; FERNANDA NASCIMENTO; JESSICA GUSTAFSON	REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS - UFSC
2018	DIANA VIDAL; RAFAELA RABELO	REVISTA EDUCAÇÃO E PESQUISA - USP

Fonte: Organizado pelo/a autor/a (2020).

Uma das duas revistas acima, nomeada "Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada", Daiane Bertasso (2020), Fernanda Nascimento (2020) e Jessica Gustafson (2020) apresentam o surgimento da disciplina "Jornalismo e Gênero" no curso de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), debatendo sobre a necessidade da temática na formação jornalística. Relatando a superficialidade de como é discutido o tema ainda no meio, apesar de enfatizar a urgência de reformulação das práticas da profissão, em relação aos profissionais e o ensino. Tecendo algumas considerações sobre a nova experiência, discutindo sobre os avanços, desafios, contribuindo para o crescimento de conhecimento sobre os temas de gênero no jornalismo. Percebemos nesse artigo, o quão a temática

"Gênero" é agregadora em qualquer contexto, por mais distinto que ele seja. Transformador e construtivo, apesar de apresentar desafios no caminho, que é algo normal, se imaginarmos o meio no qual ela foi introduzida, ainda muito machista e sexista. Porém, é uma ótima oportunidade para pôr em prática a desconstrução. Por fim, apresentamos as produções selecionadas na Biblioteca virtual da UFMA, voltadas às relações de gênero na educação.

Quadro 4: Algumas das produções selecionadas no Tede/UFMA

ANO DE PUBLICAÇÃO	**AUTORIA**	**PROGRAMA DE PÓSGR**
2018	JOELMA RAMOS SEREJO SILVA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA/CCH
2018	THALITA DE FÁTIMA ARANHA BARBOSA SOUSA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/CCSO
2012	JANETTE MARIA FRANÇA DE ABREU	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/CCSO
2012	WALKIRIA DE JESUS FRANÇA MARTINS	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/CCSO

Fonte: Organizado pelo/a autor/a (2020).

A Dissertação intitulada "Gênero e sexualidade na formação docente: uma análise no curso de pedagogia da Ufma-São Luís", de Walkiria De Jesus França Martins (2012) objetivou analisar o currículo e de como é vista a temática de gênero e sexualidade no processo de formação docente, investigando o tema a partir da sua concepção e desenvolvimento curricular no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, com a finalidade de

destacar a contribuição teórica na formação inicial do pedagogo/a. Metodologicamente, foi realizado pela autora, um levantamento bibliográfico e de documentos regulamentadores da formação do/a pedagogo/a no cenário nacional e local. Assim, o estudo coloca em cena discursos formativos que secundarizam as temáticas de gênero e sexualidade, como áreas do conhecimento e da formação humana. Destacando a necessidade desses temas na formação dos sujeitos, possibilitando a emancipação de outros. A pesquisa referida traz uma problematização recorrente em nossos estudos, afirmando o quanto é fundamental que tais temas sejam abordados dentro do contexto educacional, especialmente na formação dos educadores, proporcionando uma essencial desconstrução.

Podemos ver que esse levantamento é imprescindível para a realização dos nossos estudos, mostrando o valor agregador que ele possui, com discussões diversas sobre a temática. A construção desse banco de dados nos possibilitará efetuar o objetivo de pesquisa, trabalhar e compreender a construção desses conceitos e sua abordagem na docência, visando transformar as práticas pedagógicas vigentes na nossa formação.

4 ALGUMAS (IN) CONCLUSÕES

A estudo intitulado "Relações de gênero na formação docente" sintetizada nesse trabalho faz parte de um projeto maior intitulado "A construção das relações de gênero e da sexualidade no cotidiano escolar" e tem como objetivo reunir e aprofundar o conceito de gênero através de estudos bibliográficos sobre o tema, realizando o levantamento das publicações sobre a temática no Brasil em quatro das principais plataformas de banco de dados (CAPES; ANPEd; SciELO; TEDE – UFMA) e colaborando com a construção de um dicionário conceitual, em colaboração com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas - GESEPE.

Esses resultados parciais são os primeiros frutos de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, que tem como meta idealizar e desenvolver um projeto de formação de professores, sendo este um curso de aperfeiçoamento, que relacione a diversidade, relações de gênero e sexualidades; produzindo assim, práticas pedagógicas focadas na transformação de conceitos e preconceitos que foram e ainda são pautados em políticas públicas que entendemos serem ultrapassadas, difundindo outros conhecimentos que visam ser inclusivos no que se refere aos diversos e diferentes corpos, gêneros e sexualidades, consequentemente buscando meios para a quebra de estereótipos e o rompimento de preconceitos e discriminações.

REFERÊNCIAS

BERTASSO, Daiane; NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jessica. **Jornalismo e gênero:** a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada. SciELO, 2020. Disponível em: https://search.scielo.org/?lang=pt&count=15&from=0&output=site&sort=&format=summary&fb=&page=1&q=+Jornalismo+e+gênero%3A+a+emergência+de+uma+disciplina+e+um+relato+de+docência+compartilhada. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Relatório de Gestão**: exercício 2009. Brasília: SEDAC/MEC, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, DF: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres**. Brasília, 2008.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Pedagogia e memória: um diálogo necessário. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Dias (orgs.). **Direitos humanos na educação superior**: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. 185-204

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. **Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização:** caminhos percorridos e obstáculos enfrentados**.** ANPEd, 2013. Disponível em: https://anped.org.br/biblioteca/item/professoras-travestis-e-transexuais-brasileiras-e-seu-processo-de-escolarizacao. Acesso em: 27 set. 2020.

FREITAS, Adriana Correa de. **O Colégio Municipal Amaral Peixoto e seus professores frente às questões de gênero e inclusão a partir década de 1990**. 2015. Dissertação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3023376. Acesso em: 27 de set. de 2020.

HOBSBAWM, Eric John. Com la vista puesta em el mañana: la historia y el futuro. In**: Sobre la historia**. Barcelona: Crítica, 1981.

LOURO, Guacira. A construção escolar das diferenças. In: **Educação, Sexualidade e Educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Vozes, 2003.

MARTINS, Walkiria De Jesus França. **Gênero e sexualidade na formação docente:** uma análise no curso de pedagogia da UFMA-São Luís. 2012. Dissertação. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/227 . Acesso em: 27 de set. de 2020.

MATARAZZO, Renata; GONÇALVES, Gabriela. **Saiba como o termo 'ideologia de gênero' surgiu e é debatido**. G1, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/saiba-como-o-termo-ideologia-de-genero-surgiu-e-e-debatido.ghtml. Acesso em: 27 de set. de 2020.

PEREIRA, Maria Elisabete, ROHDEN, Fabiola (orgs). **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e cidadania LGBT**. 3ª ed. São Paulo: SJDC/SP, 2018. 47 p. Disponível em: https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Cartilha-3a-Edição-Final.pdf. Acesso em: 27 de out. de 2019.

PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Dayse Costa dos Santos[1]
Elisangela Santos de Amorim[2]

RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento de Mestrado Profissional em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem como tema "Professoras da Educação Infantil e seus desafios para uma educação antirracista". O objetivo geral está relacionado a investigar as experiências e práticas de Professoras(es) de Educação Infantil que embasam o seu trabalho para uma educação antirracista em uma Escola Pública da Rede Municipal de São Luís-MA. A metodologia desta investigação tem por fundamento o enfoque qualitativo, com o tipo de pesquisa Estudo de caso. Teremos como referenciais teóricos autoras(es) como Munanga (2005), Cavalleiros (2005), Gomes (2012), Ribeiro (2017;2019) e outras(os). Como resultado desta pesquisa, esperamos contribuir na construção de uma educação antirracista na Educação Infantil e promover ações dentro da escola que valorizem a diversidade e o respeito às diferenças, abrangendo todos os envolvidos no processo educacional.
Palavras-chave: diversidade; antirracismo; formação; professoras(es).

ABSTRACT

This article is part of an ongoing research for a Professional Master's in Education, linked to the Postgraduate Program in Management of Basic Education Teaching (PPGEEB) at the Federal University of Maranhão (UFMA). Its theme is "Teachers of Early Childhood Education and its challenges for an anti-racist education". The general objective is related to investigating the

[1] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís - MA, E-mail: dayse.costa@discente.ufma.br.

[2] Doutora em Ciências Humanas - Estudos de Gênero - PPGICH/UFSC, Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís - MA, E-mail: es.amorim@ufma.br.

experiences and practices of Early Childhood Education Teachers (es) that base their work for an anti-racist education in a Public School of the Municipal Network of São Luís-MA. The methodology of this investigation is based on a qualitative approach, with the case study type of research. We will have as theoretical references authors (such as Munanga (2005), Cavalleiros (2005), Gomes (2012), Ribeiro (2017; 2019) and others (os). As a result of this research, we hope to contribute to the construction of an anti-racist education in Early Childhood Education and to promote actions within the school that value diversity and respect for differences, covering all those involved in the educational process.
Key Words: diversity; anti-racism; teacher; training (s).

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um país com diferentes culturas que se refletem no cotidiano escolar. Assim, a diversidade na escola precisa ser dialogada, para que se crie um espaço plural com pessoas que não reproduzam os preconceitos existentes.

Nesse contexto, é na fase da infância que as crianças começam a conhecer seus corpos, suas semelhanças e diferenças entre elas. Em determinado momento da infância, começam a ter autonomia de suas preferências, já escolhem suas brincadeiras e com quem brincar. Nessa etapa, é primordial que as(os) professoras(es) dialoguem em sala de aula os assuntos relacionados a diversidade e pertencimento racial, abrangendo não só as crianças, mas toda comunidade e família.

Nesse sentido, o presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento de Mestrado com a seguinte temática: "Professoras da Educação Infantil e seus desafios para uma educação antirracista". Esta pesquisa está relacionada aos desafios do antirracismo e da diversidade das populações Afro-brasileira e Africana.

Diante de situações racistas em sala de aula, as(os) professoras(es) têm uma função essencial, entretanto, na nossa realidade, ainda faltam

professoras(es) capacitadas(os) para tal demanda. Sendo assim, nem todas(os) as(os) docentes têm a formação específica para trabalhar com temas voltados à diversidade, e essa falta de preparo acaba comprometendo a finalidade do nosso ofício, que é formar cidadãos responsáveis e que não reproduzam os preconceitos que estão inseridos na nossa sociedade (MUNANGA, 2005).

A Lei de Diretrizes e bases de n.º 10.639/2003 promove a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, e estabelece que os profissionais da educação operem para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais nos espaços escolares. Dessa maneira, é importante ressaltar que a Lei de n.º 10.639/2003 foi uma conquista de lutas e reivindicações do Movimento Social Negro e de educadoras(es) engajadas(os) com o combate a qualquer tipo de preconceito ou discriminação racial.

Em junho de 2004, o Conselho Nacional de Educação, na Resolução n.º 01, de 17 de junho/2004, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-brasileira e Africana. Apesar da legislação e de toda obrigatoriedade e condição que a Lei impõe, a educação, para as relações étnico-raciais, ainda enfrenta muitos desafios, seja na formação de professoras(es) ou em sua implantação nas escolas públicas e privadas. Com a criação da legislação, o desafio passa ainda a ser mais complexo para um país meramente desigual, como o Brasil.

Concordamos com Munanga (2005, p.18) ao afirmar que

> [...] não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz 9 perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as

> representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade. Considerando que esse imaginário e essas representações, em parte situados no inconsciente coletivo, possuem uma dimensão afetiva e emocional, dimensão onde brotam e são cultivadas as crenças, os estereótipos e os valores que codificam as atitudes, é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. Enfim, capazes de deixar aflorar os preconceitos escondidos na estrutura profunda do nosso psiquismo.

Dessa maneira, a pesquisa em andamento de Mestrado tem por objetivo geral investigar as experiências e práticas de Professoras(es) de Educação Infantil que embasam o seu trabalho para uma educação antirracista em uma Escola de Educação Básica da Rede Municipal de São Luís-MA.

Por meio do objetivo geral, levantou-se os seguintes objetivos específicos da nossa investigação: averiguar, através da Secretaria Municipal de Educação de São Luís-MA, se existem ou como são realizadas as formações pedagógicas de Professoras(es) de Educação Infantil com propostas voltadas a valorização da diversidade étnico-racial Afro-brasileira e Africana, conforme orientações da Lei n.º 10.639/2003; analisar se a escola investigada apresenta propostas que trabalham a cultura da África e Afro-brasileira na Educação Infantil com práticas direcionadas para uma educação antirracista e diversa; compreender quais são os limites e os desafios de trabalho das(os) professoras(es) da Educação Infantil, para o desenvolvimento de uma educação antirracista; e produzir um caderno de orientações didáticas de valorização da cultura Africana e Afro-brasileira com propostas de formações às(aos) professoras(es) para a prática de uma educação antirracista na Educação Infantil.

Diante desse quadro, levantamos a seguinte problemática da nossa investigação: Como ensinar a História e Cultura da África e dos Afrodescendentes no âmbito de uma escola que se constituiu e vivencia o racismo

e como são realizadas as formações de professoras(es) da Educação Infantil para uma educação antirracista e diversa?

Para Imbernón (2011), a formação continuada favorece o aprimoramento profissional docente e deve estabelecer uma formação permanente, o qual ocorre na trajetória de professoras(es) ao longo de sua vida, sendo essencial para estabelecer habilidades, conhecimentos e atitudes reflexivas sobre a realidade social.

O interesse de pesquisar sobre essa temática está atrelado ao contexto histórico-social da pesquisadora, à sua história de vida, acadêmica ou profissional. Sendo assim, a inspiração pela Educação Infantil está ligada a formação profissional da pesquisadora como professora dessa etapa da educação básica da Rede Municipal de São Luís-MA.

À luz do exposto, o interesse pelo campo das relações étnico-raciais despertou os estudos do Grupo de Investigação e Estudos Afro-brasileiros e Africanos (GIPEAB/UFMA) em 2016. Além disso, encontramos também no Grupo de Pesquisa em Feminismo Decolonial e Formação de Professoras (UFMA), no ano de 2020, uma possibilidade de dialogar com outras perspectivas que mostram a necessidade de produzir a história a partir da visão do colonizado e não mais do colonizador.

O presente artigo está dividido da seguinte forma: na introdução, abordamos o tema do artigo e a problematização da pesquisa, assim como os objetivos a serem alcançados, em seguida, no desenvolvimento, trouxemos o histórico da investigação com referenciais teóricos. Em diante, a metodologia da pesquisa com os percursos metodológicos da investigação e finalizamos com uma breve conclusão sobre o trabalho em andamento.

Adotamos por base alguns estudos, como o de Munanga (2005), Cavalleiros (2005), Brasil (2006), Gomes (2012), Ribeiro (2017;2019), Imbernón

(2011) entre outros. Esperamos que esta investigação contribua para o desenvolvimento de ações para uma educação antirracista na Educação Infantil e promova reflexões sobre a valorização da diversidade e respeito às diferenças.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS DA INVESTIGAÇÃO

Nos dias atuais, sabemos que o racismo está presente em todos os âmbitos. Assim, cresce entre as pessoas o pensamento de que o racismo é uma atitude maléfica e que precisa, em nossos dias, ser denunciado, combatido e retirado de nossa sociedade.

O termo racismo não se propagou do acaso, ele é fruto de exploração dos povos colonizados. Nesse contexto, o racismo entre as pessoas foi promovido aos poucos. Outrossim, é importante ressaltar que desde os tempos antigos, chegando em torno da Idade Média, o racismo, a discriminação e o preconceito estavam primeiramente ligados aos assuntos da religião, linguagem ou política, e não nas distinções biológicas ou raciais como acontece atualmente (MUNANGA, 2005).

Sendo assim, entendemos, conforme Munanga (2005), que a formação do Brasil ligada à escravidão inicia suas concepções e práticas racistas desde a colonização, e continua enraizada nos dias atuais. No século XVI, os povos negros que chegaram ao Brasil foram distribuídos para as regiões litorâneas, denominadas de regiões Nordeste e Sudeste que, a partir dos séculos XVII ao século XIX, começaram a ter uma grande e crescente expansão das lauvoras de cana-de- açucar. Esse patrimônio pertencia aos senhores de engenho, enquanto ao povo negro, coube as condições precárias de sobrevivência (BRASIL, 2006). Conforme Brasil (2006), historicamente, apesar das condições difíceis e precárias que a população negra estava inserida, e infelizmente continua, seus valores representados por meio da religiosidade africana, bem como seu trabalho em

coletividade, proporcionaram a dinâmica de sua cultura e resistência de várias comunidades afro-brasileiras aos muitos tipos de opressão.

Nessa perspectiva, Munanga (1999) corrobora ao afirma que

> No Brasil, a luta contra essa desigualdade envolveu muitos sujeitos ao longo dessa diáspora negra, seja de postura mais africanistas ou de posturas mais relativizadoras. Na pessoa do intelectual e militante Abdias do Nascimento, na década de 70, o movimento negro encontra um porta-voz para discordar da ideia de monoetnicidade e monoculturalismo centrados nas concepções de mestiçagem étnica e sincretismo cultural. A postura militante de Nascimento, assim como de boa parte da militância da época era propor a construção de uma democracia plurirracial e pluriétnica, na qual o denominado mulato pudesse se solidarizar com o negro, em vez de ver suas conquistas drenadas no grupo branco. Estas vozes discordantes afirmam que, embora tida como ponte étnica entre negro e branco, o que conduziria à salvação da raça branca, o mulato não goza de um status social diferente do negro (MUNANGA, 1999, p. 93).

Diante das reivindicações e lutas apresentadas por entidades do Movimento Negro Brasileiro, houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerando a prática do racismo ou quaisquer outro tipo de discriminação e preconceito como crime inafiançável e imprescritível, e toda forma de cultura como bem de todos, descartando preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade (BRASIL, 2006).

Com base nessa informação, é possível constatar que a discussão em torno dessa proposta de superação e reinvindicação a respeito da questão racial não deve se limitar somente ao Movimento Negro ou a estudiosos da temática, é necessário superar essa crença. A instituição escolar, como responsável por garantir o direito da educação a todos os sujeitos, deverá se posicionar no combate de quaisquer formas de racismo, discriminação e preconceito (BRASIL, 2006).

Partindo dessa premissa, no ano de 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n.º 9.394/96) com o objetivo de concretizar o dever do poder público para com a educação em geral. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou Lei n.º 9.394/1996, também traz expressamente em seu texto, no Artigo 26, o respeito à diversidade cultural. Porém, o Movimento Negro não ficou totalmente contemplado com esse texto de caráter geral e iniciou uma ação para que ele fosse mais específico e garantisse a inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar. Assim, uma política de valorização teve início naquele contexto (GOMES, 2012).

Conforme o exposto, os resultados foram positivos. A Lei de n.º 9.394/96 foi alterada através dos artigos 26-A e 79-B, com a promulgação da Lei de n.º 10.639/03, tornando obrigatório o Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial de educação básica. Além disso, faz menção no calendário escolar o dia 20 de novembro em comemoração ao Dia da Consciência Negra. Esse dia foi oficializado pela Lei n.º 12.519, de 10 de novembro de 2011, como referência ao líder do Quilombo dos Palmares, após um ano da destruição do grande quilombo, em 20 de novembro de 1695 (BRASIL, 2006).

Em vista dessas referências estudadas e de outras, afirmamos que o racismo tem contribuído para o fracasso escolar de alunas(os) negras(os). A promulgação da Lei n.º 10.639/2003 e da Resolução CNE/CP 1/2004 estabelece um caminho inicial para retratação do povo brasileiro, pois adota e contribui com medidas que visam a correção dos danos causados materialmente, fisicamente e até mesmo psicologicamente, danos resultantes do racismo, preconceito e discriminação (BRASIL, 2006).

Sendo assim, conforme Nascimento (2003), o caminhar, depois da aprovação da Lei de n.º 10.639/03 e seus objetivos a que se propõe, é necessário

que seja mais conhecido pelas(os) professoras(es) de escolas públicas e privadas do país. Segundo Nascimento (2003, p. 96):

> A implementação da Lei n.º 10.639/2003 no contexto escolar é um desafio para que toda a sabedoria relacionada à História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira se torne um conhecimento presente, efetivo e positivamente na sala de aula. Este conhecimento pretende se constituir hegemônico, no sentido de agregar um novo centro 'uma vez que a lei contesta a universalidade de um eurocentrismo. Trata-se de uma concepção diferenciada de centro', que postula necessidade de explicitar a localização do sujeito no sentido de desenvolver uma postura teórica própria a cada grupo social fundamentada na sua experiência histórica e cultural.

Assim, uma professora que não tenha qualificação para abordar o assunto ou não combata o racismo na escola, acaba por contribuir com a propagação da discriminação. Logo, corroboramos com a autora Cavalleiro (2005, p.12) ao afirmar que "o silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais".

Nessa perspectiva, Ribeiro (2019) menciona que

> É verdade que o Brasil é diferente, mas nada é mais equivocado do que concluir que por isso não somos um país racista. É preciso identificar os mitos que fundam as peculiaridades do sistema de opressão operado aqui, e certamente o da democracia racial é o mais conhecido e nocivo deles. Concebidos e propagado por sociólogos pertecentes à elite econômica na metade do século XX, esse mito afirma que no Brasil houve a transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos, traduzida na miscigenação e na ausência de leis segredadoras. (RIBEIRO, 2019, p.5).

Nos últimos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatítisca (IBGE), percebemos que as maiores taxas de baixa escolarização, falta de acesso à educação, ocupação em cargos inferiores e etc. são concebidos e ocupados por negros (IBGE, 2018). É nesse cenário que a prática de professoras(es) deve ter o

compromisso de desfazer o que chamamos de mito da democracia racial que continua muito presente em nosso país (CAVALLEIRO, 2005).

Em suma, demonstrar a relevância de respeitar a diferença é um propósito que deve ser articulado desde os primeiros anos da infância.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Muito já se pesquisou sobre a diversidade na escola, são inúmeras as pesquisas sobre a temática, entretanto, são muitos desafios ainda a serem superados e a necessidade de novas pesquisas sobre o assunto.

Os métodos ou procedimentos adotados em uma pesquisa é essencial no seu processo investigatório, pois considera que a pesquisadora responda as questões norteadoras com a finalidade de atingir seus objetivos propostos. Ademais, é também provocar uma aproximação entre o pesquisador e objeto de investigação, na possibilidade de traçar novos passos científicos com novas perspectivas ao fenômeno social estudado (VERGARA, 2005).

Dentro desse contexto, utilizamos a abordagem qualitativa que, segundo Richardson (1999, p.79): "A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social". Trouxemos contribuições de Bogdan e Biklen (1994) que afirmam que a natureza da pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento primordial e principal.

Anteriormente, enfatizamos nesta investigação a nossa experiência e interesse de pesquisar sobre a temática aqui abordada, por estar atrelada ao contexto histórico-social da pesquisadora como professora da educação básica e experenciar a problemática do racismo na escola, o que tem nos provocado e inquietado a contribuir para uma educação antirracista.

Dessa maneira, nossa investigação está dentro da dimensão da pesquisa aplicada, pois "o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos" (BERVIAN; CERVO, 1996, p.47).

Na perspectiva da pesquisa aplicada, buscamos o tipo de pesquisa Estudo de caso, que segundo Yin (2015, p.17) o "estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real".

Desse modo, o estudo de caso: "É uma categoria de pesquisa cujo objeto é a unidade que se analisa profundamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias – abrangência da unidade – suporte teórico (TRIVINOS, 1987 p. 133).

O cenário da pesquisa será a Unidade de Educação Básica da Rede Municipal de São Luís-MA. Os sujeitos da investigação serão as(os) Professoras(es) de Educação Infantil, Coordenadora(or) Pedagógica(o) e Gestora(or) Escolar.

Como técnicas de pesquisa, no que concerne aos instrumentos de coleta de dados, utilizaremos observação, entrevistas e fotografias. Cremos que esses diversos procedimentos favorecerão o estudo e compreensão a respeito da problemática estudada.

Portanto, as entrevistas são uma "investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social" (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 178).

Já a observação pode ser definida como um estudo dos fenômenos que serão analisados. Os dados são averiguados diretamente da realidade que foram investigados, sem interferência de terceiros (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Os autores Marconi e Lakatos (2010) afirmam que, através da observação, os investigadores têm a possibilidade de avaliar a veracidade dos questionários, entrevistas e depoimentos dos diferentes sujeitos sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi pesquisado e estudado sobre a temática, analisamos que uma prática antirracista em nossas escolas é algo urgente. A escola tem participação essencial no que diz respeito a educação para diversidade, por ser um local de socialização entre os sujeitos em meio as várias culturas.

A formação de professoras(es) para a diversidade das relações étnico-raciais é uma questão primordial, pois colabora com um ambiente escolar acolhedor que promove o respeito a individualidade de cada sujeito, dando liberdade aos diversos aspectos culturais presentes em nossa sociedade.

Os resultados desta pesquisa serão compartilhados e socializados e ainda terá como tarefa a elaboração de um caderno de orientações didáticas com propostas de formação que estabeleçam e colaborem para a prática de uma educação antirracista na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico- Raciais**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto, 1994.

CAVALLEIRO, Eliane. **Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo**. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal Nº. 10.639/03. Brasília, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil - Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: Identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CORPO, DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: QUAL É O PROFESSOR QUE VAI PARA A ESCOLA?

Érica da Silva Pinto[1]
Raimundo Nonato Assunção Viana[2]
Rosyene Conceição Soares Cutrim[3]
Mariana Fernandes Brito[4]

RESUMO

O presente estudo traz reflexões sobre a formação docente e a inserção da temática corpo e diversidade nesse processo. Trata-se de uma pesquisa do tipo "Estado da Arte", onde utilizamos o Banco de Teses e dissertações da CAPES como fonte de pesquisa. Fez-se uma busca na plataforma utilizando os descritores Corpo, Diversidade e Formação Docente, objetivando discutir a relevância dos estudos sobre corpo e diversidade na formação docente e refletir sobre o que vem sendo produzido na área da educação acerca desta temática. Refinou-se a busca definindo o ano (2019), dissertações (trabalhos de conclusão de mestrado) e área de concentração (Educação). Foram selecionadas cinco produções a partir da leitura do título, por considerar terem certa aproximação ao objeto de estudo proposto. Para analisar os dados obtidos utilizou-se a estrutura de um quadro, onde forma expostos os estudos, seus títulos, nomes dos autores e um pequeno resumo. Verificou-se que as produções voltadas para corpo e diversidade na formação docente ainda são bem escassas e que é importante contextualizar a temática aqui estudada, também na formação docente.
Palavras-chave: corpo; diversidade; formação docente.

ABSTRACT

This study brings reflections on teacher education and the insertion of the theme body and diversity in this process. This is a "State of the Art" type research, where

---

[1]Mestra em Educação- PPGEEB/UFMA. Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física GEPPEF/UFMA, São Luís/MA, ericasp.edf@gmail.com
[2]Pós doutorando PNPD/CAPES-COEDUC/PPGE/UFMT, Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física GEPPEF/DEF/UFMA, São Luís/MA, viana.raimundo@ufma.br
[3]Assistente social e Pedagoga. Mestra em Educação. PPGEEB/UFMA. Membro do GESEPE/UFMA, São Luís/MA, rosycutrim@gmail.com
[4]Mestranda em Educação/UFMA PPGE/GEMGe; MAFROeduc e GESEPE. São Luís/MA marybrito26@hotmail.com

we use the CAPES Theses and Dissertations Bank as a research source. A search was made on the platform using the descriptors Body, Diversity and Teacher Education, aiming to discuss the relevance of studies on body and diversity in teacher education and reflect on what has been produced in education on this subject. The search was refined by defining the year (2019), dissertations (Master's conclusion works) and area of concentration (Education). Five productions were selected from the reading of the title, considering they have a certain approximation to the proposed object of study. To analyze the data obtained, the structure of a table was used, where the studies, their titles, authors' names, and a small abstract were displayed. It was found that the productions focused on body and diversity in teacher education are still very scarce and that it is important to contextualize the theme studied here, also in teacher education.
Keywords: body; diversity; teacher training.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo traz reflexões sobre a formação docente e a inserção da temática corpo e diversidade nesse processo. A pesquisa foi elaborada por meio de um estudo do tipo “Estado da arte”, que nos permite mapear produções acadêmicas em diversas áreas do conhecimento e discuti-las no contexto do nosso objeto de pesquisa.

Percebemos uma crescente demanda em relação aos estudos sobre o corpo, nas mais diversas áreas do conhecimento. Contudo, o mundo em constante transformação, nos exige novos olhares sobre esse corpo, sua atuação e a forma como é abordado no campo da educação.

Assim, nosso objetivo é discutir a relevância dos estudos sobre corpo e diversidade na formação docente e refletir sobre o que vem sendo produzido na área da educação acerca desta temática. O que nos leva a diversos questionamentos, os quais destacamos: 1.O processo de formação docente considera o corpo para além da instrumentalização na aprendizagem? 2.Há discussões durante os cursos de graduação que nos preparam para encarar a

diversidade corporal nas escolas? 3.Que estudos têm sido construídos em relação a ideia de corpo e diversidade na formação docente?

Desta forma, além de compreender como esta temática vem sendo construída no campo da pesquisa, buscamos apontar indícios da necessidade de estudos sobre o corpo e diversidade no processo de formação docente, bem como a relevância em preparar professores/as que percebam o corpo no processo de aprendizagem para além dos conteúdos formais estabelecidos pelo currículo.

Nas próximas seções, contemplaremos os passos para a produção deste estudo, expondo nossa metodologia. Em seguida, faremos uma breve discussão acerca das ideias de corpo e diversidade na educação, bem como a relevância desta temática na formação de professores/as. Logo após estas reflexões, iremos expor os resultados encontrados em nossas buscas e faremos uma análise destes resultados. Encerrando com a exposição de nossas considerações acerca desta escrita de forma mais abrangente.

2 NOSSOS PASSOS

Para a produção do presente estudo, utilizamos técnicas bibliográficas e documentais, caracterizando a pesquisa como "Estado da arte ou do conhecimento", que segundo Ferreira (2002), trata-se de uma pesquisa com características como período, áreas de conhecimento e tema pré-determinados.

Utilizamos como fonte o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, na busca dos pontos temáticos para a composição desta pesquisa, por meio dos seguintes descritores: corpo, diversidade e formação docente. A princípio encontramos um número significativo nos resultados, então refinamos a pesquisa para mestrados, produções no ano de 2019 e Educação como área de conhecimento. Para o ano de 2020, não obtivemos resultados. Tivemos 569 (quinhentos e sessenta e nove trabalhos) nos resultados, então identificamos todos os títulos e selecionamos aqueles que possuíam uma aproximação com

nosso objeto de estudo. Desta forma, selecionamos 05 (cinco) trabalhos. Após leitura dos resumos, organizamos todos em um quadro, onde expomos nomes dos autores, títulos e um breve resumo de cada trabalho, com intuito de utilizar para visualizar e interpretar os dados obtidos.

2.1 Discutindo corpo e diversidade na educação

Como o corpo está localizado na educação? Especialmente na formação de professores/as? Refletindo acerca de nossas vivências durante a graduação, percebemos que a temática corpo e diversidade não se fez presente em nosso processo formativo. Tendo em vista a ampliação das ideias de corpo, voltando nossos olhares para além da estrutura física, por exemplo.

Gaya (2005), infere que nenhum curso de formação de professores deveria deixar de fora dos muros escolares o corpo, tendo em vista que olhar, perceber e lidar com a diversidade corporal que são comuns no nosso cotidiano, critérios estes que nos permite perceber as identidades (os corpos) presentes na escola.

Adotar a abordagem da diversidade corporal na formação de professores/as significa ampliar as possibilidades para que eles reconheçam as diferenças, e a partir delas (re)organizem suas práticas no processo de ensino-aprendizagem nas escolas. Conservando as ideias de uma educação que atenda a todos/as os/as alunos/as, sem distinção por qualquer aspecto (físico, cultural, religioso, social), além de compreender o corpo neste processo para além de um objeto a ser preenchido com conhecimento, enxergando os/as alunos/as para além de sua formação.

Uma formação que estimula uma educação que respeita a diversidade e que combata a desigualdade, poderá contribuir de forma muito significativa para que sejam entendidas a importância e necessidade de valores como igualdade,

respeito ao outro e às diferenças. E a base deste alcance, se dará através de estudos e falas sobre nossos corpos, cultura e experiências de vida.

Você já se perguntou, no contexto de sua prática em sala de aula, quantas vezes suas ações favoreciam e respeitavam apenas uma parcela de seus/as alunos/as?

Em meio a nossas vivências em sala de aula, já observamos muitas práticas disseminadoras de preconceito, sendo expostas por alunos/as e, também, por professores/as. Alunos/as sendo motivo de chacota por conta de seu peso, tipo de cabelo, por apresentarem mais dificuldade em aprender os conteúdos, pela maneira que falam, por apresentarem características relacionadas a sua sexualidade que não são consideradas "normais" por alguns professores/as. Ouvir e perceber comportamentos negativos por parte dos alunos, assusta. Identificar esse "julgamento" por parte de professores/as, choca. Porque, teoricamente, são indivíduos que estão na escola para, além de ensinar os conteúdos de suas disciplinas, serem bons exemplos.

Perceber esses comportamentos incomodou e ainda incomoda. E faz com que a gente questione o que deu errado no processo de formação desses/as professores/as. O que faltou? É certo que o fato de fazermos estudos sobre corpo na graduação, não é garantia para que situações preconceituosas não aconteçam ou para que todos/as os alunos/as sejam e sintam-se incluídos em todas as práticas dentro da escola, porém, é uma tentativa de preparar e sensibilizar quem estará a frente de uma sala de aula.

Fazer essas reflexões nos reportam a ideia de que, mesmo passando pelos mesmos processos formativos, nenhum/a professor/a sai da graduação igual ao/a outro/a. Há diversos saberes que influenciam nossa formação e eles variam muito de um indivíduo para outro.

Tardif (2002), diz que a questão do conhecimento dos/as professores/as, ou seja, dos saberes, do saber-fazer, das competências e habilidades, que são bases para o trabalho na escola, se tornam também elementos constituídos por suas identidades pessoais e profissionais. Sendo assim, cada professor/a irá direcionar sua atuação de acordo com esses saberes que são construídos diariamente, até mesmo antes de sua entrada na graduação.

Para Tardif e Raymond (2000), os fundamentos do ensino são existenciais, sociais e pragmáticos. Os mesmos autores explicam esses fundamentos quando:

> [...] consideram que o professor é um "sujeito existencial" no sentido forte da tradição fenomenológica e hermenêutica um "ser-mundo", um Dasein (HEIDEGGER, 1927), uma pessoa completa com seu corpo, suas emoções, sua linguagem e seu relacionamento com os outros e consigo mesmo. Ele é uma pessoa comprometida em e por sua própria história – pessoal, familiar, escolar, social – que lhe proporcionam um lastro de certezas a partir das quais ele compreende e interpreta as novas situações que o afetam e o constrói, por meio de suas próprias ações, a construção da sua história (TARDIF; RAYMOND, 2000, p.235).

Ainda Tardif e Raymond (2000), explicam que que os fundamentos do ensino são sociais, na medida em que compreendemos a pluralidade dos saberes profissionais. E que tem origem nas diversas fontes sociais, que são a família (nossa primeira fonte), a escola, a Universidade. Já os saberes pragmáticos, são aqueles que servem de base para o ensino, e estão ligados ao trabalho e as funções dos/as professores/as.

Para os autores em questão, compreender os saberes dos professores, é compreender suas transformações, e evolução ao longo de suas carreiras e histórias vida.

Assim, entendemos que o processo de formação docente é influenciado por diversas fontes de saberes. E que estes se articulam na formação dos/as

professores/as, determinando suas posturas e formas de reger sua profissão. Baseados nesta afirmativa, ressaltamos a importância e relevância em permitir que os saberes sobre o corpo se façam presentes no processo de formação. Permitindo que os olhares sobre o corpo na educação tenham um novo direcionamento.

3 SOBRE OS ESTUDOS ENCONTRADOS

Nossas buscas na plataforma de Teses e Dissertações da CAPES foram direcionadas utilizando Corpo, diversidade e Formação Profissional como Descritores. Sem refinar as buscas, surgiram mais de quinze mil estudos nos resultados. Então limitamos para dissertações produzidas no ano de 2019 no campo da educação. Vele ressaltar que não tivemos resultados para as buscas referentes ao ano 2020.

Encontramos 569 (quinhentos e sessenta e nove) estudos nos resultados. Para filtrar os estudos de nosso interesse, optamos por verificar os títulos de todos esses trabalhos encontrados e separar aqueles, cujos títulos, tivessem alguma relação com nosso objeto de estudo. Desta forma, selecionamos apenas cinco estudos que representavam uma aproximação com a temática em estudo. Estes, seguem organizados no quando abaixo, com nomes dos autores, títulos e um breve resumo.

Quadro 1: Síntese dos estudos encontrados no Catálogo de Teses e dissertações da CAPES.

AUTORIA/ANO	TÍTULO	RESUMO
PEIXOTO, Sara Maria Pinheiro.	O corpo como sentido, criação e significado da criança com síndrome de Down: uma proposta de	O presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma proposta de formação docente na Educação Infantil, considerando o corpo como lugar de

	formação docente na educação infantil.	aprendizagem da criança em uma perspectiva inclusiva, ancorada nos fundamentos epistemológicos de Merleau-Ponty.
SOUZA, Adimara Aparecida Martins de.	Currículo e gênero: um estudo sobre o currículo de ciências do estado de São Paulo.	Intenciona tecer uma análise crítica acerca do currículo no que diz respeito a questão de gênero, especificamente o de Ciências da Natureza do Estado de São Paulo, a fim de verificar se há hegemonia biologizante em tal questão.
PARANHOS, Mayra Louyse Rocha.	A produção de corpos pelo discurso biotecnológico no currículo de formação em Ciências Biológicas.	O estudo se propõe a analisar a produção de corpos pelo discurso biotecnológico no currículo de formação em Ciências Biológicas (CB). Levo em consideração a discussão do corpo que é gerido pelo poder sobre a vida.
OLIVEIRA, Francisco Vieira de.	Corpo e currículo na Educação Física: reflexões a partir da abordagem multirreferencial-plural.	O objetivo é discutir e fomentar a construção de reflexões acerca de como se concebe o corpo à luz das teorias curriculares no âmbito da Educação Física para a Educação Básica no Ensino Fundamental a partir das reflexões da abordagem multirreferencial-plural.

PETRY, Roseclei Aparecida Da Costa.	Diversidade e Conflitos Escolares: Uma Fronteira em Investigação.	A escola se constitui enquanto lugar geográfico de confronto e encontro entre diferentes sujeitos. Considerando esse pressuposto investigou-se luminosidades e opacidades na fronteira entre a diversidade e os conflitos escolares.

Fonte: organizado pelas autoras/es (2021)

O primeiro estudo encontrado trata de uma proposta de formação docente para a Educação Infantil. Considera o corpo como um lugar de aprendizagem da criança, e aborda essa temática com vistas para a inclusão, especificamente de crianças com síndrome de Down. Já o segundo estudo, propõe uma investigação acerca do currículo de ciências no estado de São Paulo, a fim de verificar as questões de gênero e se há hegemonia biológica no trato desta temática.

O terceiro estudo expõe um discurso biotecnológico acerca do corpo no currículo de formação em ciências biológicas. O quarto estudo propõe refletir sobre como se concebem os estudos sobre corpo a partir das teorias curriculares no âmbito da Educação Física para a Educação Básica. O quinto e último estudo propõe investigar as questões entre diversidade e conflitos na escola.

Com base nesses resumos, observamos que mesmo tendo como resultado em nossas buscas mais de quinhentos estudos, refinamos para cinco com base nos títulos das pesquisas (produzidas em 2019), selecionando aqueles que imediatamente julgamos ter alguma proximidade com a nossa temática. Para o ano de 2020 não tivemos resultados nas buscas. O que nos leva a entender que as pesquisas sobre formação docente não têm colocado o corpo e a diversidade

em pauta, como uma ideia que é necessária na formação daqueles que irão atuar nas escolas.

Tomamos como base, também, nossas vivências na escola, que nos faz recordar de muitos/as professores/as pouco preparados/as no que diz respeito ao trato com a diversidade. Essas reflexões nos permitem pensar, também, a nossa própria prática na escola, que nem sempre foi inclusiva, no sentido de perceber todos/as os/as alunos/as e (re)pensar nossas ações para que todos/as fossem contemplados.

Essa atitude de propor atividades com vistas a participação de todos/as os/as alunos/as começa quando nos colocamos no lugar deles e recordamos nossas experiências enquanto estudantes na Educação Básica, quando pensamos em aulas onde fomos, de alguma forma, excludentes e quando as falas de alguns/mas colegas de trabalho incomodavam pela forma como as diferenças eram tratadas.

Compreender todo esse processo, nos leva a repensar a maneira como a formação docente é regida, bem como os conteúdos abordados durante esse processo. O que também, de alguma forma, influencia no quantitativo de produções acerca da temática aqui abordada.

O corpo, historicamente, é articulado a partir de diversos contextos. Considerando essa afirmação, compreendemos que sua abordagem, no contexto educacional, não deve limitar-se a um único contexto ou aspecto.

Giroux (2000) infere que é preciso atentar para novas formas de linguagem crítica, para que assim possamos atentar para a subjetividade das ações educativas e, também, descobrir outras maneiras de ver o mundo e a educação.

Assim, adotamos a ideia de que as diferenças não deveriam ser motivo de exclusão, de práticas disseminadoras de preconceito e tão pouco de sofrimento

(neste caso, daqueles que são marginalizados por serem taxados como os diferentes). E o que pode parecer algo muito pequeno e inofensivo, direciona as ações e imobilidade de muitos indivíduos.

4 CONCLUSÃO

Pensamos que a formação inicial é um espaço importante e necessário para discutir corpo, visto que ele é o meio pelo qual todos os processos educacionais aconteçam. Reconhecendo a importância desta afirmação e de (re)significar o papel do/a educador/a, refletimos que é necessário durante o processo de formação, abordar questões que também são relevantes e que devem fazer parte desta construção no preparo deste profissional que atuará no campo da Educação.

Quando falamos em preparar professores/as durante o processo de formação para o trato com a diversidade corporal nas escolas, nos reportamos as ideias de um profissional comprometido com a seriedade de sua prática, que em nossa concepção, é mais que ensinar conteúdos formais. É ter uma boa postura e ser exemplo, enquanto alguém que respeita as diferenças. Nesse sentido, as diferenças aqui, não se limitam as questões de deficiência, ou somente as questões de gênero, por exemplo. Ao pensar em uma formação que também pense na diversidade corporal, nos reportamos a todo e qualquer corpo. Esse corpo diverso está por toda parte, são nossos/as alunos/as, familiares, amigos/as, pessoas mais próximas e até mesmo distantes, somos nós.

Corpos diversos, cheio de amarras, de medos, de conhecimentos. E é importante que esses corpos, também no processo de educação sejam encarados como sujeitos e não mais como objetos.

Portanto, julgamos ser necessário abordar mais esta temática, seja através das pesquisas, seja nas aulas, ou em outros espaços onde haja a possibilidade de compartilhar estas ideias. Sabemos, como já dito anteriormente,

que, discutir corpo e diversidade na formação docente não é garantia para que os futuros/as professores/as cheguem na escola com abordagens mais abrangentes em relação a sua prática pedagógica e o trato com seus/as alunos/as, mas é importante que, pelo menos, reflitam e sejam provocados neste sentido. Já que a formação de professores/as é construída a partir de múltiplos saberes, o que não garante a eficácia destes estudos, porém, é necessário que sementes sejam plantadas.

Neste sentido, consideramos ser importante contextualizar o corpo na formação de professores/as, ressignificar a percepção de corpos que habitam os espaços educacionais, bem como suas representações e identidades. O que contribuiria muito para a ampliação de diálogos e de possibilidades no trato pedagógico.

É preciso (re)educar também quem vai para a escola com a proposta de educar pessoas. Porque a realidade é bem diferente do que a gente aprende nos bancos das Universidades, e muitos de nós, ao sair desses bancos, não estamos prontos para atuar em sala de aula. De fato, não sairemos prontos, mas é importante sairmos lúcidos.

REFERÊNCIAS

GAYA, ADROALDO. A reinvenção dos corpos: por uma Pedagogia da Complexidade. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 250-272.

GIROUX, Henry: Pedagogia crítica como projeto de profecia exemplar: política no novo milênio. In: **Educação no século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

NOVOA, António. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 44, n. 3, e84910, 2019 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362019000300402&lng=en&nrm=iso>.Accesso em 20 Fev. 2021. Epub Sep 12,2019. https://doi.org/10.1590/2175-623684910.

PARO, Vitor. **Educação como exercício de poder**: crítica ao sensu comum em educação. 2 ed. São Paulo. Cortez. 2010.

PARO, Vitor. **Educação para a democracia**: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. 2000. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0528t.PDF. Acesso em: 23/09/2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice., RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 73, p.209-244, dez. 2000.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA DIVERSIDADE: A (DES)IGUALDADE QUE (NÃO)QUEREMOS

João Batista Monteiro Camargo[1]
Anália Ferraz Rodrigues[2]

RESUMO

O objetivo deste artigo é, por meio de uma pesquisa de caráter teórico e tendo quanto método dedutivo, compreender de forma sistêmica, a diversidade na educação profissional e tecnológica no Brasil, de modo que, esta modalidade de ensino tenha o condão de ser capaz de enfrentar as situações e atitudes de preconceito e discriminação dos mais vulneráveis, independentemente do motivo de sua vulnerabilidade, ratificando a expectativa com a mudança de valores e atitudes que se deseja, como compromisso de responsabilidade para com as gerações futuras. Inicialmente, pretende-se tecer considerações sobre as sociedades multiculturais, enfatizando-se a relevância da ética da responsabilidade para com o futuro. Ademais, é analisada a docência e a multiculturalidade, a diversidade cultural no ensino profissional e tecnológico e por fim, considera-se a educação para a solidariedade como categoria fundamental e eficaz para garantir o reconhecimento e respeito as diferenças presentes nos espaços sociais, sejam estes quais forem.
Palavras-chave: diversidade cultural; ensino profissional e tecnológico; multiculturalismo.

ABSTRACT

The aim of this article is, through a theoretical research and having as a deductive method, to understand in a systemic way, the diversity in professional and technological education in Brazil, so that this type of education has the ability to face situations and attitudes of prejudice and discrimination of the most vulnerable, ratify the expectation with the change of values and desired attitudes, as a commitment to responsibility with future generations. Initially, it is intended to make considerations about multicultural societies, emphasizing the relevance of the ethics of responsibility for the future. In addition, teaching and multiculturalism, cultural diversity in professional and technological education are analyzed and, finally, education for solidarity is considered a fundamental and

[1] Advogado. Mestre em Direitos Humanos. Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social e atualmente acadêmico de pedagogia – Alegrete – RS, e-mail camargojoao@hotmail.com
[2] Psicóloga. Mestra em Docência no Ensino Superior. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica – UFSM – Alegrete – RS.

effective category to ensure recognition and respect for the differences present in social spaces, whatever they may be.
Keywords: cultural diversity; vocational and technological education; multiculturalism.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo consiste em abordar os múltiplos olhares que a docência possibilita e deve ter diante da diversidade dos alunos, ou seja, investigar através de uma revisão bibliográfica como a diversidade cultural está sendo trabalhada pelos docentes nos cursos profissionais e tecnológicos, e propor alternativas de enfrentamento as desigualdades e preconceitos.

Dessa forma, estuda-se genericamente os grupos sociais comumente mais vulneráveis, os quais vivenciam o quotidiano marcado de experiências nem sempre positivas, analisa-se as principais dificuldades que afligem a cada um deles, levando-se em consideração a história de lutas, direitos e eventuais conquistas.

Apesar da existência de ações por uma maior igualdade de direitos, conforme os registros históricos ao longo dos tempos, as quais ganharam força após a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, onde se valorizou a proteção e a dignidade do ser humano, ainda é comum o desrespeito pela diversidade do outro. De modo que, o trabalho pretende expor possibilidade de construção de uma cultura baseada no reconhecimento e respeito das diferenças.

A escolha do tema justifica-se pelo fato de que vivemos em um país repleto de culturas diferentes, e por vezes fica difícil compreender a outra parte, talvez essa dificuldade que temos, de compreender estas tão diferentes culturas que estão intrínsecas na forma de pensar de cada cidadão, encontrem a explicação na forma que se constituiu nosso país, com uma diversidade muito grande de culturas, sua miscigenação formada através dos imigrantes que aqui se estabeleceram vindos de vários países, e que se implantou em nosso país, uma

legislação mais humanitária, que desaprova qualquer ação que tenha o intuito de atingir alguém devido a sua raça.

Este trabalho está caracterizado como uma pesquisa bibliográfica. Segundo Köche (2013, p. 122) "o objetivo da pesquisa bibliográfica, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa". Esse tipo de pesquisa traz uma fonte rica de informação tornando-se fundamental quando se procura o conhecer o estado da arte de um determinado tema (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Quanto à abordagem do problema caracteriza-se como um estudo qualitativo. Assim, os dados coletados não podem ser generalizados em termos probabilísticos (DENKER, 2002). “Os dados são levantados e analisados ao mesmo tempo; os estudos são descritivos voltados para a compreensão do objeto; A influência do pesquisador sobre a pesquisa não é evitada” (MASCARENHAS, 2012).

Assim sendo, os desafios impostos ao ensino em sociedades multiculturais ganham destaque na atualidade, de modo que, a chave para entender essa realidade marcada pelas diferenças e pela globalização, é uma nova compreensão das concepções dos estudantes a partir do reconhecimento e respeito das diferenças culturais. Nesse sentido, será abordado, neste artigo, os múltiplos olhares do docente diante das diversas culturas existentes na sala de aula.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Sociedades Multiculturais

O Brasil é repleto de culturas diferentes, e por vezes fica difícil compreender a outra parte, talvez esta seja a principal dificuldade, compreender

essas tão diferentes culturas que estão intrínsecas na forma de pensar de cada cidadão, a fim de que, encontremos a real explicação na forma que se constituiu o país, com uma diversidade muito grande de culturas, sua miscigenação formada através dos imigrantes que aqui se estabeleceram vindos de vários países, e que levou a implantar uma legislação mais humanitária que desaprova qualquer ação que tenha o intuito de atingir alguém devido a sua raça ou diferença (pelo menos na teoria desaprova).

Não se pode afirmar que não existe desigualdades no país, pelo contrário, há e muito, mas precisamos sim considerar o caminho para amenizar as diferenças raciais, principalmente com relação a população afrodescendente no Brasil, que durante séculos foi escravizada pelos euro descendentes, destacando-se, que uma imagem como está não se altera rapidamente, e leva-se algum tempo para corrigir, dessa forma não há como tratar iguais os que a vida toda foram tratados de forma desigual, necessitando proporcionar a estes, cotas nos cursos técnicos bem como nas universidades para garantir o seu acesso aos estudos de forma mais equilibrada, por exemplo.

Com base na proporcionalidade da população brasileira, ainda se observa muito poucos negros bem-sucedidos, reflexo do longo período de massacre que foram expostos, assim, age de forma correta o poder público quando intervém para garantir o direito de reconhecimento, dos diversos grupos que lutam pelos seus direitos, tanto de raça, gênero, idade ou orientação sexual.

A construção histórica de cada classe vulnerável, é de extrema importância, para possibilitar um entendimento melhor com relação a cada uma delas, e para proporcionar a compreensão de suas razões e julgar com propriedade, todas as ações que agridem os direitos humanos com relação a sua classe social.

Observa-se que o preconceito a falta de humanidade e respeito com alguns grupos vulneráveis, até mesmo, proveniente do poder público, o que precisa urgentemente ser melhorado, conscientizando-se os operadores de segurança pública, quanto ao cuidado que deve haver na abordagem dessas pessoas, ações simples, mas que ao serem praticadas dentro da lei e da técnica surtem um efeito positivo em prol da cidadania.

A educação voltada para a redescoberta de valores deve partir do próprio Estado, quando tanto se fala em democracia, igualdade e liberdade de ação, o povo como centro da atenção, e tudo o que se investe é pensando no bem do povo no crescimento e na felicidade individual, muitas vezes as ações são maquiadas e acabam sendo jogos políticos em benefício próprio ou pensando na reeleição, no entanto aos poucos o povo começa a participar dos momentos políticos, como pôde ser observado nas manifestações nas ruas em junho de 2013, pedindo por menos corrupção e melhor educação, saúde e transporte.

O que a população brasileira clama e exige é a capacidade de compreensão e respeito às diferenças, seja elas de cultura, raça, gênero, idade, orientação sexual entre outros, este é o conhecimento do verdadeiro significado dos direitos humanos, entretanto não basta conhece-los, é preciso executá-los.

Ademais, nos espaços educacionais devem ser priorizados o diálogo, o reconhecimento e respeito às diferenças, e cabe ao professor, de maneira ética, gentil e respeitosa, repassar o exemplo da forma que devem ser tratados os socialmente excluídos, apesar de ser extremamente difícil.

Num cenário de diferenças em conflito, entretanto, a possibilidade de se estabelecer projetos de sociabilidade consensuais não é uma tarefa tão simples, e a tolerância nem sempre aparece como a melhor conselheira para as diferentes culturas. Por certo que a pluralidade cultural é uma realidade e uma virtude das sociedades democráticas que devem ser estimuladas. Por outro lado, o facilitado

encontro das diferenças na sociedade global expos, também, divergências e irritações que não favorecem o diálogo intercultural e que, não raras vezes, demarcam com agressividade o nível das oposições e afastamentos (LUCAS, 2010, p. 1998).

Neste sentido, a relação entre grupos diversos nem sempre é muito amistosa, existem interesses distintos, culturas e hábitos diferentes que precisam ser compreendidos, apesar do Brasil ter uma legislação única nos diferentes estados nacionais, encontramos estilos de vida totalmente diferentes dependendo do lugar, desde a vestimenta, culinária, sotaque, tradições, música, manifestações religiosas entre outras.

Essas diferentes formas de vida num único país se deve à herança do povo indígena, escravos africanos, colonizadores europeus que chegaram ao Brasil e pelos imigrantes alemães, italianos, japoneses, poloneses, árabes, entre outros.

Ao abordar o tema dos direitos humanos em sua interculturalidade, cumpre destacar o texto de Panikkar (2004, p. 54), que defende a ideia de que, "povo nenhum, não importa o quão moderno ou tradicional, tem o monopólio da verdade. Povo nenhum, não importa o quão civilizado ou natural [...] pode, por si só, definir a natureza da vida adequada ao conjunto da humanidade".

Neste viés compreender a diferença é uma questão primordial, para se falar em garantias de direitos fundamentais ou em defesa dos direitos humanos para o acesso de todos, não se pode uniformizar os direitos, porque as pessoas não são iguais em todo lugar, é preciso refletir global e localmente reconhecendo as particularidades de cada um, a dignidade e o respeito mútuo, pois num tema tão delicado, ninguém pode se julgar tão competente, de definir o que outra cultura deve ou não fazer.

É de bom alvitre destacar o ensinamento de Leonardo Boff (2000, p. 18):

> Há um descuido e um descaso pela vida inocente de crianças usadas como combustível na produção para o mercado mundial [...]. Há um descuido e um descaso manifesto pelo destino dos pobres e marginalizados da humanidade, flagelados pela fome crônica [...]. Há um descuido e um descaso imenso pela sorte dos desempregados e aposentados, sobretudo dos milhões de excluídos do processo de produção, tido como descartáveis e zeros econômicos [...]. Há um descuido e um abandono dos sonhos de generosidade, agravados pela hegemonia do neoliberalismo com o individualismo e a exaltação da propriedade privada que comporta [...].

Neste sentido, a educação para uma cidadania, é um conjunto complexo, que deve proporcionar ao mesmo tempo valores éticos e morais, construção do conhecimento pautado na solidariedade, respeito ás diferenças e a pratica de direitos humanos. Assim se constrói o caráter individual de cada pessoa, um elo de liberdade e responsabilidade, numa capacidade de decidir, de optar, de aceitar ou rejeitar, de querer ou não querer, é este caráter de liberdade de cada um que determina a responsabilidade num eventual conflito, assumindo as consequências e implicações de suas decisões.

2.2 Diversidade cultural no ensino profissionalizante e técnico

Para entender um pouco melhor a cidadania e a interculturalidade no Brasil, o desrespeito aos grupos mais vulneráveis, bem como a diversidade cultural no ensino é necessário conhecer um pouco da história, a começar com o seu "descobrimento em 1500", quando já existiam no nosso continente os habitantes nativos, ou seja, os índios. Assim, por volta de 1530 os portugueses começaram a colonizar as terras brasileiras quando pode-se identificar as primeiras violações sobre os direitos culturais, sendo os índios escravizados ou expulsos de suas terras, através das imposições colocadas pelos portugueses por meio de suas formas de trabalho e sua cultura trazida no estilo europeu, entretanto, não demorou para que os colonizadores descobrissem que os

indígenas não serviam para o trabalho braçal, uma vez que seus hábitos e sua cultura eram totalmente diferentes dos portugueses (KAUFMANN, 2007, p. 36).

Neste sentido, a forma de vida foi totalmente alterada com a chegada dos imigrantes portugueses, os índios que tinham seus costumes e seu estilo de vida bem próprios, a começar pela terra que na cultura indígena era de todos, o alimento era dividido e tinham sua linguagem, crenças religiosas própria, além de que a maioria deles eram nômades, trocando de região quando o alimento ficava escasso no lugar em que viviam, não demorou muito para os portugueses entender que precisariam achar outros meios para conseguir mão-de-obra, e que os indígenas não serviam para esta função.

Neste sentido ainda, é preciso reconhecer que o índio é filho desta terra, e que para eles a terra é um solo sagrado da qual ele tira seu sustento e cultiva suas tradições, precisamos entender que a cultura deles é totalmente diferente da nossa, que vivemos num sistema capitalista em que nos referimos a terra como uma mercadoria ou valor de troca, desta forma, exigir que os índios sigam o nosso sistema de cultura, seria um total desrespeito à cultura indígena, e aos direitos humanos.

Assim, a educação deve propiciar o conhecimento da cultura indígena, seus hábitos, como, onde, e de que forma vivem, suas tradições, e garantir seus direitos, os quais estão claros no ordenamento jurídico brasileiro.

Entretanto os índios não são os únicos vulneráveis, e já no período colonial diante da impossibilidade de usar os indígenas nas plantações e nos engenhos de cana de açúcar, os portugueses começaram então, o tráfico de escravos africanos para o Brasil, que eram trazidos da África dentro dos porões de navios em condições totalmente desumanas, onde muitos não resistiam à viagem e acabavam morrendo a caminho, sendo jogados ao mar, e aqueles que conseguiam sobreviver após semanas de viagens eram negociados numa forma

de leilão como verdadeiras mercadorias onde a valorização era conforme seu porte físico e o sexo (KAUFMANN, 2007, p. 52).

Os negros também lutavam por esta vida digna, suas revoltas foram muito comuns nas fazendas de escravos, e quando conseguiam fugir formavam nas florestas os quilombos, comunidades bem organizadas, onde os integrantes viviam livres conforme as comunidades nos moldes da África, coma liberdade de praticar sua cultura e seus hábitos.

Como apresentado, pode-se constatar que ao longo dos anos os negros sofreram inúmeras violações em seus direitos no Brasil, sendo tratados como uma verdadeira subclasse humana sem o mínimo de dignidade e respeito que se espera a um ser humano, e esta situação seguiu num período por mais ou menos três séculos e meio, até que foi proibida em 13 de maio de 1888, data em que foi encerrado oficialmente a escravidão no Brasil.

Analisando-se um pouco a história, torna-se fácil entender porque ainda hoje existe tanta discriminação racial, e escravização, já que, em se falando principalmente dos negros, boa parte é herança da filosofia de vida que se implantou em no país, e que durou três séculos e meio. Já está em tempo, de mudar o conceito com relação aos afrodescendentes, uma vez que, há cento e vinte e cinco anos que foi decretado oficialmente o fim da escravidão.

Considerando esta falta de humanismo que ainda persiste em parte da população brasileira, foi criada em 5 de janeiro de 1989, a Lei nº 7.716, que define os crimes resultantes de preconceito, estabelecendo como crimes os resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, esta necessidade de criação de lei própria, só vem corroborar, a ideia de que ainda se tem um longo caminho para um pleno respeito dos direitos, e o reconhecimento do semelhante como alguém igual.

No que tange a questão de gênero, preciso lembrar como tem sido um caminho longo e sofrido, o das mulheres, pelo reconhecimento de seus direitos. O que ocorre desde o princípio das civilizações, segundo registros no período da Grécia antiga, era destinada pouca importância as mulheres, consideradas como seres inferiores, que ficavam afastadas da vida pública e relegadas ao espaço doméstico, sempre subordinadas ao marido, ao qual precisavam obedecer, sendo submissas e obrigadas a aceitar todos os seus desejos, cuidando da prole e dos afazeres da casa (SPENGLER, 2012, p. 45).

No Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932, e em 1962 a mulher casada deixou de ser relativamente incapaz, que até então era igualada aos índios e aos menores entre 16 e 21 anos, a mulher só conseguiu a igualdade, de direitos e obrigações com os homens, na Constituição Federal de 1988. Conforme estudos da ONU, a educação de meninas é de extrema importância, pois além de ajudar a aumentar a produtividade das mulheres eleva também a renda doméstica e reduz a pobreza. Esta melhor qualificação das mulheres também ajuda na melhor construção das famílias e uma melhor educação aos futuros filhos.

Outro grupo vulnerável são os idosos que estão se tornando cada vez mais numerosos, e na mesma velocidade que vem crescendo também aumentam as violações a seus direitos e os desrespeitos aos idosos quais, já foram o centro de atenção da família, e merecem toda a nossa consideração. Cumpre destacar que os idosos receberam atenção na área protetiva da Constituição Federal de 1988: tornaram-se alvo de uma proteção integral que os beneficia, tendo assim plenas possibilidades de acesso aos seus direitos e à cidadania, o que se justifica pela peculiar situação em que se encontram.

Nesse diapasão, Bonfim (2003, p. 35) refere que “nenhuma outra Constituição brasileira foi tão pródiga e minuciosa em reconhecimento de

direitos sociais e conferiu tanto realce aos direitos de cidadania como a 1988, ao ponto de ser muito criticada por seu detalhismo nessas áreas [...]".

A Constituição, depois de afirmar que "os filhos maiores tem o dever de ajudar a amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade" (art 229), acrescenta: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação e bem-estar e garantir-lhes o direito à vida" (art 203) (BRASIL, 1988).

Portanto, é perceptível que os princípios constitucionais asseguram ao idoso uma proteção especial, uma vez que possui os mesmos direitos dos demais cidadãos, acrescidos de cuidados especiais em virtude de suas peculiaridades: são pessoas com mais de sessenta anos de idade que têm necessidades especiais em função da fragilidade da saúde e pelas dificuldades nos meios de locomoção.

Pontieri (2004, p. 13) leciona que:

> O Estatuto trouxe em seu texto consideráveis mudanças no que tange a resguardar e regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Algumas dessas mudanças dizem respeito à saúde, transportes coletivos, violência e abandono, entidades de atendimento ao idoso, lazer, cultura, esporte, trabalho, habitação etc.

Portanto, o idoso é alvo de uma proteção especializada, tendo em vista que o envelhecer está ligado tanto a mudanças biológicas relacionadas ao funcionamento do corpo quanto a mudanças sociais e culturais relacionadas ao modo como a sociedade os vê e como eles vêem a sociedade na qual estão inseridos, dessa forma, a educação deve oportunizar que o idoso permaneça em ambiente escolar, não sendo alvo de discriminação pelos demais colegas.

O respeito ao ser humano, corresponde também ao respeito pela identidade de gênero e orientação sexual de cada pessoa, infelizmente vive-se num país onde o preconceito e a discriminação com as homo/transsexualidades é

muito grande, reconhecer uma pessoa que possui “comportamentos” e desejos sexuais diferentes dos apresentados pelo seu corpo, é difícil numa cultura radicalmente conservadora como a brasileira, entretanto ninguém nasce mulher ou homem, e sim se tornam, dependendo da personalidade de cada um, e de suas características.

Uma pessoa não pode ser vista apenas pela estrutura biológica, já que, o fator psicológico, seus sentimentos, fazem parte da personalidade de um ser humano, para um país livre, também é preciso aceitar/reconhecer a liberdade das pessoas de escolher seus parceiros com quem querem viver e constituir sua família.

Por fim, se percebe que a diversidade é presente em qualquer nível de ensino, e que todos os alunos devem ser respeitados e estimulados a progredir de forma igualitária. Verifica-se que, há uma heterogeneidade de gênero, raça, cor, idade, classe social, e que o professor deve propor meios de reconhecimento e respeito dessas diferenças.

2.3 Educar para a solidariedade

O educador pode agregar valor ao processo de aprendizagem por meio de uma educação voltada para a solidariedade. Dessa forma, a responsabilidade pelo outro, pelo planeta e pelas futuras gerações, tem em sua raiz conceitos de bondade e generosidade, de modo que, a educação voltada para a redescoberta dos valores de solidariedade, terá o condão de reafirmar que o compromisso não está ou estará condicionado ao compromisso do outro, já que independe de reciprocidade, de modo que, entende-se que essa responsabilidade emerge da alteridade.

Nesta senda, cumpre conceituar alteridade, que segundo Pinto (2006, p.110): [...] a palavra alteridade possui prefixo latino alter, que significa outro,

colocar-se no lugar do outro, na relação interpessoal, com valorização, consideração, identificação e diálogo com o outro. Assim, percebe-se que a alteridade não é apenas uma categoria filosófica, dentre tantas outras, mas a possibilidade de compreender a humanidade pelo rosto do outro. Ainda que nesse caso, o rosto do outro seja apenas uma expectativa de um porvir, que por si só é capaz de propiciar esperança de futuro.

A Constituição Federal, no artigo 3º, classifica os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, e entre eles, o inciso I dispõe que se constitui em: - construir uma sociedade livre, justa e solidária. Desse modo, à solidariedade foi conferido status constitucional.

Nesse sentido, Maria Berenice Dias, conceitua:

> Solidariedade é o que cada um deve ao outro. Esse princípio, que tem origem nos vínculos afetivos, dispõe de conteúdo ético, pois contém em suas entranhas o próprio significado da expressão solidariedade, que compreende a fraternidade e a reciprocidade. A pessoa só existe enquanto coexiste. O princípio da solidariedade tem assento constitucional, tanto que o preâmbulo assegura uma sociedade fraterna (DIAS, 2007, p. 63).

Assim, percebe-se que a solidariedade deve ser desenvolvida, inicialmente, no seio familiar, para após ser expandida nos círculos sociais, sendo capaz de gerar uma nova cultura, ancorada numa nova concepção de planeta e consciência ambiental.

Desse modo, verifica-se que a origem da solidariedade está na afetividade e na fraternidade e que deve ser compreendida sob a ética da alteridade, ou seja, a partir da consciência da existência do outro.

É nessa linha que Spengler (2012, p. 93) comenta que:

> Justamente por isso é preciso reconhecer a importância de um Direito cosmopolita que se preocupe com as questões ecológicas, questões de guerra e de paz, que busque um desenvolvimento humano universal, ou seja, que defensa questões que passam sobre

> as fronteiras dos Estados e necessariamente superem a lógica meramente individualista, a lógica do interesse pessoal, de grupo, de classe ou de etnia. Essa proposta supera a lógica do "pertencimento" para proteger a lógica do "humano", do "estar com o outro" e não "contra o outro".

Ademais, destaca-se que:

> O Princípio da Solidariedade Intergeracional reflete essa mudança de visão do Direito para além das regulações de simples relações humanas, com balizamento das mais diversas atuações humanas, de forma a fomentar valores mais profundos e transformadores, na busca de uma vida melhor (SILVA, 2011, p. 119).

Dessa forma, entende-se que educar para a solidariedade, seja meio de reafirmar o compromisso do futuro comum, bem como do respeito pela diversidade do outro. Assim, entende-se que a educação deve voltar-se para uma redescoberta de valores, que propicie uma cultura de paz, a qual abrange: respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, ouvir para compreender, preservar o planeta e redescobrir a solidariedade.

2.4 DISCUSSÕES FINAIS

Desse modo, é de fácil percepção que a formalização de uma educação consubstanciada no respeito consciente das diferenças existentes entre as culturas promoveria um convívio social mais harmônico. Diante de uma revisão bibliográfica temas pertinentes serão abordados ao longo da pesquisa, tais como: Sociedades multiculturais; A docência e a diversidade cultural; Diversidade cultural no ensino profissionalizante e técnico. Após tem-se as considerações finais e as referências utilizadas. Assim sendo, eis a questão a ser respondida: Como o professor está conseguindo trabalhar com a diversidade cultural presente nos cursos profissionais e tecnológicos?

Esta educação, pretende fazer de cada indivíduo um agente de transformação, no entanto, exige uma reflexão, para compreender o princípio

histórico da situação de miséria e exclusão, que vive boa parte da população brasileira. E neste sentido, só é possível melhorar-se o relacionamento entre as pessoas, se começar pelo universo escolar, onde se cria formadores de opinião, e que podem mudar com suas atitudes as situações de opressão que vivenciarem.

Muito embora, não se pode jogar esta responsabilidade toda só na escola, existem diversos outros segmentos importantes da sociedade que também participam dessa formação, como a família, os meios de comunicação, grupos sociais e até mesmo o Estado diante de uma intervenção, seja para garantir direitos ou para agir coercitivamente, diante de uma ação ou omissão que é reprimida.

3 CONCLUSÃO

Seria presunçoso fazer grandes conclusões para reflexão aqui apresentada sobre alguns dos grupos mais vulneráveis que podem ser identificados no Brasil, reconhecendo suas principais dificuldades, preconceitos, discriminações e exclusão, com a falta de acesso à maioria dos direitos fundamentas que visam os direitos humanos.

É salutar a inclusão destes grupos ao programa nacional de direitos humanos, para que o país possa crescer, e se desenvolver com dignidade reconhecendo as diferenças culturais, permitindo para que todos tenham o seu espaço indiferentemente de sua origem, raça, cor, sexo, gênero, idade, manifestação religiosa ou orientação sexual.

Como alternativa de superação deste contexto marcado pela potencialização da exclusão social, entende-se que educar para a solidariedade, seja capaz de proporcionar a todos, o acesso a novas formas de (re)conhecimento, seja por meio do reconhecimento das diferenças entre grupos, seja por meio de técnicas integradoras, afim de, pôr em prática o respeito pela diversidade.

Enfim, o Brasil é signatário e teoricamente tem uma vasta legislação voltada a cidadania e em defesa dos direitos humanos, entretanto, na prática ainda permanece um longo caminho a ser percorrido, com amplo diálogo entre a igualdade e a diferença numa sociedade com múltiplos interesses e extrema desigualdade.

REFERÊNCIAS

BEDIN, Gilmar Antonio. **Cidadania, direitos humanos e equidade**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 12ª edição. São Paulo: Paz e terra, 2011.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão da Terra. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

BONFIM, Benedito Calheiros. Estatuto do Idoso. **Revista Jurídica Consulex** – Ano VII – nº 162 – 15 de outubro de 2003.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: link. Acesso em:12 fev. 2021.

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino, SILVA, Roberto. **Metodologia científica** (6ª edição). São Paulo: Pearson Prentice Hall 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 1999.

FLORES, Joaquim Herrera. **Teoria Crítica dos Direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. **Ações afirmativas à brasileira**: necessidade ou mito? Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

KÖCHE, José Carlos. O Fluxograma da Pesquisa Científica. In **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa** (32ª edição). Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

LUCAS, Doglas Cesar. **Direitos humanos e interculturalidade**: um diálogo entre a igualdade e a diferença. Ijuí: UNIJUÍ, 2010.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2012.

PANIKKAR, Raimundo. Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental. In: BALDI, César Augusto. **Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

PAVAN, Ruth. Diversidade cultural, desigualdade e exclusão: um encontro com professores da Educação Básica. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 13, n. 39, pp. 711-727, maio/ago. 2013.

PONTIERI, Alexandre. Estatuto do Idoso – Lei nº 10741 e transporte interestadual de passageiros. **Síntese**, setembro de 2004, p 13.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 6ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Fundamentos políticos da mediação comunitária**. Ijuí: Unijuí, 2012.

SPENGLER, Fabiana Marion; LUCAS, Doglas Cesar. **Conflito, jurisdição e direitos humanos**: (dês) apontamentos sobre um novo cenário social. Ijuí: UNIJUÍ, 2008.

VENZON, Rodrigo Allegretti. Povos indígenas e direitos humanos: breve análise de fatos recentes. In: Rio Grande do Sul. Assembléia legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul 2010**: garantias e violações dos direitos humanos. Porto Alegre: Corag, 2010.

ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE O TEMA DA HOMOSSEXUALIDADE EM LIVROS PARADIDÁTICOS DE SEXUALIDADE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO[1]

Lucas Mendes Silva[2]
Jackson Ronie Sá-Silva[3]
Vitoria Raquel Pereira de Souza[4]
Alderico Segundo S. Almeida[5]

Resumo

Analisa-se os discursos sobre homossexualidade em livros paradidáticos sobre Sexualidade, catalogados em uma biblioteca de escola pública do ensino médio da cidade de São Luís, Maranhão, Brasil. A metodologia utilizada apoiou-se nos pressupostos da pesquisa documental e na análise do conteúdo categorial de Bardin. Evidenciou-se que os livros paradidáticos sobre Sexualidade, em sua maioria, discutem a homossexualidade, numa perspectiva sociocultural e cidadã, apontando ações didáticas para discussão do tema, bem como fornecem informações sobre algumas possibilidades de discutir a homofobia, na perspectiva daqueles que sofrem a violência, traduzindo-a como uma materialidade que incorpora sentidos biológicos, culturais, políticos, sociais e econômicos. Evidenciou-se a importância dos achados desta pesquisa, qualitativa educacional documental, para o campo da educação sexual, a ser desenvolvida nas escolas de ensino médio. A investigação realizada poderá servir de subsídio

---

[1]A investigação qualitativa documental educacional que gerou os dados deste texto faz parte do projeto de pesquisa intitulado "A discussão da homossexualidade em livros de sexualidade e educação sexual" e está sendo financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Edital nº 002/2019 – UNIVERSAL, Processo nº 00918/2019 – UNIVERSAL.
[2]Graduando do curso de Ciências Biológicas Licenciatura e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, lucasmendes786@gmail.com
[3]Professor do Departamento de Biologia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE – UEMA). Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, prof.jacksonronie.uema@gmail.com
[4]Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE – UEMA), São Luís, vrp.souza@hotmail.com
[5]Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE – UEMA), São Luís, aldericosegundo.profissional@gmail.com

para a construção de propostas pedagógicas que serão utilizadas por professores e professoras da educação básica, a fim de que possam problematizar o tema da homossexualidade, em perspectivas cidadãs, plurais e éticas.
Palavras-chave: homossexualidade; educação; sexual; livros; paradidáticos.

Abstract

Analyze itself the speeches on the topic of homosexuality in paradidatic books about Sexuality cataloged in a public school library of the high school in the city of São Luís, Maranhão, Brazil. The methodology used was based on the assumptions of documentary research and on the analysis of Bardin's categorical content. The research showed that sexuality textbooks, mostly, discuss homosexuality from a sociocultural and citizen perspective, pointing out didactic actions for discussing the theme, as well as providing information on some possibilities of discussing homophobia from the perspective of those who suffer violence, translating it as a materiality that incorporates biological, cultural, political, social and economic meanings. It is evident how important were the findings of this qualitative educational documentary research for the field of sex education to be developed in high schools. The research carried out may serve as a subsidy to build pedagogical proposals to be used by teachers of basic education so that they can problematize the issue of homosexuality in citizen, plural and ethical perspectives.
Keywords: homosexuality; sexual; education; paradidatic.; books.

1 INTRODUÇÃO

Eis o cenário da discussão que apresentaremos neste texto: conteúdos sobre o tema da homossexualidade, analisados em livros paradidáticos sobre Sexualidade, catalogados em uma biblioteca de escola de ensino médio da rede pública de São Luís, Estado do Maranhão, Brasil. Entendemos que as discussões abordadas nesses livros paradidáticos são importantes, uma vez que as problematizações advindas influenciam as pessoas, os jovens e o alunado do ensino médio a perceberem os preconceitos, as discriminações e as violências perpetradas contra aquelas pessoas qualificadas como homossexuais. Por isso, trataremos esse conteúdo à luz dos Estudos Culturais em Educação, utilizando-nos da pesquisa documental para situar e propor discussões pedagógicas plurais

e cidadãs, colaborando, assim, com a formação de professores e dos sujeitos que frequentam a escola.

Faz-se necessário, pois, entender-se como a homossexualidade é apresentada na discussão desses livros, visto que são eles uma das principais ferramentas utilizadas por professores e professoras para iniciarem ou aprofundarem esta temática em sala de aula, e, também, por tratar-se de um instrumento paradidático de comunicação e informação que auxiliará no processo de ensino e aprendizagem dos/das estudantes.

Norteados pelos pressupostos da educação para diversidade, analisamos os livros paradidáticos de Sexualidade, fundamentados nos processos de análise do conteúdo categorial de Bardin (2011) e Minayo (2013), os quais foram discutidos à luz do aporte teórico: os Estudos Culturais em Educação.

As discussões que fomentam o campo das pesquisas sobre temas culturais, tais como, gênero e sexualidade, são necessárias, sobretudo, no campo da educação. Ao nos conscientizarmos de que essa pluralidade nos caracteriza individual e socialmente, somos impelidos/as a procurar novas formas de configurar um fator de enriquecimento e de desestabilização de sistemas de representações que hierarquizam termos e identidades como naturais e inevitáveis, estigmatizam identidades contrárias e subvertem outros conceitos (HALL, 2006; JUNQUEIRA, 2009).

Essa questão foi tratada por Louro (2008) indicando que, independentemente de se apresentar de forma manifesta ou explícita ou de compor o conteúdo de algum projeto de educação sexual, as sexualidades transitam pelos espaços escolares à medida que é parte constituinte das identidades dos agentes sociais que frequentam esse espaço.

Nesse sentido, os Estudos Culturais em Educação traduzem a possibilidade caleidoscópica, a partir da reflexão sobre diferentes áreas do

conhecimento, o compartilhamento de "formas de olhar", buscando entender/interpretar/ressignificar o campo pedagógico; observando e analisando as cenas desses (discurso/representação) para além dos muros da escola. Isto significa analisar discursos e artefatos, concebidos tradicionalmente como pedagógicos, a exemplo dos livros didáticos e paradidáticos das legislações educacionais e de programas e projetos educativos que fazem parte do aparato escolar, instituindo-se em dispositivos disciplinares (dentro e fora da escola), pois, entendemos que nossas escolhas "de dizer" sobre a educação escolar representam condutas e produzem subjetividades e identidades.

2 DESENVOLVIMENTO

Este estudo baseou-se nos pressupostos da pesquisa documental que "segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos" (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 4).

Este tipo de pesquisa atende, também, aos objetivos que foram propostos, pois, preza por um olhar mais interpretativo e descritivo do/a pesquisador/a, que incorpora os sujeitos como atores sociais e entende suas práticas enquanto socialmente construídas. Assim, por se tratar de um tema sensível – que atualmente vem ganhando espaço por repercutir na luta de diversas pessoas, sobretudo em uma sociedade calcada em valores éticos e socioculturais de cunho sexista, machista e muitas vezes opressor, e que já perdura há inúmeras gerações –, permite ao pesquisador uma visão crítica e analítica, para que entenda a forma como são apresentadas as ideias expressas nesses conteúdos que podem trazer ainda mais dúvidas aos seus leitores. Portanto, para que as análises continuem melhores e ainda mais concisas, faz-se

necessário o exercício de conhecer o tema, mediante a visão de autores que já o conhecem com maior profundidade.

A primeira etapa desta pesquisa documental consistiu na catalogação e organização dos livros sobre Sexualidade, que totalizaram três livros paradidáticos. Todos os trechos dos livros que continham conteúdos relacionados ao tema da homossexualidade passaram pelo processo de digitalização e posterior organização das informações contidas.

A segunda etapa consistiu na leitura flutuante e em profundidade dos conteúdos dos livros de Sexualidade. Assim foi feita a organização dos textos, utilizando-se, como ferramenta, metodológica o processo de análise documental (MINAYO, 2013), em que realizamos uma organização categórica dos textos para que ficasse mais inteligível a análise e, também, para extrair conteúdos presentes e não presentes nos discursos dessas obras.

Na terceira etapa realizamos a categorização dos textos que continham informações acerca do tema da homossexualidade e, dessa forma, construímos categorias de análise para posterior teorização que o leitor e a leitora podem acessar no item "Resultados e discussão".

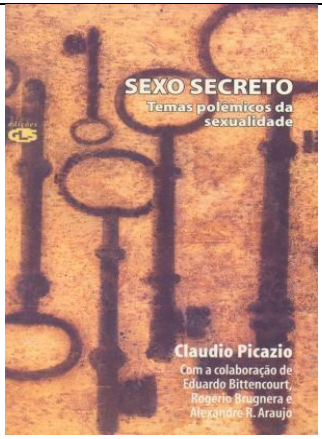
Para melhor estruturação das categorias, seguimos as ideias de Bardin (2011) que preveem três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação. Tais procedimentos consistiam no grifo das frases ou dos parágrafos que pudessem remeter às categorias encontradas, visualizando e praticando essa técnica de organização textual, a qual possibilitou um melhor aproveitamento em relação aos textos analisados, sem que esses perdessem sua essência, para que fosse possível entender os conteúdos presentes nesse material sem a necessidade de uma leitura prévia. Tal procedimento facilitou a identificação e constituição das categorias nos livros pesquisados.

Então, partimos para a quarta etapa, que consistiu nas análises dessas categorias construídas, para que, assim, pudéssemos construir os Quadros-Síntese, de acordo com o modelo idealizado por Sá-Silva (2012). Esses Quadros-Síntese nortearam e serviram de base para as teorizações e problematizações que fundamentaram os resultados da investigação apresentados abaixo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos abaixo a análise dos três livros paradidáticos de Sexualidade que trazem o tema da homossexualidade em seus conteúdos. Nossos guias de análise e problematização são os Quadros-Síntese, os quais apresentam, sinteticamente, as informações sobre o livro e o conteúdo específico sobre a homossexualidade.

Quadro-Síntese 1 – Informações sobre o tema da homossexualidade. Livro 1

Livro 1	**Informações sobre o livro paradidático**	**Perspectiva da abordagem sobre a homossexualidade**
	Autor: Cláudio Picazio Título do capítulo: Homossexualidade Ano de publicação: 1998 Tipologia da publicação: Sexualidade.	A abordagem é psicossocial, com propostas didáticas socioculturais sobre a homossexualidade.
Características gerais do livro paradidático		**Conteúdos sobre a homossexualidade**

O autor esclarece as possíveis fantasias que os alunos e alunas tenham a respeito dessa orientação de desejo sexual, colaborando, assim, com a aceitação da classe se, porventura, algum/a estudante for homossexual. Este livro traz temas frequentemente expostos pela mídia e que são distorcidos por ela, tais como: papéis sexuais, homo e bissexualidade, garotos de programa, travestis, *drags* e perversões sexuais, entre outros. O autor organiza o texto para que educadores possam usá-lo em ações de orientação sexual e para tirar dúvidas de maneira objetiva e sem preconceito, abrindo caminho para o exercício da sexualidade responsável pelos adolescentes.	O capítulo problematiza o tema da homossexualidade de forma explícita e direta. Há uma preocupação por parte do autor de preservar a identidade dos sujeitos homossexuais, retirando o sufixo "ismo" do termo "homossexualismo" e conceituando a homossexualidade como sendo "opção sexual". O autor aborda os impactos que a homofobia causa nas pessoas homossexuais.
Proposições pedagógicas presentes no livro paradidático sobre a homossexualidade	
O capítulo apresenta três sugestões pedagógicas: a primeira é abordar o tema dinamicamente e convocar os/as estudantes para assistirem a um filme pertinente à temática. Após a exibição, promover uma discussão, esclarecendo o conceito de homossexualidade e destacando questões acerca da dificuldade de se viver uma orientação sexual diferente da maioria. A segunda proposição de aula é uma dinâmica envolvendo uma reflexão sobre o texto "No país de Blowminsk", acompanhada de questões abertas em relação ao mesmo. A terceira consiste em um questionário que tem por objetivo "diagnosticar" o conhecimento de alunos e alunas sobre alguns conceitos pertinentes à temática da orientação sexual.	

Fonte: PICAZIO, Cláudio. **Sexo secreto:** temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Summus, 1998.

O livro *Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade* (PICAZIO, 1998) apresenta uma abordagem histórica sobre o ser homossexual com o intuito de localizar os seus leitores sobre estes temas, principalmente porque estes podem ser homossexuais e se sentirem contemplados com uma discussão acolhedora e

positiva sobre a vida homossexual. O capítulo do livro tenta desmistificar algumas ideias equivocadas que alunos e alunas, talvez, tenham em relação à sexualidade, esclarecendo dúvidas, imprimindo um discurso que qualificamos como biologizante e psicologizante do ser homossexual. O autor faz discussões sobre a homossexualidade e a heterossexualidade, demostrando que ambas não se tratam de escolhas, mas de algo maior que o indivíduo carrega consigo desde a infância e que esse interesse, essa vontade e esse desejo são maiores do que as vontade do sujeito em decidir sobre a sua sexualidade. Picazio (1998) sugere que

> [...] a homossexualidade está longe de ser uma opção, o que é muito importante de ser levado em conta. Todos nós podemos lembrar quando começamos a sentir interesse por alguém, em geral lá na infância, e provavelmente não faz parte dessa memória o pensamento: "Acho que vou preferir a Regininha em vez do Mauro." Meninas e meninos homossexuais sentem o seu desejo da mesma forma espontânea que heterossexuais, não havendo a escolha consciente que a palavra "opção" implica (PICAZIO, 1998, p.32).

Nesse trecho observamos a preocupação de Picazio (1998) em relacionar a homossexualidade como algo que seja intrínseco em sua vida e que não se comporta como patologia ou distúrbio.

O texto apresenta discussões sobre estigmas que até os dias de hoje são discutidos, como, a ideia citada por Picazio (1998), em seu texto sobre a visão sociocultural da homossexualidade vivida naquela época (em que o livro foi publicado), e que se assemelha bastante com os discursos e pensamentos que a sociedade atual, apesar de todas as mudanças ocorridas, insiste em reproduzir.

O capítulo faz uma discussão sobre o impacto da homofobia**.** O autor discursa sobre incoerências que dizem das pessoas homossexuais perante a sociedade, comentando acerca das dificuldades, violências e restrições enfrentadas diariamente por esses, além de explanar o preconceito que os faz, muitas vezes, negar sua própria identidade, por medos internos, de comentários

dos familiares, das condenações e dos julgamentos e medo da impressão daqueles que os tratam como aberrações, desviantes, impuros ou doentes. Tais características Picazio (1998) argumenta tratar-se de homofobia,

> [...] não é fácil para uma pessoa admitir a sua homossexualidade. Perceber-se sentindo desejo por um igual, em uma sociedade onde isto ainda é visto, no mínimo, como inferioridade, é muito complicado. De repente, a pessoa sente coisas que provavelmente ela mesma condena nos outros. Suas impressões a respeito de si mesma conjugadas ao preconceito vigente, desvalorizam a si própria, fazendo com que se negue como pessoa e fuja de si mesma, muitas vezes atacando um outro homossexual para, assim, tentar distanciar-se do seu desejo (PICAZIO, 1998, p.31).

O termo "homofobia" tem sido empregado em referência a um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), em relação a homossexuais. No entanto, entendemos que o conceito de homofobia é mais amplo: um conjunto de crenças e mecanismos, urdidos pela heteronormatividade, que atentam contra as expressões sexuais e de gênero que não se enquadram nas "normas de gênero" e na sequência sexo-gênero-sexualidade (BUTLER, 2003).

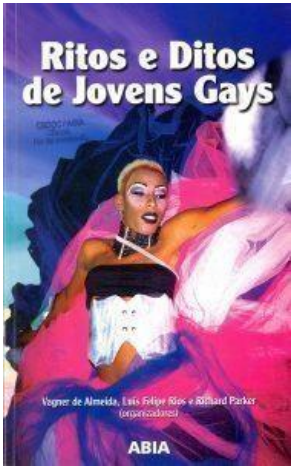
Na atualidade, os temas homossexualidade e homofobia vêm sendo bastante discutidos. Assim, a formação (inicial e continuada) de profissionais, a problematização dos temas com alunos/as, as pesquisas no âmbito escolar, com vistas a ampliar o debate sobre violências aos homossexuais, fazem-se necessárias.

Melhorar a linguagem e a abordagem pedagógica, visualizando as práticas educativas e seus desdobramentos, são fundamentais para a compreensão da sexualidade cidadã, da ética e da educação sexual democrática, pois, apesar de os livros paradidáticos, analisados nesta pesquisa, tratarem do tema da sexualidade usando uma linguagem de fácil compreensão, não são textos atualizados, e isso faz toda a diferença, uma vez que a forma com que as

informações são apresentadas podem esconder estigmas, preconceitos, restrições aos sujeitos qualificados como homossexuais, e até mesmo podem fazer o papel inverso daquilo que se pretende como educação sexual.

Agora, vamos problematizar o segundo livro paradidático sobre a homossexualidade: *Ritos e ditos de jovens gays*.

Quadro-Síntese 2 – Informações sobre o tema da homossexualidade. Livro 2

Livro 2	**Informações sobre o livro paradidático**	**Perspectiva da abordagem sobre a homossexualidade**
	Autores: Vagner de Almeida, Luís Felipe Rios e Richard Parker. Ano de publicação: 2004 Tipologia: Sexualidade.	A abordagem é de perspectiva sociocultural.
Características gerais do livro paradidático		**Conteúdos sobre a homossexualidade**
O livro apresenta densos depoimentos de jovens homossexuais, que contam sobre suas experiências sexuais, violências familiares, situações de homofobia etc. Os sujeitos relatam suas dores existenciais e a vida difícil diante da situação de serem homossexuais; explicitam seus sonhos, desejos e alegrias e, acima de		Os autores falam explicitamente sobre a homossexualidade. Abordam os impactos que a família, a religião e a escola têm sobre esse tema,

tudo, contam, corajosamente, sua forma de enfrentar com dignidade e honestidade uma sociedade injusta, opressora, machista e homofóbica. Os autores abrem espaço para dialogar sobre educação sexual e educação para a diversidade.	levando a maioria dos jovens homossexuais a situações de depressão, suicídio e envolvimento com drogas, como refúgio de suas dores. O texto também aborda sobre a homofobia.
Proposições pedagógicas presentes no livro paradidático sobre a homossexualidade	
O livro apresenta proposições metodológicas para a discussão do tema da homossexualidade, no campo da educação não formal, a partir de intervenções a serem realizadas nas ruas, em boates, clubes, locais de prostituição e praças, para que os sujeitos envolvidos no processo educativo utilizem a metodologia da distribuição de panfletos/convite para as oficinas sobre sexualidade. Há enfoque pedagógico para intervenções de distribuição de preservativos, direcionados ao público adolescente. As oficinas envolvem a metodologia da dramatização, as caracterizações da dinâmica teatral e a produção de vídeos. Os autores enfatizam o uso de linguagem mais próxima ao cotidiano dos jovens, indicando que tal ação facilita o processo de comunicação e educação sexual para a discussão do tema da homossexualidade.	

Fonte: ALMEIDA, Vagner de; PARKER, Richard; RIOS, Luís Felipe. **Ritos e ditos de jovens gays.** Rio de Janeiro: Editora Abia, 2004.

Autores do livro *Ritos e Ditos de Jovens Gays*, Almeida, Rios e Parker (2004) escreveram, tendo como centralidade os depoimentos de jovens homossexuais, que compartilham um pouco de suas trajetórias, convivências, desejos, decepções, dificuldades e sonhos. Os jovens entrevistados falam sobre a escola, a igreja e a família, e expressam como essas instituições influenciaram suas vidas, a partir do momento em que resolveram expressar sua homossexualidade. Os depoimentos nos fazem imaginar as situações vividas por esses/essas jovens e até mesmo sentir as dores relatadas por eles e elas, tendo

em vista as agressões psicológicas e corporais, tudo isso pelo fato de manifestarem expressões sexuais e de gênero adversas às preestabelecidas socialmente para o campo da sexualidade.

Recorda Silva (2000, p.78) que "a identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido, não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem" (SILVA, 2000, p.78). Dessa forma, Almeida, Rios e Parker (2004) denunciam a exclusão e falta de respeito da sociedade para com quem faz escolhas diferentes. Utilizam os relatos contidos no livro *Ritos e ditos de jovens gays* para problematizarem a realidade complexa e violenta de inúmeros adolescentes, que são colocados à margem da sociedade, por não seguirem os padrões heteronormativos impostos socialmente, muitas vezes, violando direitos fundamentais, como o de proteção e educação.

Apesar da intolerância, do desrespeito e da violência sofridas socialmente, e que carrega a marca da heteronormatividade, alguns/algumas jovens continuam lutando com a perspectiva de que um dia o mundo melhore e as diferenças sejam superadas, que os indivíduos possam gozar de suas sexualidades sem sofrer repressão ou serem estigmatizados, por terem escolhas diferentes daquelas tratadas consideradas legítimas, ou melhor, estabelecidas como padrão. Esse otimismo, em relação a uma sociedade justa, menos preconceituosa e a favor das diferenças, pode ser visto nas palavras de um dos jovens entrevistados:

> Repressão, creio que já deva ter sentindo várias, muitas, mas resisti a todas. Como falei com os meus pais, não há dor ou vergonha no mundo que não passe. Então, as deles terão de passar. Vou ser o que eu quero para a minha vida e não vou permitir viver do jeito que eles queiram que eu viva. Sou homossexual assumidíssimo, pago os dízimos da vida por isso, mas creio que um dia, muito em breve, essa luta acabará e que as pessoas aprenderão a conviver com as diferenças, inclusive com a homossexualidade - Fabio, ativista gay, 20 anos (ALMEIDA; RIOS; PARKER; 2004, p. 6).

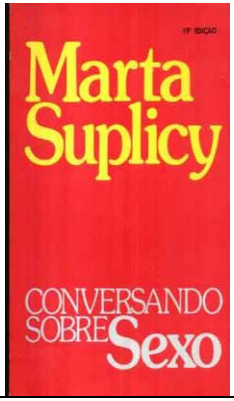
Para que possamos vencer as barreiras que configuram a diferença como um fator impulsionador de estigmas preconceitos e violências, devemos adotar estratégias para empoderar os sujeitos da diferença, pois "esse tipo de luta requer armas peculiares. Supõe estratégias mais sutis e engenhosas" (LOURO, 2008, p. 20). Tais estratégias precisam visibilizar informações científicas, éticas e cidadãs para a proteção das pessoas homossexuais. Muitas pessoas acreditam que a homossexualidade é algo perverso, caracterizando-se como uma doença psicológica e genética.

Esses discursos, consubstanciados historicamente pela Ciência, geraram informações que foram sendo reproduzidas socialmente, cujas bases morais são pautadas por normas, crenças, valores e costumes judaico-cristãos. O patriarcado tem sido concebido ideologicamente como modelo único em nossa cultura. Assim, a família, o Estado e as religiões são instituições centrais para manutenção desse arquétipo, que nada mais é que um constructo social de dominação.

Em 1980, Marta Suplicy apresentava o programa *Comportamento Sexual*, na *TV Mulher*, exibido pela emissora Rede Globo, dedicado às mulheres. O quadro possuía uma audiência diária de dois milhões de telespectadores, tornando-se um dos mais conhecidos.

Entre os temas apresentados por Marta Suplicy destacavam-se: gravidez na adolescência, orgasmo, impotência e impulso sexual. Com viés educacional, o programa tinha a proposta de nortear e orientar aquelas pessoas que relatavam sobre suas experiências e dúvidas em relação à sexualidade de si e do outro.

Quadro-Síntese 3 – Informações sobre o tema da homossexualidade. Livro 3

Livro 3	Informações sobre o livro paradidático	Perspectiva da abordagem sobre a homossexualidade
	Autor: Marta Suplicy. Título do capítulo: Homossexualidade Ano de publicação: 1994 Tipologia: Sexualidade.	A abordagem é de perspectiva biomédica e psicológica.
Características gerais do livro paradidático		**Conteúdos sobre a homossexualidade**
É uma obra ilustrada que apresenta cartas tiradas do fichário do programa televisivo *TV Mulher*, onde Marta Suplicy tinha um quadro de apresentação diário denominado *Comportamento Sexual*, no ano de 1980. O livro é dividido em 24 capítulos que relatam sobre assuntos que vão desde como conversar sobre sexo, passando por todas as etapas do desenvolvimento sexual humano e apresentando características de cada fase, doenças, drogas, disfunções sexuais, parafilias, métodos contraceptivos, sexualidade da pessoa deficiente e da terceira idade e o tema do amor.		O capítulo fala explicitamente sobre o tema da homossexualidade. Cada sessão do capítulo traz cartas de pessoas, buscando orientações acerca de sua homossexualidade e vivências sexuais. A autora dialoga com essas cartas, apresentando o tema da homossexualidade, numa perspectiva

	psicológica e biomédica. Percebemos nas discussões, tanto nas cartas quanto no referencial teórico que a autora nos mostra, a presença da ideia da moralidade e da religiosidade como instrumentos de regulação da homossexualidade.
Proposições pedagógicas sobre a homossexualidade	
O capítulo não traz proposições pedagógicas sobre a homossexualidade.	

Fonte: SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. 19ed. Edição da Autora; Editora Vozes: Petrópolis – RJ, 1994.

As discussões contidas na narrativa de Marta Suplicy (1994) têm caráter instrutivo, pois, apresentam a capacidade de esclarecer várias dúvidas a respeito da sexualidade, uma vez que essa quase sempre fundamenta sua preleção com discursos que se aproximam da psicanálise, para tentar desvendar a relação de causa e efeito dos impactos que a expressão (muitas vezes considerada pela autora como frustrada) da sexualidade de seus ouvintes se materializaram em divergências e dúvidas sobre as próprias identidades, criando, assim, visões e atribuições distorcidas em virtude do pouco – ou até nenhum – diálogo sobre a sexualidade, como algo primordial na construção da personalidade dos sujeitos.

Na história de homossexuais masculinos e femininos é lugar comum a existência de um ambiente familiar puritano e heterossexual provocador de culpa

e ansiedade, como nos diz Suplicy (1994). Em resposta aos conflitos internos relatados em carta por uma telespectadora, Suplicy (1994) analisa:

> [...] Parece, à primeira vista, que você sucumbiu à pressão social e sua própria, numa primeira fase de sua vida, quando optou pelo casamento. Na época você não foi ajudada a refletir sobre a situação. A angústia provocada pela existência de duas forças contraditórias dentro da pessoa faz, muitas vezes, com que ela tente impor uma solução ao conflito. Entretanto, esta solução será aparente se os dois componentes permanecerem ativos e não resolvidos. Parece-me que a opção pelo casamento poderia ter sido gerada por estes motivos, numa tentativa de compromisso com a sociedade e com a sua angústia. Não seria, então, uma decisão interna, um triunfo sobre um dos dois componentes da bissexualidade, e, portanto, é natural que o conflito retorne [...] (SUPLICY, 1994, p. 265).

Tendo como aporte teórico a perspectiva freudiana, Suplicy (1994) esclarece as divergências que sofre uma pessoa que se encontra perdida, em meio aos conflitos internos, e que se recusa a permitir viver a sua verdade, uma vez que está ancorada em um conjunto de valores pré-estabelecidos socialmente na família, como ratifica a autora em outro momento:

> A homossexualidade é parte da personalidade do indivíduo, cresce e se desenvolve com ele, sendo ou não assumida ou expressa abertamente. Geralmente o homossexual reconhece a realidade emocional e sexual da sua orientação. Frequentemente ele luta contra este desejo, sente medo dele, da frustração que causará aos pais, e da pressão que sofrerá da sociedade. Muitas vezes casa para esconder o que lhe é penoso, difícil de enfrentar (SUPLICY, 1994, p. 268).

Tendo em vista essa discussão, podemos observar a importância de se tratar este tema com as pessoas, quer seja em casa ou na escola, por exemplo. Louro (2008, p. 66) nos fala que a "linguagem, crenças, fantasias, códigos sociais, desejos inconscientes, atributos biológicos constituem a sexualidade, em combinações e articulações complexas". Pela complexidade do tema, as discussões a respeito da homossexualidade são importantes, necessárias e

socialmente relevantes, devido ao impacto gerado pelas violências já estabelecidas, como a homofobia.

4 CONCLUSÃO

Os três livros paradidáticos de Sexualidade analisados reverberam uma perspectiva sociocultural de enfrentamento à discriminação de pessoas, qualificadas como homossexuais, buscando apontar pistas para a amenização dessa problemática, por meio de debate sistemático, científico, ético e cidadão, objetivando o respeito às diferenças e o combate à homofobia social.

De acordo com os Quadros-Síntese apresentados, percebemos que as visões sobre a homossexualidade são demonstradas de maneiras distintas; apresentam discursos de perspectiva inclusiva e comprometidos em produzir ideias educacionais que ajudem a desenvolver atividades pedagógicas para a discussão e compreensão da homossexualidade, como condição humana legítima e plural.

A homossexualidade, assim como qualquer dimensão da sexualidade das pessoas, é uma construção sociocultural. Portanto, falar sobre ela é importante. No entanto, deve-se falar pela via da ética, da cidadania e da educação para diversidade.

Livros são veículos importantes na educação dos sujeitos e, nesse sentido, os livros paradidáticos auxiliam nesse processo. Mas, devem educar para o exercício da inclusão das diferenças, sem marcar os sujeitos como sendo melhores ou piores. As diferenças devem ser valorizadas. É um desafio. É uma necessidade. Professoras e professores são aliados em relação à melhoria da vida das pessoas, e isso só acontecerá quando nos abrirmos para o exercício da pluralidade sexual e de gênero e outras pluralidades produzidas socialmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V.; PARKER, R.; RIOS, L. F. **Ritos e ditos de jovens gays**. RJ: Ed. Abia, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006.

JUNQUEIRA, R. D. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar**. In: Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas. Anais. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2009.

LOURO, G.L. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MINAYO, M. C. S**. O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

PICAZIO, Cláudio. **Sexo secreto:** temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Summus, 1998.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. ALMEIDA, Cristóvão Domingos. GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documenta**l: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I, n.1, jul., 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. **"HOMOSSEXUAIS SÃO"**: revisitando livros de medicina, psicologia e educação a partir da perspectiva *queer*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, p.37.2012.

SILVA, Tomaz Tadeu et al. **A produção social da identidade e da diferença**. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo**. 19 ed. Edição da Autora; Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1994.

A HOMOSSEXUALIDADE EM LIVROS DE EDUCAÇÃO SEXUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO LUÍS – MA[1]

Gabriel Felipe Serra de Sousa[2]
Alderico Segundo Santos Almeida[3]
Jackson Ronie Sá-Silva[4]

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa documental, que teve como objeto~~s~~ de estudo os discursos sobre o tema da homossexualidade e as posições teórico-metodológicas dos autores inscritos em oito livros paradidáticos de Educação Sexual, catalogados em três bibliotecas de escolas públicas de ensino médio. O referencial teórico utilizado para as análises foi os Estudos Culturais em Educação, em sua vertente pós-estruturalista, que fundamentou as análises e o processo de categorização dos livros paradidáticos. Nos livros a homossexualidade é discursada de diferentes formas, visto que uns abordam sistematicamente a dimensão sócio-histórica, cultural e política, enquanto outros timidamente apenas citam o tema, porém, todos incentivam o trabalho pedagógico da temática na escola. Foram construídas sete categorias que ajudaram a compreender como as narrativas são organizadas e estruturadas nos materiais paradidáticos. Os/as professores/as precisam de materiais que contenham informações coerentes, cidadãs, acolhedoras e éticas a respeito da homossexualidade, permitindo visões políticas, culturais e sócio-históricas para uma formação que vislumbre inclusão e protagonismo de si e do outro em uma sociedade plural.

---

[1] A investigação qualitativa documental educacional que gerou os dados deste texto faz parte do projeto de pesquisa intitulado "A discussão da homossexualidade em livros de sexualidade e educação sexual" e está sendo financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Edital nº 002/2019 – Universal, Processo nº Universal – 00918/2019.
[2] Graduando do curso de Ciências Biológicas, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís-MA, gabrielfelipesousa45@gmail.com.
[3] Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão, São Luís-MA, aldericosegundo.profissional@gmail.com.
[4] Professor do Departamento de Biologia (DBIO – UEMA) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE – UEMA), Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), São Luís-MA, prof.jacksonronie.uema@gmail.com.

Palavras-chave: estudos; culturais; homossexualidade; livros; paradidáticos.

ABSTRACT

This work is the result of a documentary research, whose object of study was the speeches on the theme of homosexuality and the theoretical and methodological positions of the authors enrolled in eight sexual education books, cataloged in three public high school libraries. The theoretical framework used for the analyzes was the Cultural Studies in Education, in its post-structuralist aspect, which founded the analysis and the process of categorization paradidactic books. In books, homosexuality is discussed in diferente ways, since some systematically address the socio-historical, cultural and political dimension, while others timidly only mention the theme, but all encourage the pedagogical work of the theme at school. Seven categories were built that helped to understand how narratives are organized and structured in paradidactic materials. Teachers need materials that contain coherent, citizenship, welcoming and ethical information about homosexuality, allowing political, cultural and socio-historical views for a formation that envisions inclusion and protagonism of themselves and the other in a plural society.
Keywords: cultural; studies; homosexuality; paradidactic; books.

1 INTRODUÇÃO

A escola é o ambiente formal de ensino, onde aprendemos a escrever, ler, interagir e a conhecer as culturas das sociedades e dos/das colegas que frequentam o espaço. É o local da interação, da diversidade no jeito de olhar, falar, vestir e ser. É nela que percebemos a importância de se discutir as diferenças e os problemas que os/as diferentes encontram para viver em sociedade.

Diz Alves Reis (2017), que a escola tem um papel importante no contexto social, pois é a partir dela que o conhecimento sobre as desigualdades em relação a gênero, raça e orientação sexual são (re)produzidos, enfatizados e transformados. É na escola, segundo a autora, que as identidades são formuladas de maneiras diferentes em cada aluno/a, em que a sexualidade e suas representações ganham o discurso de certo/errado, normal/anormal.

Paralelo a isso, Almeida e Sá-Silva (2018) alertam sobre o fato de que os casos de violência, discriminação, exclusão e violação dos direitos humanos no

ambiente escolar ganharam uma proporção acentuada. No Brasil, os casos são repetidos pelas violências verbais, não-verbais e simbólicas, cometidas por alunos, alunas, professores, professoras e outros funcionários/as da educação. E é nesse espaço e com esses casos de violência e exclusão que também encontramos os/as homossexuais.

A homofobia foi criminalizada em 13 de junho de 2019, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) configurou com pena de um a três anos e aplicação de multa, os atos preconceituosos advindos de falas verbais ou não-verbais ou violências explícitas contra pessoas homossexuais e transexuais, gerando uma vitória significativa para o movimento LGBT+ (GOMES; NICOLAU, 2020).

As mortes de pessoas LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) em 2019 resultaram em 297 homicídios (90, 3%) e em 32 suicídios (9,7%). Os resultados apresentaram uma diminuição de 26% em relação a 2017 e outros 22% face a 2018 (OLIVEIRA; MOTTZ, 2020).

A redução do número de mortes, segundo Oliveira e Mottz (2020), deve-se ao fato das novas estratégias de sobrevivência e cautela que as pessoas LGBT+ estão tomando no cotidiano, advindas dos discursos de ódio, como do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, e de seus aliados e apoiadores, além das faces que a pandemia do Coronavírus (Covid-19) tem mostrado. Por outro lado, o contexto da pandemia parece ter agravado a situação. O Boletim de nº 2, divulgado em 2020 pela Agência Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), informa que o Brasil apresentou aumento de 90% no número de casos de assassinatos à comunidade LGBTQIA+ em relação ao mesmo período de 2019.

Diante desse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode ser visto como um documento normativo que define ações de aprendizagens essenciais para Educação Básica, assegurando os direitos de aprendizagem em

conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE). É orientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/1996), que a formação humana e construção de uma sociedade justa é visionada, fundamentando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DNE). A BNCC ainda possui competências e habilidades que asseguram uma formação cidadã e de exercícios éticos aos/as estudantes (MEC, 2017). Porém o documentado excluiu os termos 'orientação sexual' e 'homofobia' como conteúdos de discussão no ambiente escolar, dando a entender que os cidadãos/cidadãs sejam educados/as para a lógica heteronormativa (CUNHA; SÁ-SILVA, 2018).

Os livros podem expressar e reforçar as práticas homofóbicas, visto que os conteúdos apresentam significados diretos ou não de discriminações e preconceitos. Podemos caracterizá-los como reguladores da homofobia escolar, uma vez que meninos e meninas, por exemplo, são apresentados em distinções e espaços diferentes, usando cores estereotipadas para ambos os sexos; de um/uma homossexual que não aparecem em discussões devido a heterossexualidade ser o ideal; de doenças estigmatizadas não terem uma discussão ampla de cunho cultural, social e político (ALMEIDA; SÁ-SILVA, 2018).

Furlani (2005a) apresenta o livro como o conjunto da obra curricular, configurando-o como artefato cultural. O texto de um livro, de linguagem verbal ou ilustrativo, segundo a autora, potencializa as representações de gênero e sexualidade, enfatiza a heteronormatividade, e como os sujeitos devem viver suas sexualidades, produzindo a 'verdade' social.

Os Estudos Culturais em Educação, numa perspectiva pós-estruturalista, visam repensar novas formas, desconstruir processos e conceitos, construir novas visões, compreendendo e respeitando as diferenças. Inserido no campo interdisciplinar, os mesmos tem contribuído fortemente para análises e questionamentos da Educação na contemporaneidade. Os Estudos Culturais

surgiram na Inglaterra em meados do século XX, no período pós-guerra, convidando a sociedade a pensar nos muros, explicações e afirmações que antes não eram questionados. Trouxeram contribuições para diferentes disciplinas, observando a cultura, a política e a dimensão social, impressa no currículo, nos livros e em diálogos educacionais, proporcionando o entendimento de como o dito normal estrutura e educa socialmente (SÁ-SILVA; SILVA, 2018).

Diante disso, nossa pesquisa teve como objetivo analisar a homossexualidade nos livros paradidáticos de educação sexual de escolas públicas de São Luís - MA. A academia tem realizado, com esforço e dedicação, estudos sobre a temática, afim de tornar a sociedade maranhense informada, inclusiva e anti-homofóbica (ALMEIDA; SÁ-SILVA, 2018). E para enfatizar sua importância, propomos essa reflexão por meio dos estudos culturais pós-estruturalista em educação.

2 DESENVOLVIMENTO

A problematização do objeto estudado foi a partir da perspectiva qualitativa que trabalha com as intensidades dos fenômenos, buscando compreender as dimensões do meio sociocultural, através dos comportamentos, dos símbolos, das crenças, usualidades, valores e práticas, aprimorando-se em formas e parâmetros que garantam cientificidade (MINAYO, 2017).

A pesquisa qualitativa escolhida para nortear os estudos do objeto foi a do tipo documental, que se caracteriza por buscar informações em documentos como, relatórios, revistas, filmes, documentários, fotografias e outros materiais divulgados, que ainda não receberam um olhar crítico cientificamente, ou seja, obtidas de fontes primárias, que apresentam dados num período passado ou recente (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDDANI, 2009). Ainda segundo os autores, as fontes primárias e secundárias referem-se ao manuseio científico, uma vez que

a primeira não recebeu uma análise acadêmica e a segunda já foi investigada e sintetizada (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDDANI, 2009).

Almeida Silva (2018) diz que os Estudos Culturais (EC) surgem para solucionar problemas culturais como, desigualdades de gênero, sexualidade, etnias e classes, a partir de paradigmas teóricos e metodológicos, abrigando as interdisciplinaridades geográficas, origens, formações e investigações. Como exemplo de aplicabilidade dos EC e da pesquisa qualitativa temos o ambiente escolar que, através do trabalho pedagógico, relação professor/a – aluno/a, escola e comunidade, currículos, conteúdos, materiais didáticos e paradidáticos e aprendizagem, impulsionam os questionamentos reflexivos e discursivos (ALMEIDA SILVA, 2018).

De acordo com Batista (2018), os livros paradidáticos participam do cotidiano escolar assim como os livros didáticos. A diferença consiste na forma como estão dispostos, visto que, o didático orienta, propõe atividades e articula em seu corpo textual maneiras pelas quais os/as professores/as e alunos/as possam entender determinados assuntos.

Enquanto que os paradidáticos apresentam os conteúdos numa linguagem mais específica e podem propor atividades de revisão. A escolha de como trabalhar com cada um dos modelos advém do/da professor/a que possui autonomia no ensino-aprendizagem dos/das estudantes para uma formação cidadã.

Os livros catalogados são das seguintes bibliotecas de escolas públicas de São Luís - MA: a) Biblioteca do Centro de Ensino Liceu Maranhense; b) Biblioteca do Centro Integrado do Rio Anil (CINTRA); c) Biblioteca da Escola Modelo Benedito Leite.

A seleção dos livros paradidáticos de Educação Sexual consistiu em apresentar no corpo textual dos materiais a discussão do tema

homossexualidade. Os livros eram escolhidos para, primeiramente, analisar o sumário e assim entendermos como os assuntos foram dispostos, bem como, se apresentavam expressamente ou timidamente algum título sobre a homossexualidade, e aqueles onde não encontrávamos a palavra-chave eram descartados.

A seguir, são apresentados os 8 (oito) livros catalogados que utilizamos para a pesquisa, organizados por escola (Quadro 1):

Quadro 1. Livros paradidáticos de Educação Sexual catalogados em três escolas públicas de São Luís, Maranhão.

ESCOLA	REFERÊNCIA DO LIVRO
Liceu	MAZÍN, Rafael; BRUSCHINI, Cristina. Homossexualidade. *In*: BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em sua casa e na escola. 7. ed. São Paulo: Cortez, v. 13, 2000, p. 75-81.
	SOUSA, Valquíria Alencar de; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (orgs.). Por uma educação escolar não sexista. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p.7-26.
Cintra	PINTO, Ênio Brito. Algumas ideias para aulas de orientação sexual. *In*: PINTO, Ênio Brito (org.). Orientação sexual na escola: a importância da psicopedagogia nessa nova realidade. 1 ed. São Paulo: Editora Gente, 1999, p. 157-171.
	JUNIOR, Álvaro Lorencini. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. *In*: AQUINO, Julio Groppa (coord.). Sexualidade na escola: alternativas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p. 87-95.
Modelo	ABROMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernardes da (coord). Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

	CUNHA, Beatriz Monteiro da. Amor e Sexo: assunto complexo? São Paulo: Evoluir, 2000.
	MCLURKIN, Denise L. Questões sociais desafiadoras na escola: guia prático para professores. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: AMGH, 2015.
	PICAZIO, Cláudio. Diferentes desejos: adolescentes homo, bi e heterossexuais. São Paulo: Summus, 1998.

Finalizado o processo de catalogação dos livros paradidáticos, que resultaram em oito livros, o próximo passo foi para reprodução das cópias impressas e em PDF dos capítulos e livros selecionados nos estudos. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) explicam que as magnificências de informações que podem ser recortadas dos documentos justificam a utilização, nas Ciências Humanas e Sociais, para ampliar as compreensões sobre a contextualização sociocultural, histórica e política.

Com os materiais em mãos, as leituras flutuantes começaram a ser realizadas. Essas indicam, por sua vez, as primeiras impressões que os livros podem emitir, analisando como o texto está disposto, bem como sua relação com as imagens, os resumos e atividades que indicam. Em seguida, a leitura aprofundada foi de cunho exaustiva pois, a partir dela que compreendemos como o/a autor/a, num contexto social, cultural e político, discute a homossexualidade e as intensões para com o público leitor (SÁ-SILVA, ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), que foi a etapa seguinte, abordou a criticidade a partir dos objetivos da pesquisa, superando as dúvidas e riquezas da leitura, usando metodologias em constantes transformações.

Enquanto líamos os textos, marcávamos os parágrafos e algumas palavras que chamavam atenção, essas/esses originaram o que Minayo (2008) chama de processo de categorização, que consiste em alguns passos: a) leitura

aprofundada do material; b) identificação de similaridades e diferenças que as análises apresentam; c) separação e nomeação das categorias. As categorias quando são construídas precisam estar em contato direto com a temática estudada, nesse caso a homossexualidade, em que reunimos as características comuns.

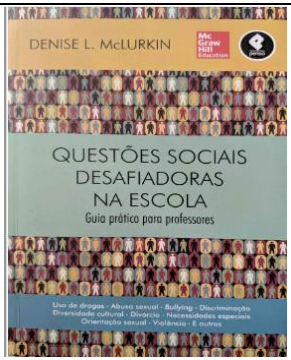
As categorias construídas após as leituras exaustivas foram: *a) Educação para diversidade; b) Educação sexista/ educação homofóbica; c) Homossexualidade na visão sociocultural; d) Homossexualidade na visão psicológica; e) Homossexualidade na visão biomédica; f) Homossexualidade na visão moral; g) Visões sobre homofobia.*

Quanto aos livros de educação sexual, foram construídos quadros-resumos ou quadros de informação que, segundo Sá-Silva (2012), visam sintetizar as informações dos livros para melhor compreensão de quem escreve e para quem escreve, não apresentando trechos do material, mas, os entendimentos que as leituras emitiram de forma subjetiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os livros catalogados e analisados indicam que a escola se preocupa em trabalhar o tema, porque é no ambiente escolar que a prevenção precisa acontecer. Muitos/as estudantes sofrem com apelidos devido ao formato do corpo, por ser calado/a ou muito expressivo/a, e são essas questões que construíram (construirão) um/uma adulto/a que tem medo da sociedade e sofre por ser considerado inferior. De acordo com Sá-Silva (2012), o ambiente escolar, a partir de discursos que reverberam estigmas, preconceitos e agressões, por meio de funcionários e professores/as, podem tornar esse mesmo local como algo indesejável a quem precisa e procura pela educação. Apresentamos o quadro-síntese de um dos livros que fizeram parte das análises da pesquisa (Quadro 2):

Quadro 2... Questões sociais desafiadoras na escola

Livro	Dados Gerais do Livro	Perspectiva da abordagem
	Autora do livro: Denise L. Mclurkin Título do capítulo: Orientação Sexual Ano de publicação: 2015 Tipologia: Educação Sexual	Apresenta uma perspectiva sociocultural.
Características gerais do livro		**Conteúdo sobre a homossexualidade**
Este guia prático prepara profissionais da educação para lidar com temas como discriminação, *bullying*, orientação sexual, uso de drogas, violência e diversidade. Essas e outras questões sociais desafiadoras que fazem parte da realidade do ensino de crianças e jovens no século XXI. A partir de relatos de situações reais vividas por professores, a autora discute questões complexas, trazendo conselhos e sugestões de docentes experientes sobre como trabalhar esses temas em sala de aula. Esta obra é um excelente ponto de partida para refletir sobre questões sociais contemporâneas e aprimorar as práticas de ensino no dia a dia, trazendo o debate para dentro da escola.		O capítulo não traz um conteúdo específico sobre homossexualidade, mas apresenta uma visão sociocultural sobre a categoria. Trazendo uma visão geral sobre homofobia e educação sexista/homofóbica.
Proposições pedagógicas		

As preposições pedagógicas são direcionadas a uma educação para a diversidade por meio das reflexões dos relatos históricos e das questões para debate, permitindo o/a professor/professora trabalharem segundo sua realidade.

Fonte: MCLURKIN, Denise L. **Questões sociais desafiadoras na escola:** guia prático para professores Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: AMGH, 2015.

O autor McLurkin (2015), expressa alguns relatos históricos manifestados por uma professora, em sala de aula do ensino fundamental, frente a discussão de assuntos relacionados à sexualidade, demonstrando a desmitificação que realizou com seus/suas alunos/alunas numa perspectiva de respeito e igualdade. A homossexualidade é apresentada de maneira explícita e direta, em um dos relatos, numa ação de desconstrução pedagógica, tanto para alunos/as quanto para uma mãe, que aparece questionadora numa das histórias. As preposições pedagógicas são direcionadas a uma educação para a diversidade, por meio de reflexões, que as questões pós-relatos impulsionam e através de um tópico especial no final do livro voltado para professores/as sobre orientação sexual.

Os livros que discutem a homossexualidade e temas relacionados, na perspectiva social, cultural, histórica e política são dos/das autores/autoras Picazio (1998); Mazin e Bruschini (2000); Abromovay, Castro e Silva (2004) e McLurkin (2015), trouxeram uma linguagem clara e problematizadora sobre a temática, além das proposições explicitas ou implícitas que facilitam o trabalho docente na sala de aula.

Podemos entender que a linguagem dos livros aqui apresentados, e em outros materiais pedagógicos, expressam intencionalidades no corpo de seu texto, algumas permitindo e descrevendo saberes discutíveis e outras que se limitam em suas exposições. Por isso, é importante que professores/as, pais/mães, alunos/as, funcionários/as da escola compreendam

como os discursos de exclusão estão sendo formados na área escolar, desde aqueles ditos e os não ditos de materiais didáticos ou de pessoas, para não enfatizar relações de poder e estranhar políticas "incontestáveis". As falas podem gerir uma desvalorização social de desejos subjetivos e de identidade dos/das cidadãos/cidadãs (ALMEIDA; BEZERRA, 2018).

3.1 Categorização dos livros paradidáticos de Educação Sexual

Apresentamos a seguir as categorias que tiveram força maior no estudo, desde as suas reflexões até suas organizações e estruturas. A partir delas compreendemos o que os/as autores/as dos materiais analisados queriam dizer sobre a homossexualidade:

A categoria *Educação para diversidade* diz respeito as partes do material que discutem formas de inclusão, igualdade e alteridade, incentivando ou apresentando propostas para se trabalhar a homossexualidade. Vejamos esse trecho:

> A professora e o professor podem fazer muito para mudar a situação de desigualdade na escola a partir da sua prática pedagógica cotidiana, estimulando meninos e meninas a experimentarem as mesmas atividades, a desenvolverem as mesmas habilidades e a compartilharem suas descobertas, superando as diferenças individuais supostamente baseadas no sexo. Através da educação não-sexista de crianças e jovens, a professora e o professor estarão criando um novo modelo de educação e sociedade (SOUSA; CARVALHO, 2003, p.15).

A fala de um/uma educador/educadora dentro de sala de aula impressiona, conforta e mantém os alunos e as alunas no ambiente escolar, ainda mais quando trabalham temas que representam uma sociedade inteira como ela é. Enquanto que o silêncio ou um trabalho superficial podem deixar lacunas nas mentes de quem quer aprender. Uma atividade ao invés de separar grupos de meninas e meninos pode proporcionar uma atividade mista, para que ambos

aprendam as habilidades que um/a colega tem em determinado assunto, que as formas de aprender e colocar em prática são iguais e que se aperfeiçoam com o tempo. A Educação Física como disciplina em suas aulas práticas deve descontruir, por meio de problematizações e questionamentos, os esportes que são considerados de homens e os que são considerados de mulheres, demonstrando que não há diferença, que o esporte é diversidade e que as escolhas de práticas devem ser livres.

Segundo Cunha (2019) a Educação Física deixou marcas em sua vida, pois, ao jogar queimada com suas amigas recebia muitos olhares desviados, silenciados, mas que representavam vários sentidos, entre eles o de que não era um jogo para meninos. O seu impacto foi maior quando a professora o obrigou a jogar futebol - esporte masculino - com os rapazes de sua sala. Não sendo o que queria fazer, preferiu se isolar, e a partir daquele momento a cena além de não sair da sua cabeça, compreendeu os significados do que a educadora quis passar a ele.

Alerta Sá-Silva (2012) que, nas escolas, a utilização dos termos 'qualira' ou 'qualhira', que designam homens afeminados, refletem agressões físicas, verbais e simbólicas. Determinados termos despertam, em quem escuta, uma ofensa a sua integridade, pois, humilha, marginaliza e exclui.

A categoria *Educação sexista/ educação homofóbica* reflete as discussões que visam separar os gêneros e destinar um olhar heteronormativo para as pessoas. As mulheres são criadas para exercerem os serviços de casa, para serem delicadas, manterem uma pose comportada, para usarem roupas com cores de mulher (rosa, roxo), para servirem seus maridos e seus filhos, e aquelas que não seguem essas normas são as que desafiam o sistema. Os homens, por sua vez, que estão nas áreas das Ciências Humanas, como a Pedagogia, que escolhem ser cabelereiros, que cuidam de casa, dos filhos, usam rosa, que ao falar tem um

cuidado e delicadeza, além de desrespeitar o sistema, é tachado, agredido. Essas falas se repetem em todas as instituições, inclusive na escola (ALVES REIS; SILVA DUARTE; SÁ-SILVA, 2019), vejamos:

> As diferenças de sexo e gênero têm favorecido os homens em detrimento das mulheres. Isto porque as relações de gênero são relações de poder: as diferenças construídas entre homens e mulheres transformam-se em hierarquias, justificadas pela maior valorização das qualidades masculinas, que são atribuídas exclusivamente aos homens (SOUSA; CARVALHO, 2003, p. 16).

Um menino, desde pequeno, deve acompanhar seu pai nas peladas de futebol, nas rodas de conversas com seus amigos, acompanhar os olhares para as mulheres que passam na rua ou em uma calçada próxima à região litorânea, em serviços pesados, utilizar roupas 'folgadas' e se arrumar em um tempo curto, sem muitos cuidados. Todas essas práticas vão configurando ao sujeito, num processo formativo, que seus comportamentos precisam ser agressivos, desrespeitosos, rudes, ser ativo, esperto, inteligente e que todos/todas estejam sob seu comando, sem perder um negócio.

Já a mulher que enfrenta o social, que diz não, que assume os negócios da família ou que monta seu próprio negócio, e se torna presidente, é conhecida como a feminista, a chata que não deve ser levada a sério, a que se convence, porém não chegará longe. Não sendo fácil para elas, imagina os que expressam sua sexualidade homossexual? Esses servirão de piadinha por onde passam, sendo considerados de levianos, recebendo os olhares mais revertidos socialmente, não tendo as mesmas oportunidades em algumas áreas, a não ser as que socialmente foram demarcadas para si - cabelereiro, maquiador.

A última categoria, *Visões sobre homofobia*, baseia-se nos discursos que refletem ignorância, desconhecimento, preconceito e agressões por pessoas que não respeitam as/os homossexuais, transexuais, bissexuais:

> [...] A expressão 'veado' com a qual muitas vezes é chamado o homossexual masculino talvez seja uma transformação do termo 'desviado', utilizado neste caso com um sentido moralista, isto é, designando alguém como um 'afastado' do caminho 'certo' (MAZÍN; BRUSCHINI, 2000, p. 75-76).
> Ocorre também que muitas pessoas das que se presume que, por causa de algum detalhe no seu comportamento, 'poderiam ser' homossexuais são objeto de pressão e repressão social (MAZÍN; BRUSCHINI, 2000, p. 77).

As escolhas que as pessoas determinam para sua vida, sendo essas convictas ou que se modificam em alguma etapa, não justificam os ataques com palavras ou outras formas para que siga um estado de "vida ideal", a heterossexualidade. Em muitos locais as narrativas de homofobias são frequentes, havendo aquelas que chamam atenção e outras que silenciam, porém, resultam em repudio e ódio que se propagam, por exemplo. No ambiente escolar as palavras de um/a docente ou a falta de informação sobre o tema, pode gerar uma prática de homofobia.

O que percebemos é que determinados status do/a homossexual, a forma como se apresenta e se veste, pode implicar em sofrimento por homofobia ou não, do ponto de vista de seu convívio social. Um/a homem/mulher homossexual, que tem uma condição financeira elevada, que se veste como a heteronormatividade exige, não passa por situações que outros/as passam. Cunha (2019) afirma que, mesmo que a homossexualidade fosse natural como a heterossexualidade, os princípios partiriam da heterossexualidade, porque, mesmo que a sociedade não pense em interferir no/a homossexual para convertê-los/as em héteros, isso ocorre de uma maneira ou de outra.

Afirma Louro (2000) que, considerar a sexualidade de homens, mulheres, homossexuais, bissexuais, transexuais e não declarados como natural é impedir uma reflexão das dimensões sociais, políticas e culturais que a sexualidade constitui. A sexualidade está além, é de transformação e possui rituais,

linguagens, fantasias, representações, símbolos e que esses processos são frutos da cultura e pluralidade.

Com isso, um planejamento escolar é ideal para se fazer um trabalho de problematização com alunos/alunas sobre as questões da homossexualidade. O planejamento precisa ser reflexivo, processual para atender e inserir discussões necessárias. Ele deve estar voltado para a educação, o ensino, para alunos/as, professor/as, disciplinas, conteúdos e a escola em sua totalidade (PADILHA, 2003).

4 CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou que a homossexualidade é apresentada e tratada, nos livros de Educação Sexual, de diferentes perspectivas, visto que uns/umas autores/as partem da historicidade, da cultura e da política social para uma discussão específica e detalhada, propondo maneiras de trabalhar a temática em sala de aula e de ser inserida no planejamento escolar. Enquanto outros/as não se aprofundam no conteúdo, discutem por meio das experiências, da realidade dos/as alunos/as, de fenômenos evolutivos, a ideia de desconstrução dos papeis de gênero e equidade nas relações e atividades.

Quanto à discussão e problematização de conteúdos relacionados à educação sexual na escola, precisam ser plurais, com ideias voltadas para a coletividade, sem o objetivo de fazer um exercício de psicologia e conotação individualizada. Ou seja, necessita atender a todos/as alunos/as, desmitificando os pensamentos preconceituosos e limitados, partido de mecanismos que respeitem e trabalhem a realidade dos/as alunos/as e do entorno escolar. Para tanto, é importante que os/as ´professores/as deem continuidade à sua formação, para entender dos assuntos vinculados à sexualidade e, para fazerem um discurso de igualdade para os/as alunos/as, independentemente de sua orientação sexual, bem como, terem materiais que explorem as discussões temáticas de maneira

que sane as dúvidas tanto de alunos/as quanto dos próprios professores/as e, enfim, que se crie um ambiente de acolhimento, utilizando metodologias simples, acessíveis e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernardes da (coord). **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ALMEIDA, Anderson Nogueira; BEZERRA, Cícero Wellington Brito. O currículo e o ensino de ciências na contemporaneidade. In: *In*: SÁ-SILVA, Jackson Ronie (Org.). **Ensino de ciências e educação para a diversidade**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos; São Luís: Editora UEMA, 2018, p.20-33.

ALMEIDA, Fernando Vinícius Pereira de; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Discursos sobre a homossexualidade em livros de Sexualidade e Educação Sexual. *In*: SÁ-SILVA, Jackson Ronie (Org.). **Ensino de ciências e educação para a diversidade**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos; São Luís: Editora UEMA, 2018, p. 134-151.

ALMEIDA SILVA, Yuri Jorge. **Corpos que habitam os livros didáticos de Ciências dos anos iniciais**: reflexões a partir dos Estudos Culturais. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

ALVES REIS, Hellen José Daiane. **"O corpo humano é...": discursos sobre o corpo em livros didáticos de ciências do ensino fundamental de escolas municipais de São Luís–MA**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

ALVES REIS, Hellen José Daiane; SILVA DUARTE, Marcos Felipe; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Os temas 'corpo humano', 'gênero' e 'sexualidade' em livros didáticos de ciências do ensino fundamental. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 24, n. 1, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Pollyana. Livros paradidáticos: o que são?. **Estudo prático,** 2018. Disponível em:<https://www.estudopratico.com.br/livros-paradidaticos-o-que-sao/>. Acesso em 10 fev 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. (Versão abril de 2017) Brasília: MEC, 2017. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 10 fev 2021.

CUNHA, Beatriz Monteiro da. **Amor e Sexo**: assunto complexo? São Paulo: Evoluir, 2000.

CUNHA, Daniel Barcelos da; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. A homossexualidade e o Ensino de Ciências. *In*: SÁ-SILVA, Jackson Ronie (Org.). **Ensino de ciências e educação para a diversidade**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos; São Luís: Editora UEMA, 2018, cap. 08, p. 116-133.

CUNHA, Daniel Barcelos da. **"Homossexualidade é..."**: discursos de professores e professoras de Ciências sobre o tema da homossexualidade. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal do Maranhão, 2019.

GOMES, Tamiris; NICOLAU, André. O que mudou após 1 ano da criminalização da LGBTfobia no Brasil? **Catraca Livre**, São Paulo, 13 de jun de 2020. Disponível em:< https://catracalivre.com.br/cidadania/o-que-mudou-apos-1-ano-da-criminalizacao-da-lgbtfobia-no-brasil/> Acesso em 10 fev 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

JUNIOR, Álvaro Lorencini. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. *In*: AQUINO, Julio Groppa (Coord.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p. 87-95.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paula Rennes Marçal. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa**, v. 15, n.1, p.75-84, 2011.

MAZÍN, Rafael; BRUSCHINI, Cristina. Homossexualidade. *In*: BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Sexo e juventude**: como discutir a sexualidade em sua casa e na escola. 7 ed. São Paulo: Cortez, v.13, 2000, p.75-81.

MCLURKIN, Denise L. **Questões sociais desafiadoras na escola:** guia prático para professores. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: AMGH, 2015.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; Mott, Luiz (orgs.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: relatório do Grupo Gay da Bahia. 1 ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

PICAZIO, Cláudio. **Diferentes desejos**: adolescentes homo, bi e heterossexuais. São Paulo: Summus, 1998.

PINTO, Ênio Brito. Algumas ideias para aulas de orientação sexual. *In*: PINTO, Ênio Brito. **Orientação sexual na escola**. 1 ed. São Paulo: Editora Gente, 1997, p. 157-171.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUIDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. "**Homossexuais são...**": revisitando livros de medicina, psicologia e educação a partir da perspectiva queer. Tese (Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Reflexões sobre Educação, Ciência, Diversidade e Ensino de Ciências. In: SÁ-SILVA, Jackson Ronie (Org.). **Ensino de ciências e educação para a diversidade**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos; São Luís: Editora UEMA, 2018, p. 15-19.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; SILVA, Raimundo José Pereira da. Infância, Educação Infantil e Educação Sexual: uma abordagem teórica a partir dos Estudos Culturais em Educação. *In*: SÁ-SILVA, Jackson Ronie (Org.). **Ensino de ciências e educação para a diversidade**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos; São Luís: Editora UEMA, 2018, p. 152-171.

SOUSA, Valquíria Alencar de; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (org.). **Por uma educação escolar não sexista**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p.7-26.

ANÁLISE ACERCA DAS PERFORMANCES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE E ACOLHIMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS PLURAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Clara Elvira Vicente de Souza e Silva

RESUMO

Analisa-se as performances de gênero e sexualidade na formação docente e acolhimento de práticas educacionais plurais no contexto da educação, abordando as definições das performances de gênero e sexualidade, as dificuldades que seus atores (protagonistas) enfrentam, tanto na formação como no campo da educação que irão atuar. A *priori*, busca-se analisar como tal realidade influencia os processos educativos, tanto em relação aos discentes quanto docente. Nessa perspectiva, busca-se aprofundar essas questões, contribuindo com reflexões, levando em consideração que a educação em si é também responsável pela compreensão da sociedade. Essas reflexões se referem a uma educação livre de pensamentos e atitudes preconceituosas, visto que, mesmo a formação docente atravessando por constantes avanços, são morosas as ações competentes e eficazes de movimentar o ambiente escolar para outros pensares. A metodologia que se apresenta o artigo é baseada em pesquisas bibliográficas que resultou na compreensão do tema. O resultado principal do artigo, é a percepção da falha da instituição educacional em inserir diversidades, como as performances de gênero e sexualidade, na sociedade, na mesma proporção que são os sujeitos da heterocisnormatividade.
Palavras-chave: sexualidade; gênero; performances; educação.

ABSTRACT

Analyze itself gender and sexuality performances in teacher training and acceptance of plural educational practices in the context of education, addressing the definitions of gender and sexuality performances, the difficulties that its actors (protagonists) face, both in training and in the field of the education that will act. A priori, it seeks to analyze how this reality influences educational processes, both in relation to students and teachers. In this perspective, we seek to deepen these issues, contributing to reflections, taking into account that education itself is also responsible for understanding society. These reflections refer to an education free of prejudiced thoughts and attitudes, since, even

though teacher training is going through constant advances, competent and effective actions to move the school environment to other thinking are time consuming. The methodology presented in the article is based on bibliographic research that resulted in an understanding of the theme. The main result of the article, is the perception of the failure of the educational institution to insert diversities, such as gender and sexuality performances, in society, in the same proportion that are the subjects of heterocysnormativity.
Keywords: sexuality; gender; performances; education.

1 INTRODUÇÃO

Os termos gêneros e sexualidade atualmente estão em evidência e há várias perspectivas para se conduzir discussões acerca dessas demandas, a linha de discussão apresentada no decorrer desse artigo retratará não apenas esse termo, mas tantos outros sinônimos quantos bastem para elucidar a pesquisa aqui proposta.

Isto posto, o termo sob análise será inserido na formação dos protagonistas como docentes e nos processos educacionais à medida que as práticas pedagógicas relacionam práticas sociais que são exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos.

A discussão sobre gênero e sexualidade será retratada neste artigo, não somente como uma construção social, mas também retratando as suas performances que estão sendo notadas pela sociedade há anos e só agora se tornando evidente e importante.

Gênero existe antes mesmo do nascimento, que, ou se é homem ou se é mulher, ou seja, reduzindo gênero a uma dicotomia, como se fosse apenas o sexo biológico, preferindo colocar como esquecimento aquelas pessoas que se opõem à estas e se põem em risco, pois desobedecem "às normas (explicitas e implícitas) de gênero", como por exemplo os transgêneros, sendo estes diferentes da cisnormatividade.

Em síntese, segundo Butler (2003) a distinção entre sexo e gênero se submete à ideia de que por mais que o sexo pareça decidido em termos biológicos, o gênero é algo culturalmente construído, uma norma predefinida, bem como que, gênero não é resultado causal do sexo, muito menos definido quanto o sexo, abrindo espaço para o ser humano ter interpretações múltiplas de gênero quanto ao sexo, podendo dizer que o gênero não está para cultura como sexo está para a natureza.

Sobre a sexualidade há limites facilmente identificáveis, acerca da heteroafetividade constitui-se limites através do gênero biológico. Neste contexto há um alerta da sociedade quando um menino ou menina gostam de brincadeiras socialmente construídas com base no gênero biológico oposto, são esses comportamentos vistos como estranhos, desta forma passam a ser interpretados como um indicador de uma homossexualidade latente. E lá se ouve a voz: "*isso não é coisa de menino/a*".

O objetivo do artigo é elucidar sobre gênero e sexualidade e suas performances em meio aos processos educacionais. Como essas práticas são vistas e vivenciadas pelos discentes, as possíveis dificuldades que os protagonistas, objetos deste estudo, enfrentam no âmbito educacional e os efeitos dessas dificuldades em suas vidas acadêmicas e o que é e o que pode ser feito para essas dificuldades.

2 DO GÊNERO, DA SEXUALIDADE E SUAS PERFORMANCES

Segundo Louro (1997) a maioria dos discursos sobre gênero, incluem as demandas sobre sexualidade, de alguma forma.

Ainda paira sobre a discussão performática de gênero e sexualidade uma restrição no campo, haja vista o escasso debate acerca do tema, principalmente inserido numa demanda não muito discursada na sociedade, ou seja, que não possui profundidade no campo da discussão acadêmica, e mais na seara

educacional, eis que diante da nova onda conservadorista do país, incluir debate de gênero e sexualidade gere certo alvoroço.

As performances de gênero, são tratadas por Louro apud Butler (2003) que, primeiramente, ao considerar sobre a oposição existente entre sexo e gênero, ressalta que gênero seria a desconstrução de uma equação no qual funcionaria como sentido e cita nessa obra Beauvoir apud Butler (2003), mencionando 'ninguém nasce mulher, torna-se mulher', abrindo uma interpretação de que há uma pressão cultural, claramente imposta pela sociedade e de que o 'ser' que se torna mulher, não é necessariamente fêmea.

E Butler (1990), em síntese, pensa em gênero como performances que pode se dar em qualquer corpo, desconectando a ideia de que cada corpo corresponde a um gênero.

Nessa perspectiva, caso sexo fosse biológico e gênero algo sociocultural, um corpo macho necessariamente não tem de levar a um gênero masculino, podendo ser um gênero feminino ou um gênero que não tenha sido categorizado pela sociedade.

Para Butler (2003, p.24):

> Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de "homens" aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo "mulheres" interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (...), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que

> homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino.

O mesmo autor defende as categorias de sexo, gênero e sexualidade como fabricadas e artificiais e que podem ser desestabilizadas por meio das paródias corporais, como travestis, transgêneros. Assim, por meio dessas, traz diferenças, imitando um corpo masculino ou feminino ao mesmo tempo, essa diferença mostra que podem ser descontruído os pares dicotômicos como, por exemplo, macho-fêmea, homem-mulher e heterossexual e homossexual.

Sobre o termo heterossexismo, Miskolci (2012) considera como sendo a pressuposição de que todos são ou deveriam ser heterossexuais. Um exemplo dessa pressuposição para a manter o heterossexismo são os materiais didáticos que são ilustrados apenas por casais formados por um homem e uma mulher.

E é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros. Para Louro (1997), os sujeitos se identificam social e historicamente como masculinos ou femininos, revelando a sua identidade de gênero.

A identidade de gênero vai muito além que homem e mulher, a experiência humana mostra que um sujeito pode ter outras identidades que refletem várias representações de gênero, como transgêneros, e não se encaixam em categoria padrão, sendo esse padrão uma sociedade branca, hétero e cristã.

Para Weeks apud Britzman (1993), os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, podendo viver os seus desejos e os prazeres corporais de várias formas. Por outro lado, a heteronormatividade até suporta a homossexualidade desde que sujeitos homossexuais sejam discretos, ou seja, que a mulher seja feminina e não masculinizada e que o homem seja viril e não afeminado, assim lecionam Costa (1992) e Miranda (2011).

2.1 Performances de gênero e sexualidade na formação docente

Considerando que em todos os estágios de vida passamos pela área da educação e, em se tratando de uma sociedade de maioria preconceituosa, é valido afirmar que permeia preconceito no ambiente escolar.

Para Freire (2002), a capacidade de agir e refletir é uma das primeiras condições para que sujeitos assumam atitudes comprometidas com a transformação e para ter essa postura e construir um perfil de transformadores. Segundo Giroux (1998), é importante aliar a reflexão acadêmica com a prática pedagógica. Por que não começar desde pequenos na escola? Uma vez que é através da educação que conseguimos mudar pensamentos e futuros.

A educação foi considerada por Durkheim (1983) como algo para além da instituição escola, em síntese, a educação integrando vários espaços seria também um processo de socialização entre gerações e gerações, destarte, a escola é uma das instituições que possui a funcionalidade de socialização de uma geração anterior para a posterior, em relação aos valores sociais para manter e continuar cada sociedade. "Assim, por meio da dinâmica social, da coerção e da coesão, da representação coletiva, a sociedade continuaria a existir evitando a crise de valores e anomia social".

Nessa perspectiva é válido afirmar que a atual representação coletiva não retrata a realidade de boa forma, pois, não há ao menos respeito onde deveria e o que perpassa na realidade de geração para geração é preconceito, e a escola possui responsabilidade sobre isso, pois é ela quem passa os valores sociais para a sociedade.

É difícil e doloroso tentar mudar pensamentos que há muito tempo estão enraizados na sociedade, mas o primeiro passo é tentar. Quando crianças sempre escutamos o que devemos fazer e não fazer, por isso é de extrema importância ensinar nas escolas que o que é fora do padrão da heterocisnormatividade também pode e deve ser aceito.

Os autores Miranda e Oliveira (2016) relatam um caso concreto, onde um visitante – 'homossexual masculino' - da Universidade Federal do Maranhão, campus São Bernardo, se sentiu mais à vontade a usar o banheiro feminino, tal ação resultou em polêmica entre os discentes da faculdade, "acerca dos pares categoriais ficcionais dicotômicos excludentes de sexo (macho-fêmea), gênero (homem-mulher) e sexualidade (heterossexual-homossexual)". Rebelando a clara heteronormatividade que estrutura condensações de sentidos na construção da realidade social.

É valida a reflexão sobre esse assunto, pois, no dia a dia ocorre uma exclusão dos atores desse artigo, uma exclusão para que escondam quem são e como se sentem, para que as singularidades e as performances de gênero e sexualidade sejam reprimidas, se tornando sujeitos que não são, para poder ser aceitos pela sociedade.

Nessa perspectiva, ainda é âmago a estrutura de gênero e heterossexualidade, em relação ao casamento e reprodução humana, como tratam Bento (2006), Louro (1997) e Miranda (2013), que trazem como resultado dessa estrutura a desaprovação de outras expressões de desejos, de corpo e de gênero, reprimindo assim os sujeitos que, de fato, não fazem parte da heterocisnormatividade.

À vista disso, demandas como gênero e sexualidade ainda são poucos debatidas no ambiente escolar.

Entretanto a LDB, lei n.º 9394/96 (Lei De Diretrizes e Bases Da Educação Nacional), empenha-se em ampliar essa temática, buscando-os eleger como temas que deveriam ser abordados, mas não são postos em prática.

Relatam Miranda e Oliveira (2016) que, segundo alguns discentes do Campus, que também são professores das escolas municipais de São Bernardo-MA, eles não aplicam os temas transversais de orientação sexual na escola.

Apesar de terem acesso ao material não sabem como trabalhá-los e como abordá-los, porque não tiveram formação inicial e/ou continuada em relação às temáticas de sexo, gênero e sexualidade.

2.2 As singularidades dos atores e seus efeitos nas práticas educacionais plurais no contexto da educação

Em uma investigação intitulada como Pesquisa nacional, sobre o ambiente educacional no Brasil 2016, traz como resultado alguns dados sobre o processo de violência e exclusão nas escolas. As respostas efetuadas no questionário disponibilizado on-line são retratadas em relatório. Níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas, além de violência física; ao mesmo tempo expõem níveis baixos de respostas nas famílias e nas instituições educacionais, que fazem com que tais ambientes deixem de ser seguros para muitos estudantes LGBTQ+, resultando em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições por vezes hostis.

Quando esse artigo fala em singularidades em relação aos protagonistas, trata sobre como são e como se sentem, se como homem ou mulher. Ou seja, se é um homem que tem em si um sentimento que o diz que, na verdade, ele é ela e vice e versa, ou, se é heterossexual, homossexual ou bissexual, e outras performances, já que, na atualidade há diversas representações.

A pesquisa relata como a sociedade vê os sujeitos desse estudo, trazendo a reflexão de que para não sejam tratados com hostilidade e violência e para que "precisem" viver escondidos, colocando uma máscara em suas singularidades, sobrevivendo preso a heteronormatividade imposta pela sociedade.

Essas violências estão presentes nas escolas e, como não são didaticamente trabalhadas, as performances de gênero e sexualidade "evoluem"

até para as violências físicas. É assim que se constrói e se reitera a hegemonia heterossexual.

A heteronormatividade é conceituada por Warner (1993) como a norma que torna a heterossexualidade como universal e os discursos que descrevem a homossexualidade como situação desviante.

A escola representa um microcosmo da sociedade. Desse modo, o processo de ensino e aprendizagem é permeado pela lógica da heterocisnormativade, não se permitindo qualquer outra identidade plural, a não ser as estruturas hegemônicas e binárias.

Se é homem cis, mulher cis, homem trans ou mulher trans, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. No caso, são essas as singularidades trazidas no presente artigo, além dos efeitos da imposição desses protagonistas na sociedade, à qual ofusca tais pessoas.

Não podemos esquecer que a sexualidade e os papéis de homem e mulher ainda são calcados em crenças pessoais (apropriadas socioculturalmente), na maioria das vezes, formadas pelo preconceito que ainda predomina nos dias de hoje, produzindo pessoas traumatizadas, que muitas vezes carregam dentro de si a sua essência, como forma de defesa, já que ainda são vistas de forma marginalizada, e por isso, não se arriscam a declarar quem são.

E para induzir uma transformação social pode inserir praticas educacionais, formando docentes baseados na compreensão de respeito ao outro, independentemente de sua singularidade e permeada pelo sentimento de agente social, para refletir e promover em o respeito às diversidades, por meio de diálogo construindo na troca de saberes entre professor e aluno, aluno e aluno.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola representa um microcosmo da sociedade. Desse modo, o processo de ensino e aprendizagem é permeado pela lógica da

heterocisnormativade, não se permitindo qualquer outra identidade plural, a não ser as estruturas hegemônicas e binárias.

Contudo, um dos resultados obtidos com tantas pesquisas é a importância de se construir práticas de respeito e cidadania frente às diversidades sexuais e identidades de gênero. Neste contexto é algo que não ocorre de forma rápida, mas, por meio de incisivas reflexões que contribuam para que posicionamentos considerados hegemônicos sejam desestabilizados.

Existindo a escola como um ambiente de construção da cidadania e de diálogos sobre assuntos sociais que estão presentes na vida de todos/as, avalia-se a importância e a necessidade que mais cursos e discursos sobre as identidades/performances de gênero e sexuais, e que sejam realizados no contexto escolar (incluindo todas as áreas da educação e todas as fases da mesma), para que haja com efetividade a inclusão humanizada desses atores, além da premente necessidade de campanhas educacionais, promovidas pelo Estado e também pela sociedade civil, como caminhos seguros de construção de uma sociedade mais igualitária no contexto de gênero e sexualidade.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo objetivou analisar os termos gênero e sexualidade no âmbito educacional e o preconceito que existe sobre os sujeitos que participam das performances desse tema.

Pela análise bibliográfica, levando em consideração o contexto político ultraconservador que temos vivenciado, percebe-se que cada vez mais tenta-se obliterar pautas alusivas a gênero e sexualidade do contexto escolar. A denominada escola sem partido é um exemplo disso.

Com essa narrativa, entendemos que a educação deve ser inclusiva, plural e diversa, visto que, a educação é responsável pela compreensão da sociedade, devendo ser trabalhada a diversidade em forma de ensino para que

possa ser compreendida. A escola não pode permanecer com neutralidade diante da realidade, contemplando os assuntos gênero e sexualidade nas práticas educacionais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Isaura Santiago da; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **Gênero e Sexualidade na Escola.** Salvador. 2018.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BARROS, S. M. **Formação crítica do educador de línguas**: por uma política emancipatória e de transformação social. In: BARROS, S. M.; ASSIS PETERSON, A. A. (Org.). Formação de professores de línguas: desejos e possibilidades. São Carlos: Pedro & João, 2010.

BENTO, Berenice. **Corpos e Próteses**: dos limites discursivos do Dimorfismo. Disponível na internet via: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/B/Berenice_Bento_16.pdf. Disponível em Acesso em 19.02.2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

DUKHEIM, Émile. Educação e Sociedade. São Paulo. Melhoramentos, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIROUX, H. A. **Teachers as intellectuals**: toward a critical pedagogy of learning. Bergin & Garvey Publishers, Inc., 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIRANDA, Marcelo H. G. de. **Magistério masculino**: (re)despertar tardio da docência. 1. ed. Recife: Universitária da UFPE, 2011a.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

WARNER, M. **Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

UMA ANÁLISE DO PODCAST "FALA AÍ NUMAPE!" DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO MARIA DA PENHA/ UEPG

Letícia Boratto Monteiro[1]
Gabriel Biscaia Carneiro da Silva[2]
Alessandra Pagliari[3]
Maria Cristina Rauch Baranoski[4]

RESUMO

A violência contra a mulher enraizada historicamente na sociedade; advindas de disputas de poder e da violência de um gênero sobre o outro. Objetiva-se relatar e analisar como se deu a experiência, em meio ao trabalho remoto, da criação do Podcast "Fala aí NUMAPE!". Atividade organizada pelos extensionistas, sob a supervisão das professoras, do Núcleo Maria da Penha e Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR (NUMAPE/ UEPG), um projeto de extensão envolvendo as áreas de Psicologia, Serviço Social e Direito. O projeto desenvolve diversas ações, cartilhas e eventos educativos acerca da temática da violência contra a mulher, sendo o Podcast, um meio remoto de atingir os mais diversos públicos e cumprir o objetivo de levar informações para a comunidade, e foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. O Podcast permitiu um maior alcance do público nas mídias sociais, e sendo assim, possibilitou que o trabalho remoto levasse assuntos diversos a comunidade, como violência de gênero, empreendedorismo feminino, fisiculturismo, a mulher no direito, indicações de filmes, séries e livros acerca da temática.
Palavras-chave: NUMAPE; podcast; Maria da Penha; violência; doméstica.

ABSTRACT

Violence against women is historically rooted in society, arising from power disputes and violence of one gender over the other. This paper aims to report and analyze how the experience, in the midst of remote work, of creating the Podcast "Fala aí NUMAPE! This activity was organized by the extensionists, under the

[1] Graduanda em Psicologia pela UNICESUMAR. Ponta Grossa. E-mail: le_boratto@hotmail.com
[2] Graduando em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. E-mail: gabrielbcsilva@gmail.com
[3] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. E-mail: aleepagliari@gmail.com
[4] Professora Doutora pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. E-mail: mcrbaranoski@gmail.com

supervision of professors, of Núcleo Maria da Penha (NUMAPE/UEPG), an extension project of the State University of Ponta Grossa/PR, involving the areas of psychology, social work and law. The project develops several actions, booklets and educational events about the issue of violence against women, and the podcast is a remote way to reach the most diverse audiences and meet the goal of bringing information to the community, and was conducted from a bibliographic research and semi-structured interviews. The Podcast allowed a greater reach of the public on social media, and thus enabled the remote work to take several subjects to the community, such as gender violence, female entrepreneurship, bodybuilding, women in law, indications of movies, series and books about the theme.
Keywords: Maria da Penha; podcast. domestic; violence.

1 INTRODUÇÃO

Com o início da pandemia de Covid-19 que a população está vivendo no Brasil e no mundo, a sociedade de uma maneira geral precisou, e, ainda precisa se adaptar às novas exigências sociais. Em detrimento desse fato, o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, também precisou reinventar e adaptar seus serviços às mulheres em situação de violência doméstica.

O NUMAPE se configura como um projeto de extensão da universidade já citada, sendo presente também em outras 7 (sete) universidades do Estado do Paraná. O projeto realiza atendimentos multi e interdisciplinares, sendo composto por professoras e profissionais da área de: Psicologia, Assistência Social, Direito, e seus respectivos extensionistas. Dentre os serviços prestados pode se citar: atendimento integral, gratuito e humanizado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar; orientações e informações; requerimento de Medidas Protetivas; atendimento psicológico individual e em grupo; atendimento social e ações preventivas na comunidade.

Em decorrência da pandemia de Covid-19 e o isolamento social, as ações preventivas/ socioeducativas que até então eram realizadas na comunidade, precisaram ser interrompidas. Algumas dessas práticas tinham como público-

alvo os jovens do meio acadêmico, aos quais eram transmitidas informações sobre gênero. violência doméstica e familiar.

Portanto, o Podcast foi o meio interativo que se escolheu para atingir os jovens. Nele, são abordados assuntos diversos sobre o papel da mulher, as diferenças de gênero e, a violência doméstica e familiar, de maneira clara e sucinta. Hoje ele está disponível em 6 plataformas, dentre elas, o Spotify. Os episódios são produzidos pelos extensionistas do NUMAPE, e postados quinzenalmente, na quinta-feira, com duração de aproximadamente 10 minutos, para que não se torne cansativo e tedioso aos ouvintes.

O objetivo do Podcast "Fala aí NUMAPE!" é transmitir informações atuais, sobre diversos temas que abordam gênero, mulher, violência e contemporaneidade. Também se opta por recomendar filmes, séries e leituras pertinentes aos assuntos comentados.

Ao longo do desenvolvimento do texto, serão apresentados os percursos pelos quais o podcast passa, até os resultados obtidos com a divulgação dele.

A violência contra a mulher é um acontecimento histórico, multifatorial e que perpassa diversos âmbitos sociais. Durante muitos anos ela passou a ser normatizada na esfera familiar, até que houve uma comoção pública frente ao desenvolvimento de políticas, leis e meios para se combater essas violações.

Um dos marcos históricos que tem como função coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher é a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. De acordo com o Art. 2º da referida Lei, toda a mulher desfruta dos direitos fundamentais destinados à pessoa humana, sendo-lhe garantidas as oportunidades para viver sem violência (BRASIL, 2006).

Para combater a violência contra a mulher, a população necessita de meios e planos assistenciais destinados ao pleno atendimento da vítima, além da

realização de medidas preventivas à sociedade. Com isso, o Art. 8º da Lei Maria da Penha, em parágrafo único, inciso V, tem como uma de suas diretrizes:

> A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres. (BRASIL,2006)

Por isso, torna-se um dos papéis fundamentais do NUMAPE, a realização de atividades educacionais, que contribuem para a construção de novos olhares sobre as relações de gênero, e como elas, ao chegarem em um ponto extremo de desigualdade, podem desencadear violações de direitos.

É válido citar algumas das ações que o NUMAPE já realizou com a comunidade, como: panfletagem em Unidades de Saúde e principais bairros da cidade; realização de oficinas sobre Direitos Fundamentais, gênero e violência doméstica, aplicadas à alunos do ensino médio de escolas públicas; redes de conversa; organização de evento sobre relacionamentos abusivos; Podcast; entre outras atividades.

Como consequência do isolamento social e das medidas de segurança impostas pelos órgãos de saúde, não foi possível dar continuidade a algumas dessas ações até então realizadas. Com isso, optou-se por disseminar conteúdos informativos e educativos por meio do Podcast, tendo como público-alvo jovens acadêmicos.

O Podcast se configura como um programa de áudio, que ao contrário do rádio, pode ser ouvido a qualquer momento e por diversas plataformas de streaming. Atualmente o Podcast possui várias funções, como: a divulgação de notícias, debates, programas científicos e até na distribuição de aulas na educação a distância. Além disso,dos episódios, tendo estes, uma duração curta para favorecer a concentração dos ouvintes.

Para a criação do Podcast “Fala aí NUMAPE!" foi utilizado como recurso de gravação, edição e publicação, o aplicativo Anchor. A gravação dos episódios se deu pelo uso do microfone do aparelho celular, através do aplicativo. Para a realização de episódios com convidados entrevistados, utilizou-se o recurso de áudio do aplicativo WhatsApp, e buscou-se utilizar uma linguagem simples e sucinta, para que haja ampla compreensão do tema tratado.

A primeira temporada do Podcast foi lançada no mês de Julho de 2020, com o episódio “O que é o NUMAPE?”, através dele pode-se explanar sobre o papel, os objetivos e as atividades que o projeto desenvolve. A partir do segundo episódio deu-se o início da “Linha do tempo sobre os direitos das mulheres”, a qual perdurou dois episódios, por meio dela, destinou-se apresentar alguns dos marcos sociais pelos quais a figura feminina atravessou.

Em meio a uma notícia desprezível posta na mídia, o projeto decidiu realizar um episódio bônus sobre a “Violência sexual contra a criança e o adolescente, e contra a mulher”. Nesse episódio, houve a participação de uma extensionista do Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ/UEPG), a Tayná Schnepper Barche, para versar a respeito da violência sexual acometida contra crianças e adolescentes, assim como a participação da extensionista do NUMAPE, Alessandra Pagliari, para esclarecer sobre a violência sexual contra as mulheres.

No quarto episódio da primeira temporada, teve como tema “Feminismos”, com a participação da mestranda em Ciências Sociais e Aplicadas, Susana Maria Bartmeyer, a qual abordou as vertentes do feminismo, suas ondas e contribuições nas conquistas dos direitos femininos. Com o intuito de ilustrar alguns elementos apresentados na linha do tempo, realizou-se o quinto episódio sobre a série da Netflix “Coisa mais linda”, além dele foram indicados outros filmes e séries sobre a temática da violência doméstica.

Ainda comentando sobre filmes, fez-se o sexto episódio, denominado "Qual é o limite da traição?", uma análise sobre o filme da Netflix, "O limite da traição". Através dele, abordou-se sobre a síndrome da mulher maltratada e a legítima defesa dentro das relações conjugais.

A segunda temporada do Podcast foi lançada no mês de novembro, com o episódio "Representatividade feminina", por meio dele, explicou-se alguns dados sobre a ocupação feminina em determinadas áreas e cargos.

O intuito da segunda temporada foi apresentar ao público as mulheres de distintos ramos e setores, que atuam de forma significativa em nossa sociedade. O segundo episódio dessa temporada, denominado "Como é ser mulher no Direito?" foi realizado com a Professora Dra Dirceia Moreira, advogada criminalista e docente da UEPG, para compartilhar conosco sobre os desafios encontrados na sua história, os avanços e dificuldades ainda existentes nesse ramo de trabalho.

Com o tema "Mulheres e o mercado de trabalho", fez-se o terceiro episódio. Nele, teve-se como convidada a empresária idealizadora de uma casa colaborativa na cidade de Ponta Grossa- PR, a Tayla Barreto. O episódio abordou questões relativas à mulher no meio do empreendedorismo, a violência contra a mulher e suas diversas formas de expressões.

O último episódio da temporada foi produzido com a atleta fisiculturista, Andreia Tokutake, também da cidade, com o título "Mulheres no fisiculturismo". Através de suas explanações, compreendeu-se como o esporte na categoria feminina é realizado e visto nos dias de hoje, e a discriminação social que há em relação ao corpo.

A criação dos conteúdos abordados em cada temporada e episódios são desenvolvidos pelos extensionistas bolsistas de psicologia, serviço social e direito, com a supervisão das professoras orientadoras do NUMAPE.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES: ALCANCE DO PODCAST

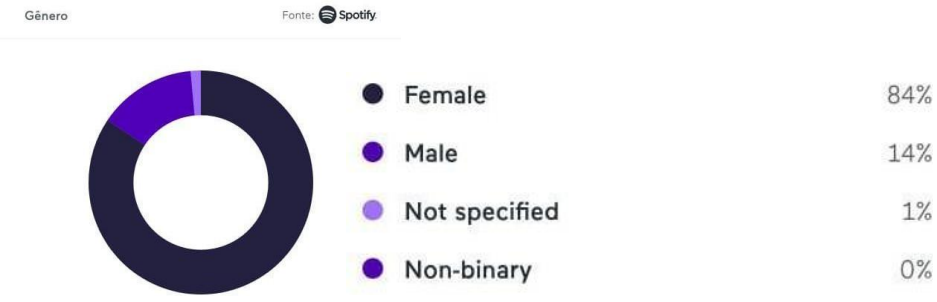
No total, o Podcast "Fala Aí NUMAPE!" consta com 317 reproduções, com uma média de 28 ouvintes por episódio. Até o momento, existem onze episódios divididos em duas temporadas, sobre os mais diversos temas. Todo o material produzido é aprovado pela equipe de professoras supervisoras que compõem o Núcleo Maria da Penha.

O aplicativo Anchor também produz relatórios a respeito do alcance do podcast nas plataformas em que ele está disponível. Segundo o aplicativo, no dia 08 de fevereiro de 22021, 73% dos ouvintes estão localizados no Brasil, 26% nos Estados Unidos e os demais divididos em alguns países da Europa.

Atualmente, a maior plataforma de streaming onde o podcast é acessado é o Spotify, com cerca de 64% dos ouvintes. Os dados demográficos do público ouvinte também são disponibilizados pelo aplicativo, as faixas etárias mais atingidas são aquelas/aqueles entre 28 e 34 anos (17%), em quarto lugar estão aqueles entre 45 e 59 anos (11%) e para finalizar, os que possuem de 35 a 44 anos (7%), as demais faixas etárias não somam mais de 1%.

O gênero dos ouvintes, é obtido conforme o gráfico abaixo.

Grafico 1 Aplicativo Anchor sobre o gênero dos ouvintes



(ANCHOR, 2021)

Importante destacar que o público feminino compõe mais de 80% dos ouvintes do podcast, mostrando o maior interesse desse público nas discussões dos temas abordados no podcast.

Vale ressaltar que, com a construção do Podcast, houve contato com outras instituições e pessoas de áreas diversas, proporcionando um maior alcance do conteúdo produzido. Participantes das áreas de assistência social, empreendedorismo, direito e fisiculturismo contemplam os episódios do projeto.

O primeiro episódio do Podcast, intitulado "O que é o NUMAPE?" foi o mais escutado, justamente por ser novidade nas redes sociais do NUMAPE/UEPG, recebeu mais compartilhamentos no Facebook e no Instagram do projeto, totalizando um total de 63 reproduções. Depois disso, o segundo episódio chamado "Início da linha do tempo sobre os direitos das mulheres" foi reproduzido 41 vezes.

O episódio bônus, sobre a Violência sexual contra a criança e o adolescente, e contra a mulher, foi reproduzido 37 vezes nas plataformas de mídia onde o podcast está disponível. Seu sucessor, o episódio "Linha do Tempo sobre os Direitos das Mulheres" foi menos recepcionado pelo público, totalizando 24 reproduções.

Por sua vez, o episódio 5 que recebeu o título "Sobre a Série: Coisa Mais Linda" foi reproduzido 24 vezes pelo nosso público. Ainda no mundo cinematográfico, o episódio que tratava do filme O Limite da Traição e foi nomeado em sua homenagem, da seguinte forma: "Qual é o Limite da Traição?", foi reproduzido 21 vezes pelos ouvintes do podcast.

reproduzido 14 vezes, o episódio seguinte, a entrevista "Como é ser mulher no Direito?" foi tocado 29 vezes. Já os episódios "Mulheres e o mercado de trabalho – Entrevista com Tatyla Barreto" e "Mulheres no Fisiculturismo – Entrevista com Andreia Tokutake" receberam 18 reproduções cada um.

3 CONCLUSÃO

A partir do exposto, pode-se afirmar que se obteve resultados favoráveis quanto às atividades do NUMAPE/UEPG frente às diversas questões sociais apresentadas no ano de 2020-2021. Como supracitado, o projeto vem desenvolvendo desde 2018, ações de caráter informativo e educacionais, assim, o Podcast "Fala aí NUMAPE" proporcionou que as atividades do núcleo continuassem fazendo uma ponte entre ensino, pesquisa eextensão.

A violência contra a mulher caracteriza-se enquanto um fenômeno complexo, e permeia o cotidiano de inúmeras mulheres inseridas em uma realidade de violação de seus direitos e relações de poder. Destaca-se então, a necessidade dos professores, profissionais e extensionistas se reinventarem, por meio de ações que atinjam todas as camadas sociais, e sendo assim, em oposição aos meios tradicionais, atinjam todas as plataformas de disseminação de conteúdo.

A utilização da plataforma online do Podcast como meio de disseminação de conteúdos e informações, abordadas no projeto de extensão Núcleo Maria da Penha da UEPG, possibilita que as usuárias e o público a quem interessar, possa acessar este conteúdo a qualquer momento. Fato este, que o atendimento pessoal muitas vezes não dava conta, devido a questões da rede intersetorial e o difícil acesso às usuárias.

A criação deste Podcast permite que possíveis pesquisas e estudos sejam realizados, à medida que as temáticas abordadas são diversas e ricas de informações. Conclui-se assim, que esta atividade é de extrema relevância acadêmica e social, onde no cenário atual que o país se encontra, a violência contra a mulher tem uma grande incidência.

REFERÊNCIAS

ANCHOR. Analytics. **Desempenho do Podcast**. Banco de dados fornecido pelo Aplicativo Anchor. Acesso em: 14 fev. 2021.

BARCHE, Tayná Schnepper. Violência sexual contra a criança e o adolescnete, e contra a mulher. [Entrevista cedida a] Alessandra Andri Pagliari e Letícia Boratto Monteiro. Ponta Grossa: Anchor, 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/0q5RYWxp0CUADCxYC8eLhK?si=0bd891102912459d. Acesso em: 15 jul. 2021.

BARRETO, Tatyla Mulheres e o mercado de trabalho. [Entrevista cedida a] Alessandra Andri Pagliari. Ponta Grossa: Anchor, dez. 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/70PeeeOFNKfQu0cULaV4mN?si=872b44632bc04e29. Acesso em: 15 jul. 2021.

BARTMEYER, Maria; MONTEIRO, Leticia Boratto. Feminismos.[Entrevista cedida a] Gabriel Biscaia Carneiro da Silva. Ponta Grossa:Anchor, set. 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/4TC8PWrkNizwCr9JexaUUb?si=15fec60625f34ecb. Acesso em: 15 jul. 2021.

BORATTO, Leticia Monteiro; Evelyne. Sobre a Série Coisa Mais Linda. [Entrevista cedida a] Alessandra Andria Pagliari. Ponta Grossa: Anchor, set. 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/1FhmyX1WxUhbGzIOIqVwbv?si=f6e2ff7313094beb. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 7 ago. 2006.

MONTEIRO, Letícia Boratto. Representatividade Feminina. [Entrevista cedida a] Evelyne. Ponta Grossa: Anchor, nov. 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2JnjhFNejg6Qn1m2LzRIqX?si=e35fac78be90453b. Acesso em: 15 jul. 2021.

MOREIRA , Dirceia. Como é ser mulher no Direito? [Entrevista cedida a] Gabriel Biscaia Carneiro da Silva. Ponta Grossa: Anchor, nov. 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3niyNjFzcSxMiDdeovNSp9?si=195936a910fb4784. Acesso em: 15 jul. 2021.

PAGLIARI, Alessandra Andri. Início do tempo sobre os direitos das mulheres. [Entrevista cedida a] Gabriel Biscaia Carneiro da Silva. Ponta Grossa: Anchor, 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/1FhmyX1WxUhbGzIOIqVwbv?si=f6e2ff7313094beb. Acesso em: 15 jul. 2021.

PAGLIARI, Alessandra Andri. Linha do Tempo sobre o Direito das Mulheres. [Entrevista cedida a] Gabriel Biscaia Carneiro da Silva. Ponta Grossa: Anchor, 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/4qyowwvvXst7haSNYI34aH?si=563bac4262ca4410. Acesso em: 15 jul 2021.

SILVA, Gabriel Biscaia Carneiro da. O que é o NUMAPE?. [Entrevista cedida a] Letícia Boratto Monteiro. Ponta Grossa: Anchor, 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3NfBMC8Ueo8KUNYJqRJ2kL?si=42814f3ec2ff4572. Acesso em: 15 jul. 2021.

SILVA,Gabriel Biscaia Carneiro da; MONTEIRO, Letícia Boratto. Qual é o limite da traição?. [Entrevista cedida a] Alessandra Andria Pagliari. Ponta Grossa: Anchor, out. 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3nMVC2HFjBk2aAU02fGXch?si=5093143021f34599. Acesso em: 15 jul. 2021.

TOKUTAKE, Andreia .Mulheres no fisiculturismo.[Entrevista cedida a] Letícia Boratto Monteiro. Ponta Grossa: Anchor, dez. 2020. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6FTfq5S51z9hFhpSovmbyC?si=df9ea4176e1e4526. Acesso em: 15 jul. 2021.

PRINCESAS DA DISNEY: AVANÇO DO EMPODERAMENTO FEMININO AO LONGO DO TEMPO

Mirella Fernanda Nascimento[1]

RESUMO

A influência da mídia no empoderamento feminino através do protagonismo das princesas da Disney. Verifica-se mudanças significativas nos comportamentos dessas jovens a cada lançamento, percebendo aspectos como, por exemplo, a facultativa presença do príncipe para salvá-la do perigo ou para ser feliz para sempre. As princesas foram se tornando donas de suas próprias histórias e construtoras de suas opiniões, desejos e sonhos. Sendo assim, o ideal de princesa foi se modificando na proporção em que a sociedade desconstruía algumas perspectivas de gênero e avançava nas pautas feministas. A pesquisa visa fazer uma reflexão acerca dos filmes de animação da franquia Princesas Disney, onde foi feita uma análise de cada filme em sua compreensão histórica e social a partir do levantamento bibliográfico dos principais autores na área de gênero, bem como uma comparação entre eles na observação do avanço do empoderamento feminino. Na pesquisa foi utilizado o método qualitativo e descritivo na compreensão e observação dos filmes das princesas da Disney. Discute-se que existem três gerações de princesas e que cada uma retratou um momento do avanço do empoderamento feminino. Conclui-se refletindo quais possíveis impactos essas animações causaram nas meninas de gerações passadas e quais impactos podem causar nas meninas de hoje e do futuro.
Palavras-chave: princesas; Disney; cinema; empoderamento; feminino.

ABSTRACT

The influence of the media on female empowerment through the leading role of Disney princesses. There are significant changes in the behavior of these young women at each release, noticing aspects such as the optional presence of the prince to save her from danger or to be happy forever. The princesses became owners of their own stories and builders of their opinions, desires and dreams. Thus, the ideal of the princess was changing as society deconstructed some

[1] Pós-graduanda em Docência Aplicada a EaD- Faculdade Descomplica, Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional- Faculdade Laboro, Graduada em Psicologia- Universidade Ceuma, Graduanda em Filosofia- Universidade Federal do Maranhão, Graduanda em Pedagogia- Universidade Ceuma, São Luís- MA, e-mail: mirellafernanda@gmail.com.

gender perspectives and advanced on feminist agendas. The research aims to reflect on the animated films of the Princess Disney franchise, where an analysis of each film in its historical and social understanding was made from the bibliographical survey of the main authors in the area of genre, as well as a comparison between them in the observation of the advancement of female empowerment. In the research, the qualitative and descriptive method was used in the understanding and observation of the Disney princesses' films. It is argued that there are three generations of princesses and that each one portrayed a moment in the advancement of female empowerment. It concludes by reflecting on what possible impacts these animations had on girls of past generations and what impacts they can have on girls today and in the future
Keywords: princesses; Disney; movies; female; empowerment.

1 INTRODUÇÃO

A partir de 1937 a empresa de entretenimento Disney iniciou uma ideia bem sucedida de fazer longa metragens baseados nas histórias de princesas que já eram contadas popularmente. Com o tempo algumas dessas histórias passaram a ser autorais, porque o modelo clássico de princesa não comportava mais os valores da sociedade. Dessa forma observou-se que enquanto no mundo real houveram alguns avanços do empoderamento feminino, no mundo das animações também.

Esse estudo visa refletir acerca do avanço do empoderamento feminino ao longo dos lançamentos de longas metragens da franquia Princesas Disney e o impacto que podem causar no público. Justifica-se essa observação desses filmes enquanto linha do tempo para observar como as meninas de várias décadas poderiam ter sido impactadas e influenciadas, à medida que a própria sociedade também foi se modificando. Observar essa linha do tempo é também traçar a infância e crescimento de muitas meninas, bem como compreender projeções para o futuro das gerações.

Assim, questiona-se quais tipos de influências as meninas de cada década foram adquirindo através das histórias de princesas? Buscou-se compreender respostas através da pesquisa bibliográfica a partir de alguns dos principais

autores da área de gênero, dando embasamento para a pesquisa qualitativa e descritiva da observação dos 13 filmes oficiais da franquia Princesas Disney.

A seguir serão abordados temas como: a construção do ser mulher, o ideal de feminilidade e o avanço do empoderamento das princesas da Disney. A partir desses tópicos foi feita uma discussão sobre cada um dos 13 filmes analisados e sobre pontos importantes do empoderamento de cada princesa.

2 A CONSTRUÇÃO DO SER MULHER

Para Scott (1989, 7), a construção do que é ser mulher é algo social, os papéis de gênero e as regras são perpassados por gerações e compõem aquilo que é de mais cultural na sociedade. O gênero seria "uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. ”

Ser mulher é um conceito que perpetua dentro da linguagem e do simbólico que esta representa. Guedes (1995) se utiliza do dicionário Aurélio para explicar o conceito de mulher e faz uma crítica ao principal dicionário da língua portuguesa, pontuando que a mulher em seu significado social só existe para ser meretriz ou reprodutora e que a mesma se distingue do homem pela “dádiva” de dar à luz a outros seres humanos.

Para Butler (2003), esse binarismo da construção homem-mulher constituída socialmente é completamente desconectado tanto analítica quanto politicamente das classes sociais, raças, etnias e outras estruturas de poder. A noção singular de identidade não só perpassa pelo binarismo de gênero, mas vai muito mais além e é importante se atentar a isso ao conceituar o que é ser mulher.

> A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se emancipação (BUTLER, 2003, p. 19).

Assim, para Foucault (2004) existem micro relações de poder que se colocam e se propagam na sociedade, sendo os corpos a melhor maneira dessas relações serem disseminadas. Butler (2003) se apropria do discurso foucaultiano para discutir gênero e explicar que dentro das estruturas jurídicas da linguagem e da política é onde se deve discutir gênero na atualidade e é dentro dessas estruturas de poder que se deve elaborar uma crítica relacionada às categorias de identidade que são naturalizadas.

O discurso de Freud (2010) representa bem essa linha tênue do binarismo de gênero e dessa perspectiva da mulher enquanto objeto de gestação de outros humanos quando ele propõe três saídas principais para a mulher após o Complexo de Édipo: A ausência de interesse sexual, a heterossexualidade em que ela casa e se torna mãe (o que leva a mulher à feminilidade é esse deslocamento do desejo materno para o paterno com a conclusão do Complexo de Édipo), e na terceira opção, a revolta. É um pouco preocupante entender que muitas das mulheres de hoje seriam vistas como revoltadas para o autor.

É importante também que esse ideal de feminilidade proposto por Freud (2010) seja desconstruído e tem sido ao longo do tempo no objetivo de estudo dessa pesquisa, que são as princesas da Disney. A psicanálise tem repensado algumas ideias inseridas na cultura, porque a cultura e a psiqué humana estão sempre em transformação.

2.1 O ideal de feminilidade

Vivenciamos uma sociedade que criou um estereótipo do ideal de feminilidade, que são mulheres, meigas, sensíveis, vaidosas, submissas, prontas para casar e terem filhos. O público-alvo da marca Princesas Disney são crianças, pessoas que estão ainda em formação. As

crianças de gerações mais antigas se influenciavam pelas princesas brancas, magras, altas e delicadas, esse era o ideal de mulher para casar e o ideal de mulher que a sociedade propunha anteriormente (e que por vezes ainda propõe). As crianças já cresciam com essa perspectiva, qualquer coisa que fugisse disso não era considerado feminino (ANDRADE; CUNHA, 2021).

Esse ideal de feminilidade que a figura da princesa trazia anteriormente propunha uma mulher sofredora, que aguardava o príncipe para ser salva do que quer que fosse, era uma mulher sem autonomia, sem liberdade e que estava muito bem encaixada no que a sociedade desejava que a mulher fosse. Várias gerações de meninas cresceram acreditando que a mulher sempre fora o elo mais fraco da corrente e que precisavam de um homem para serem "felizes para sempre" (ANDRADE; CUNHA, 2021).

Nessa perspectiva, Barbosa (2018) ressalta que esse ideal de feminilidade encontrado no imaginário social do que é ser princesa vem em conjunto do ideal de beleza e graciosidade que se espera de uma princesa. Pontua Barbosa (2018, p.23):

> Assim, apresenta-se como hipótese que: no imaginário social, uma legítima princesa é a mulher que nasce dentro de uma família real ou se insere em uma através do matrimônio; é a mulher passiva, de comportamento meigo, amável com quem quer que seja. É delicada, indefesa, de beleza europeia e seu propósito na vida é encontrar um príncipe encantado com quem se casará.

A sociedade foi mudando e com ela o ideal de mulher, de feminilidade e de princesa foi se moldando, embora encontremos resistência conservadora para ainda afirmar perspectivas antigas e engessadas desses conceitos, a seguir é possível observar a evolução das gerações de princesas que a Disney foi construindo ao longo do tempo até os dias de hoje.

2.2 O avanço do empoderamento nas princesas da Disney

Segundo Breder (2013), a marca Princesas Disney foi criada em 2000 no intuito de vender produtos direcionados para meninas, em 2009 se tornou a maior marca do mundo voltada para esse público. Os números por si só já mostram o quanto esses filmes podem trazer influências no crescimento das crianças. Embora a primeira princesa tenha surgido na década de 1930, só décadas depois houve essa sacada mercadológica. Apesar de no século XX a marca não ter existido formalmente, quantas meninas não tiveram uma festa de aniversário de alguma princesa? Quantas meninas não brigavam entre si para disputarem qual princesa eram? Ao longo do tempo as princesas foram tomando espaço na cultura mundial ao mesmo tempo em que a cultura também se transformava e trazia novas ideias de princesas.

Sendo assim, até o atual momento temos 14 princesas a serem analisadas, entretanto Breder (2013) só contabilizou 11, pois ainda não tinham estreado Frozen com Elsa e Anna, assim como a princesa Moana, a mais recente até o presente momento. A autora divide as gerações de princesas em três principais, a partir daí é possível ter uma melhor visão do avanço do empoderamento delas.

Sendo assim, Branca de neve (1937), Cinderela (1950) e Aurora (1959) estão no primeiro grupo chamado de princesas clássicas. Nesse grupo temos princesas passivas, que esperam para serem salvas pelo príncipe, lavam, passam, cozinham, limpam, cuidam do lar. Só se espera beleza, passividade e docilidade. Branca de neve recebe um beijo morta e Aurora recebe um beijo dormindo, a única que tem seu primeiro beijo consentido de fato foi a Cinderela, o que denota essa visão de mulher enquanto objeto, que não precisa de consentimento para ser usada (BREDER, 2013).

Mesmo em meio a tanto conservadorismo entre essas histórias de princesas, vale ressaltar alguns marcos significantes e bastante progressistas no meio das histórias: Branca de neve foi a primeira personagem com protagonismo feminino dos filmes de animação no mundo, talvez seja bastante revolucionário pensar que ela não tão somente foi a primeira protagonista feminina de animação dos cinemas em longa metragens, mas foi a primeira protagonista de forma geral, independente de gênero, em uma animação colorida, um marcador bastante relevante para a história do cinema em animação (BREDER, 2013).

Andrade e Cunha (2021) trazem a reflexão que Branca de neve sentia prazer em atividades domésticas, reflexo da cultura dos anos 1930, mas em Cinderela essa perspectiva muda, nos anos 1950 a mulher já estava inserida no mercado de trabalho, o serviço doméstico não era mais retratado como algo prazeroso, aqui Cinderela sofria limpando a casa para sua madrasta e filhas dela. Aqui a sociedade já não via mais essas atividades como o maior prazer e objetivo de uma mulher.

Na segunda geração, Breder (2013) agrupa as princesas revolucionárias, são aquelas que não são mais passivas, buscam ainda por um príncipe, mas já não é a coisa mais importante de suas vidas, são elas: Ariel (1989), Bela (1991), Jasmine (1992), Pochontas (1995) e Mulan (1998).

Nessa geração já temos garotas fortes e independentes, inteligentes, donas de suas próprias narrativas, não aguardam mais o beijo do príncipe enquanto estão mortas ou dormindo. Aqui temos um salto e tanto, pois culturalmente as mulheres já estavam discutindo pautas mais avançadas, elas já tinham emprego, já estavam mais inseridas nas universidades e em cargos políticos (ANDRADE; CUNHA, 2021).

Ariel é a primeira princesa a se revoltar contra o pai (o rei), é a primeira princesa a demonstrar opinião própria e a primeira princesa a sair por uma

jornada rumo aos seus sonhos. A princípio ela só queria conhecer o mundo dos humanos, depois com chegada do príncipe é que o objetivo mudou. Bela é uma princesa letrada, a primeira a salvar o príncipe, o que é um grande avanço para os contos de fadas. Temos aí uma princesa que estava mais focada em ler livros do que procurar um príncipe, assim como Ariel o príncipe surgiu como objetivo secundário no desenrolar da história (ANDRADE; CUNHA, 2021).

As três princesas seguintes aparecem com o diferencial de serem de outras etnias, trazendo assim a discussão de gênero numa perspectiva não mais eurocêntrica. Jasmine é uma princesa de origem Árabe e a primeira a se casar com um plebeu, é uma mulher sensual, decidida e que mudou as leis para poder casar com quem desejava. Pocahontas é uma princesa indígena, também escolhe alguém diferente que seu pai queria, entretanto não fica com seu par no final, é a primeira a optar por si mesma ao invés de escolher um homem para ter o final feliz. Mulan é chinesa e a primeira princesa a contestar papeis de gênero instaurados pela sociedade. Mulan se veste de homem para ir à guerra, vence e só depois é descoberta como mulher (ANDRADE; CUNHA, 2021).

Para Breder (2013), a terceira geração de princesas é chamada de contemporânea e o grupo é composto por: Tiana (2009), Rapunzel (2010) e Merida (2012). As autoras Andrade e Cunha (2021) inserem ainda Moana como mais uma princesa pertencente a esse grupo. Essa geração é composta pelo fim enfático das princesas tradicionais.

Tiana segue a sequência de princesas de outros padrões estéticos. Princesa negra, nasce plebeia, corre muito atrás de seu sonho de montar seu restaurante, temos aqui a primeira princesa com independência financeira e dona de seu próprio empreendimento, se casa no final com um príncipe, o que lhe dá o título de princesa (ANDRADE; CUNHA, 2021).

Rapunzel não foi salva de sua torre por um príncipe e sim por um plebeu. Ela apresenta fragilidade apenas nos primeiros instantes do filme, pois vai ganhando empoderamento assim que consegue sair da torre. Todos esses anos presa lhe deu tempo para estudar de tudo, inclusive autodefesa, tanto que quando seu par entra na torre para salvá-la, ela o enfrenta e bate nele, se assustou com um invasor. Ao longo de sua aventura os dois têm força equitativa nos desafios (ANDRADE; CUNHA, 2021).

Merida e Moana não têm príncipe, são princesas que não se casam e não possuem envolvimento amoroso com ninguém. Merida luta pelo seu direito de não casar a partir do torneio de arco e flecha, no qual ela vence todos os pretendentes, escolhendo um final feliz solteira. Em Moana nem há drama algum envolvendo algum pretendente, pelo contrário, seu final feliz é sendo a heroína de seu povo. Moana também é um retorno à busca de novas etnias, sendo ela havaiana (ANDRADE; CUNHA, 2021).

Barbosa (2018) acrescenta à lista de princesas contemporâneas Elsa e Anna (2013), irmãs que perderam os pais muito cedo. "Frozen- uma aventura congelante" foi o primeiro filme de princesas a tratar sobre o relacionamento saudável de irmãs, pois anteriormente havia rivalidade feminina na disputa por um casamento. Elsa, a mais velha, não permitiu que Anna se casasse com o primeiro príncipe que viu, afirmando que tinha acabado de conhecê-lo. Nas princesas anteriores, tudo acabava sempre em casamento com o primeiro príncipe desconhecido que aparecia, sendo assim, foi a primeira vez que esse assunto foi discutido de fato, desconstruindo padrões anteriores. Anna acaba finalizando o filme com outro moço, mas um que conhecia bem mais e que sua irmã aprovava. Elsa termina o filme se tornando rainha e solteira, sem contar que é uma princesa que apresenta superpoderes: a habilidade de congelar as coisas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir será abordada a discussão a partir de dados encontrados sobre empoderamento feminino nos filmes analisados. Vale destacar que foram incluídos apenas os filmes enquadrados na marca Princesas Disney, embora existam outras princesas em muitas outras histórias dentro e fora da Disney, o material foi delimitado para que pudesse obter resultados mais específicos e para que a pesquisa não se tornasse muito extensa.

Ao todo foram analisadas 14 princesas em 13 filmes, são eles: A Bela Adormecida, A Bela e a Fera, A Pequena Sereia, A Princesa e o Sapo, Aladdin, Branca de Neve e os Sete Anões, Cinderela, Enrolados, Frozen: uma aventura congelante, Moana: um mar de aventura, Mulan, Pocahontas e Valente. A discussão será abordada nos filmes em ordem cronológica para que se possa observar cronologicamente o avanço do empoderamento feminino em cada princesa.

Branca de neve (1937) foi a primeira protagonista feminina em um longa metragem de animação colorida, algo bastante revolucionário para a década de 1930. Ela retrata o ideal de princesa clássica e conservadora, apresentando muitos pontos problemáticos a serem discutidos. O primeiro ponto é a rivalidade feminina entre ela e sua madrasta, a Rainha Má. Naquela época as mulheres eram rivais, queriam possuir o ideal de beleza, detestavam aquela que fosse "mais bonita", pois quanto mais bonita para os padrões da época, mais fácil de arranjar um bom marido. Não havia apoio entre as mulheres, havia rivalidade e ódio, algo presente na maioria das princesas analisadas.

Em Cinderela (1950) além da problemática da rivalidade feminina entre ela e sua madrasta e suas irmãs igualmente malvadas, havia a questão do trabalho escravo. Cinderela era humilhada e obrigada a trabalhar limpando sozinha aquela mansão enorme. O ponto positivo na história foi encontrar outra mulher que não

foi sua rival: a fada madrinha, mas foi uma mulher que a ajudou a buscar um homem, a colocou nos padrões de beleza necessários para conhecer o príncipe. O avanço existe aqui nessa perspectiva, mas ele é leve.

A ideia de Cinderela ter de voltar para casa antes de meia noite traz consigo a ideia de princesa recatada, que jamais poderia passar a noite fora e sequer tardar a chegar em casa. Boas meninas para casar estavam sempre cedo de volta para casa, entretanto há um certo avanço porque ela consentiu o seu primeiro beijo.

É possível que com toda violência sofrida, ela tenha adquirido problemas psicológicos como uma baixa autoestima, pois mesmo sabendo que o príncipe estava atrás da dona do sapatinho de cristal teve medo e não se achava boa o bastante para se tornar princesa. A insegurança sobre o padrão de beleza assola muitas mulheres até hoje, causando baixa autoestima em muitas delas. Na história Cinderela acordava penteada e arrumada, perspectivas que foram quebradas na geração de princesas contemporâneas que acordavam despenteadas como qualquer pessoa normal.

A Bela Adormecida (1959) retrata a história de Aurora, amaldiçoada desde bebê por Malévola, uma fada que não foi convidada para a festa de apresentação do nascimento de uma nova princesa. O filme avança na perspectiva de muitas falas femininas, em que as personagens que mais aparecem são as fadas que lhe protegem e Malévola, que é a vilã da história. Entretanto a protagonista em questão passa a maior parte de sua própria história dormindo, não faz muitas escolhas, inclusive nem há consentimento em seu primeiro beijo, ela estava dormindo quando aconteceu. Mais um reflexo da sociedade que sempre viu a mulher enquanto objeto. Hoje em dia sabemos que é abuso beijar alguém que não esteja consciente do que acontece, mas na época isso foi passado para crianças.

A Pequena Sereia (1989) retrata a história de Ariel, uma princesa bem mais avançada em termos de empoderamento, mas ainda com muitas problemáticas. Foi a primeira princesa a contrariar seu pai, a sair de casa, adotar suas próprias escolhas e traçar novas aventuras. Contudo, ainda há a rivalidade feminina com a vilã Úrsula que tinha inveja da beleza de Ariel e de sua voz doce. Outro ponto problemático foi o silenciamento da princesa em prol de um homem, quando ela deu sua voz a Úrsula em troca de pernas para ir ao mundo humano conhecer o príncipe, afinal boas meninas para casar não precisam falar muito, só serem belas.

Em A Bela e a Fera (1991), encontra-se a primeira princesa intelectual, incentivando meninas de todo o mundo a ler mais. O grande ponto problemático é a Síndrome de Estocolmo encontrada no relacionamento de Bela com o depois príncipe. Mesmo sendo aprisionada pela aquela terrível fera, ainda foi capaz de se apaixonar e salvá-lo com um beijo de amor verdadeiro. Aqui temos um claro incentivo aos relacionamentos abusivos, em que está tudo bem maltratar e violentar sua pretendente e depois se casar com ela.

O filme Aladdin (1992) retrata a história de um jovem ladrão plebeu bastante engenhoso, temos aqui o primeiro filme de princesas que não carrega em seu nome alguma menção da existência de alguma delas, mas a história é sobre ele e não sobre ela. Na trama encontra-se uma princesa árabe que não aceita nenhum de seus pretendentes. O casal se encontra pela primeira vez quando ela está fugindo de um pretendente que não desejava e ele fugindo de algum furto que cometeu, ela não sabia que ele era um ladrão e ele não sabia que ela era uma princesa. Existe um avanço porque eles se conhecem bem antes de casar, sendo a primeira princesa a não casar de imediato. Jasmine é muito forte e corajosa, luta contra seu pai e os costumes de seu reino, até conseguir mudar a lei e se casar com um plebeu.

Jasmine não possui rivalidade feminina com ninguém, na verdade é a única mulher que aparece com afinco no filme, os demais personagens marcantes são todos homens: o rei, o vilão, o próprio Aladdin, o gênio, etc. A história possui uma única mulher, mas uma mulher capaz de enfrentar todos os homens que aparecem em sua trajetória.

A princesa em questão é muito bonita e sensual, mas o que fez Alladin se apaixonar não foi nada disso, mas o fato de ela ser inteligente e engraçada, conforme a cena em que ele faz o seu primeiro pedido ao gênio, retratando pela primeira vez uma mulher sendo vista para além de sua aparência.

Pocahontas (1995) conta a história da primeira princesa que não acaba casada no final, pelo contrário, ela acabou com a guerra entre a sua tribo e os invasores ingleses e optou por não ir em bora com John Smith, mas optou por ficar em sua tribo cuidando dos seus e assumindo sua responsabilidade de governante.

Mulan (1998) retrata uma jovem chinesa que vê seu pai já idoso sendo obrigado a participar da guerra, pois toda família precisava oferecer um homem para o exército. Sua família só tinha mulheres e seu pai já bem velho, assim Mulan sabia que seria perigoso demais mandar seu pai para lá. Se vestiu de homem e foi para a guerra escondida no lugar de seu pai, mentiu afirmando que era o filho homem daquela família. No decorrer da história acontece algo que se discute muito entre os apreciadores de animações: seria Li Shang um homem bissexual ou até mesmo pansexual? Não sabemos de fato, mas ele se apaixona por Mulan duas vezes, a primeira é quando ele ainda pensa que ela é um homem e depois se apaixona de volta com a descoberta do fato de ela ser mulher. Até então é o primeiro príncipe LGBT ou que pelo menos o público supõe que seja, ainda não há confirmação da Disney.

Mulan ensina a milhares de meninas que elas podem fazer o que quiserem, inclusive “fazer coisas de homem”. Há uma quebra do que seria “coisa

de menina" e coisa de menino", o filme propõe que uma princesa pode inclusive entrar numa guerra, lutar bravamente e salvar seu país de seu inimigo. Uma mulher pode ter força física também.

Já no início do filme, Mulan é apresentada a uma casamenteira para ser avaliada: seria Mulan uma mulher ideal para casar? Sendo os parâmetros da casamenteira, a resposta é não. Mulan se tornou a decepção de sua família por não compor o ideal de feminilidade que se admirava em uma mulher para casar. Mulan volta da guerra vitoriosa à sua família, é aceita novamente por seus feitos extraordinários e por ter um pretendente para se casar. Temos aqui uma princesa por mérito e não por nascença e nem casamento, a Disney lhe deu esse título pelos seus incríveis feitos.

No filme A Princesa e o Sapo (2009), a Disney nos apresenta Tiana, a princesa negra do time. Mas uma discussão pertinente é: Por que a única princesa negra passa a maior parte da história transformada em sapinha e não em seu corpo de mulher negra? O filme traz um empoderamento feminino, mas por hora não há um empoderamento étnico. Por que a única princesa negra é justamente aquela bem pobre e que trabalha muito para vencer na vida? Nenhuma princesa branca precisou disso, já que todas já nasceram com boas condições financeiras. O filme não trabalha a cultura afro e nem traz essa discussão em voga.

O ponto de avanço do empoderamento feminino de Tiana é que ela não precisou do dinheiro que ganhou sendo princesa depois, ela já tinha o seu próprio dinheiro e nem tampouco herdou algo de sua família como as demais princesas, se tornando a única empresária e com independência financeira.

No caso da princesa Rapunzel, houve uma situação peculiar: segundo Breder (2013), o filme de Rapunzel não levou seu nome no título, pois almejava alcançar outros públicos, pois princesas em geral vendiam ingressos apenas para meninas e queria-se chamar atenção dos meninos também. Por um lado, isso soa

positivo, pois deu a chance de os meninos verem que não tem nada demais assistir "coisas para meninas", mas por outro lado é preocupante notar o quanto o público masculino desde tão jovem é ensinado a ser misógino.

Sendo assim, o título do filme de Rapunzel se tornou Enrolados (2010), que pretendia fugir de estereótipos femininos, o que é super bom na cronologia do avanço do empoderamento das princesas. Mas a rivalidade feminina retorna com tudo, com a vilã mãe Gothel, que de forma abusiva mantinha Rapunzel presa na torre para poder continuar usufruindo dos poderes mágicos do cabelo dela. A vilã diminuiu a autoestima da princesa, dizendo que era frágil, incapaz, desastrada, para que ela interiorizasse isso em sua psique e compreendesse que logo seria devorada pelo mundo lá fora se fosse sair.

Quando Flynn entra em sua torre fugindo da guarda real por ter roubado uma coroa, ela acaba defendendo-o em troca de algo que ela desejava tanto: Chegar até o castelo, onde todos os anos eram soltas velas no ar e ela podia ver esse espetáculo lá de longe de sua torre, seu sonho era ir lá descobrir de que se tratava. Temos mais uma princesa que salva o homem em questão e mais um homem ladrão, assim como Jasmine. Talvez a ideia seja de transgressão, de colocar um oposto bem distante do que seria um príncipe encantado tradicional.

O grande ponto de empoderamento foi a força e a coragem de Rapunzel em toda a sua jornada, desde a fuga da torre até a chegada no castelo quando se descobriu princesa. Foi uma jornada que culminou no enfrentamento de mãe Gothel, o que soa numa reviravolta e tanto.

Em Valente (2012), temos a princesa Merida, que desconstrói o ideal de princesa da Disney e o ideal de mulher. Ao longo das gerações meninas foram guiadas pelo padrão de princesa da Disney, onde as personagens eram recatadas e esperavam pelo príncipe encantado que só existe na fantasia. A Disney durante muito tempo influenciou meninas ao longo do mundo a seguirem uma forma que

está apenas no campo do ideal, onde todas queriam ser princesas aos moldes machistas.

O filme inicialmente reforça a ideia de que a mãe deve educar os filhos e como educadora ela repassa todos os ensinamentos que possivelmente também recebeu de sua mãe. A mãe de Merida, Elinor, a ensinou todos os passos para ser uma dama apreciável, a preparou para o casamento e todas as funções de rainha que ela futuramente tomaria. Merida rejeitava cada um desses ensinamentos e sua mãe continuava a perpetuar o machismo sem se dar conta. Fergus, o pai, não se preocupava muito com o comportamento da filha, a deixava livre para fazer suas escolhas. Quando criança a princesa recebeu arco e flechas do pai, enquanto que sua mãe a reprimia, o pai a reforçava, Elinor pontuou: " Um arco Fergus? Ela é uma dama!".

Mas diferentemente das princesas clássicas, Merida lutou no torneio de arco e flexa com inteligência e bravura para se salvar do casamento arranjado e temos pela primeira vez uma história que é sobre duas mulheres que não são rivais. Durante toda a trama Merida corre contra o tempo para salvar a sua mãe que adquiriu um corpo de ursa sem querer. O resultado final foi que a filha conseguiu trazer sua mãe de volta e descontruir as ideias machistas dela. Vivemos uma nova geração em que as filhas já podem desconstruir o machismo de suas famílias e isso é muito positivo.

O filme Frozen: uma aventura congelante (2013) traz pela primeira vez duas princesas irmãs que não são rivais e que protagonizam a trama sem precisar de um príncipe. Elsa é a mais velha, Anna é a mais nova e juntas passam por todas uma trama de amor verdadeiro, beijo e etc., mas se tratando na perspectiva fraternal, isso soa muito inovador e deu muito certo mercadologicamente para a produção do filme, pois as duas consomem uma franquia própria: São consideradas da franquia Princesas Disney, mas elas também têm a franquia

Frozen, ou seja, um filme de princesas ultra empoderador que traz mais influência que as outras princesas nos dias de hoje.

Elsa é uma princesa que é coroada rainha na trama, possui superpoderes e não é cogitado casar. Elsa ensina sua irmã Anna que não pode casar com o primeiro príncipe que vê pela frente, ensina que precisa conhecer um pouco mais a pessoa antes do matrimônio. Em 2013 já temos uma geração de meninas educadas para entender que casamento não é a principal questão na vida de uma mulher. Aqui nossas princesas são mais "normais", acordam despenteadas, etc.

E para fechar a discussão, temos Moana: um mar de aventura (2016). Temos uma princesa de origem havaiana, nada de príncipe, uma garota poderosa, que luta contra a fúria do mar, salva sua tribo e segue feliz para sempre sem nem ser mencionado um cônjuge. O filme aborda uma questão bastante interessante: existe sim amizade entre homem e mulher. As crianças de antigamente eram segregadas entre meninos e meninas, o filme traz essa perspectiva de que os dois universos juntos podem somar muito.

Não há perspectiva romântica entre Moana e Maui, eles são bons amigos que trilham uma aventura juntos. Rapunzel e Anna, por exemplo, se apaixonaram por seus companheiros de aventura, neste caso de Moana isso não aconteceu, reafirmando a ideia de que meninos e meninas podem sim ser amigos.

4 CONCLUSÃO

A sociedade foi mudando da década de 1930 até os dias de hoje, retrato disso pode ser observado ao longo do lançamento de cada princesa da Disney, desde as mais clássicas até as mais contemporâneas. A mulheres foram mudando, a luta feminista foi trazendo novos tons e refletindo na maneira que o cinema retrata as mulheres.

Gerações de meninas podem ter sofrido inúmeras influências a partir do consumo tanto do cinema quanto dos demais produtos que a franquia Princesas

Disney foi trazendo. Observou-se que o principal avanço do empoderamento das princesas Disney se deu na perspectiva do ideal de príncipe sendo desconstruído, a não obrigação de se ter um homem para ser feliz, bem como o poder de escolha sobre suas próprias vidas.

Compreendeu-se que os recortes de gênero estão sendo cada vez mais retratados nessas histórias. Espera-se que os recortes étnicos sejam mais bem retratados no futuro, pois em Tiana não houve nenhuma discussão racial por exemplo, e nas demais princesas que fogem do padrão europeu se tratou apenas de estereótipos, não houve muita desconstrução nesses temas, mas espera-se que logo seja retratado, pois a sociedade vem tratado isso com bastante afinco ultimamente.

Embora a Disney já tenha alguns personagens abertamente LGBTs, aguarda-se ansiosamente por uma princesa que se case com outra princesa. Até o momento a Disney não trouxe nenhuma esperança futura, mas acredita-se na necessidade de ter esse tema abordado cedo ou tarde. A Disney é uma empresa e sabe dos riscos de um passo ousado e nos milhões que pode perder. Espera-se algum dia esse tipo de final feliz, para que meninas não heterossexuais possam se sentir representadas também.

REFERÊNCIAS

BELA Adormecida. Direção: Clyde Geronimi, Les Clark, Eric Larson e Wolfgang Reitherman. Produção: Walt Disney. Walt Disney Productions, 1959. 75 min., color.

A BELA e a Fera. Direção: Gary Trousdale e Kirk Wise. Produção: Don Hahn. Walt Disney Pictures, 1991. 84 min., color.

A PEQUENA sereia. Direção: Ron Clements e John Musker. Produção: John Musker e Howard Ashman. Walt Disney Pictures, 1989. 82 min., color.

A PRINCESA e o sapo. Direção: Ron Clements e John Musker. Produção: Peter Del Vecho e John Lasseter. Walt Disney Pictures, 2009. 97 min, color.

ALADDIN. Direção: Ron Clements e John Musker. Produção: Ron Clements e John Musker. Walt Disney Pictures, 1992. 90 min., color.

ANDRADE, Lays Christine Santos de; CUNHA, Renata Cristina da. Brave e a desconstrução da imagem de princesa da Disney. Macabéa**. Revista Eletrônica do Netlli**, Crato- CE, v.10, n.1, jan./mar., 2021. Disponível em: http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/2759/pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

BARBOSA, Priscila da Silva. **Você é uma princesa e eu espero que aja como uma:** um estudo sobre as transformações das Princesas Disney. 91 f. 2018. Monografia (Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26190/1/2018_PriscilaDaSilvaBarbosa_tcc.pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRANCA de Neve e os Sete Anões. Direção: David Hand, William Cottrell, Wilfred Jackson, Larry Morey, Perce Pearce e Ben Sharpsteen. Produção: Walt Disney. Walt Disney Productions, 1937. 83 min., color.

BREDER, Fernanda Cabanez. **Feminismo e príncipes encantados:** a representação feminina nos filmes de princesa da Disney. 2013.74f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4022/3/FBreder.pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CINDERELA. Direção: Clyde Geronimi, Hamilton Luske e Wilfred Jackson. Produção: Walt Disney. Walt Disney Productions, 1950. 74 min., color.

ENROLADOS. Direção: Nathan Greno e Byron Howard. Produção: Roy Conli; John Lasseter e Glen Keane. Walt Disney Pictures, 2010. 100 min., color.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FREUD, Sigmund. **Sobre a sexualidade feminina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Sigmund Freud Obras Completas, v. 18)

FROZEN: uma aventura congelante. Direção: Chris Buck Jennifer Lee. Produção: Peter Del Vecho. Walt Disney Pictures. 2013. 102 min, color.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. **Gênero, o que é isso**? Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília, v. 15, 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100002>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MOANA**:** um mar de aventura. Direção: Ron Clements e John Musker. Produção: Osnat Shurer. Walt Disney Pictures. 2016. 107 min, cor.

MULAN. Direção: Tony Bancroft e Barry Cook. Produção: Pam Coats. Walt Disney Pictures, 1998. 87 min, color.

John Musker. Produção: Osnat Shurer. Walt Disney Pictures. 2016. 107 min, color.

POCAHONTAS. Direção: Mike Gabriel e Eric Goldberg. Produção: James Pentecost. Walt Disney Pictures, 1995. 81 min, color.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

VALENTE. Direção: Mark Andrews e Brenda Chapman. Produção: Katherine Sarafian. Pixar Animation Studios, 2012. 93 min., color.

INSTAGRAM COMO VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

Crizante Simão Almeida[1]
Marina Rodrigues da Silva Lopes[2]
Isabela Garcias Barreto Silva[3]
Jónata Ferreira de Moura[4]

RESUMO

Relato de experiência do uso do *Instagram* por alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia. Objetiva-se divulgar e comunicar sobre prevenção da violência sexual contra crianças de forma fácil e criativa para toda a comunidade. A proposta foi criada na disciplina Educação, Gênero e Sexualidade ministrada no primeiro semestre de 2020, utilizando o trabalho de Arcari (2018) como referência. O primeiro passo foi a analise leitura e entendimento da obra, depois o planejamento das postagens para o *Instagram* e, por fim, a realização de postagens diárias: *Posts* no *Feed*, *Posts* no *Story* e *Posts* de vídeos e jogos interativos no *Story*. O resultado obtido foram os comentários nas publicações e as estatísticas que o próprio *Instagram* fornece, mostrando que o alcance dos *posts* chegou a mais de 3 mil pessoas. Outro resultado obtido foram os relatos recebidos nos comentários e *directs* de pessoas que se identificaram e compartilharam o conteúdo com mais pessoas, mostrando sua relevância. A conclusão a que chegamos é que as redes sociais, principalmente o *Instagram*, são portas abertas para conteúdos necessários, mas que, no cenário brasileiro, são delicados de serem trabalhados no cotidiano das escolas e dos lares brasileiros.
Palavras-chave: *instagram*; educação; sexual; violência; infantil.

ABSTRACT

[1]Graduando em Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, crizante.simao@discente.ufma.br
[2]Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz. rodrigues.marina@discente.ufma.br
[3]Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz. igb.silva@discente.ufma.br
[4]Doutor em Educação, Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz. jf.moura@ufma.br

This experience report concerns the use of Instagram by pedagogy students at Universidade Federal do Maranhão (Federal University of Maranhão) / Social Sciences, Health and Technology Center to disseminate and communicate content on preventing violence against children for the whole community easily and creatively. The proposal was created in the course Education, Gender and Sexuality during the first semester of 2020, using the book Pipo e Fifi: prevenção da violência sexual na infância, by Caroline Arcari (2018) as a reference. The first step was reading and understanding the book. Then, the planning and posting of material on Instagram: feed posts, and videos and games as stories. As result we had comments on the publications and the statistics given by Instagram, showing that our posts reached more than 3 thousand people. Another result was reports made by people who had identified themselves with the theme and had shared the content with more people, evidencing its relevance. We conclude that social networks, especially Instagram, are open doors to necessary content that in the Brazilian scenario are delicate to be worked on schools and homes everyday lives.
Keywords: instagram; education; sexual; violence; children.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual é um caso recorrente na História e atinge vítimas de todos os níveis sociais, bem como de todos os gêneros e idades. Todavia, a preocupação no sentido de estudá-la, pesquisá-la e conceituá-la é recente, datada no século XIX, (LANDINI, 2011). Atualmente, crimes desse tipo podem ser caracterizados como estupro, violação sexual, assédio sexual, exploração sexual, tráfico para fins sexuais, pornografia infantil, abuso sexual e violência sexual doméstica. Neste texto, trataremos da violência sexual infantil, mais especificamente o combate a este tipo de crime.

Segundo dados noticiado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 18 de maio de 2020, dos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos ao longo de 2019, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018. O levantamento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) permitiu identificar que a violência sexual acontece, em 73% dos casos, na casa da própria vítima ou do suspeito, sendo cometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias.

O suspeito é do sexo masculino em 87% dos registros e de idade adulta, entre 25 e 40 anos, para 62% dos casos. A vítima é adolescente, entre 12 e 17 anos, do sexo feminino em 46% das denúncias recebidas (BRASIL, 2020).

Os dados acima nos revelam a urgência com que a temática prevenção da violência sexual contra crianças deve ser abordada no ambiente escolar. Para isso ser concretizado, há várias alternativas, uma delas seria o uso da literatura infantil, que pode ser veiculada nas redes sociais como o *Instagram*.

Assim, este relato de experiência diz respeito ao uso do *Instagram* por alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, com o intuito de divulgar e informar conteúdo sobre prevenção da violência sexual contra crianças de forma fácil e criativa para toda a comunidade. A proposta foi criada na disciplina Educação, Gênero e Sexualidade ministrada no primeiro semestre de 2020, utilizando a importante obra de Arcari (2018) como referência.

A seguir narraremos as etapas deste projeto e os resultados que obtivemos com o uso do *Instagram*.

2 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

Segundo um relatório do Ministério da Saúde de 2010, a violência sexual contra crianças e adolescentes é concebida como todo e qualquer ato ou jogo sexual com intuito de incitar sexualmente a criança e o adolescente, visando utilizá-lo para obtenção de satisfação sexual, em que os autores da violência estão em estágio de desenvolvimento psicossexual mais adiantado que a criança e o adolescente (BRASIL, 2010).

Esse tipo de violência, afirma o autor:

> [b]aseia-se em relação de poder e pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, voyeurismo, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração. Tais práticas

> eróticas e sexuais são impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, por ameaças ou pela indução de sua vontade (SÃO PAULO, 2007, p. 15).

De acordo com o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 2009), no art. 224, a violência é sempre presumida em menores de 14 anos de idade e deficientes mentais ou quando a pessoa não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.

Tratando especificamente da violência sexual contra crianças, vale ressaltar que a criança é sempre a vítima, não devendo ser atribuído a ela o papel de responsável pela violência sofrida. Tampouco deve-se pensar que uma pessoa pedófila que causa violência sexual contra uma criança não tenha culpa, porque age pelo impulso do transtorno.

> Apesar de termos nos acostumado a chamar todo abusador de crianças de pedófilo, a verdade é que, em geral, e na imensa maioria das vezes, os estupradores de menores de idade não sofrem dessa doença, mas são simplesmente bandidos que escolhem uma vítima mais frágil, geralmente indefesa, que é a mais fácil de seduzir, coagir, chantagear e dominar à força. Imaginar que os que estupram [comentem violência sexual] crianças têm uma doença psíquica seria, inclusive, oferecer um atenuante para o crime bárbaro que essas pessoas cometeram, por uma imposição de poder que, nesses casos, já se materializa pelo simples fato de ser um adulto que pratica uma violência contra uma criança (ARAÚJO, 2020, p. 90).

A violência sexual infantil pode se apresentar na forma de assédio sexual, estupro, exploração sexual, comercial e pornografia, entre outros (BRASIL, 2010). O agressor pode pertencer ao ciclo familiar da criança ou ser externo a ele, ou seja, a violência sexual pode ser intrafamiliar, ou extrafamiliar, ou ainda institucional; esta última ocorre, como afirma Landini (2011, p. 51), "em instituições responsáveis por prover cuidados substitutivos aos da família ou em instituições encarregadas da aplicação de medidas privativas de liberdade."

Landini (2011), Sanches (2019) e outros, afirmam que o maior índice de agressores pertence ao convívio intrafamiliar, demonstrando a natureza doméstica da violência sexual. Isso é muito triste, porque acaba criando nas crianças um sentimento de culpa e um medo grande de falar algo para outras pessoas sobre o que estão fazendo com ela.

Os caminhos utilizados pelos bandidos/agressores até o ato da violação sexual dos copos infantis são inúmeros e, ao contrário do que muitos pensam, o ato de violência sexual infantil nem sempre é cometido de forma ríspida e agressiva. A violência sexual pode acontecer com ou sem a presença de contato físico.

O bandido/agressor pode usar de artifícios para cativar o carinho da criança, fazendo com que, em um primeiro momento, ela se sinta segura e assim ele tenha o acesso facilitado ao seu corpo. Quando a criança percebe que o ato, que parecia ser carinho, passa a machucar, causar incômodo ou parecer ser errado, o bandido/agressor começa a usar o abuso psicológico para manter a criança calada, envergonhada, com medo, fazendo-a sentir-se culpada e responsável pela violação sexual cometida contra ela.

No entendimento de Sanches (2019), muitos são os danos causados em crianças por terem sofrido algum tipo de violência sexual, dentre eles destacamos:

> quadros de depressão, transtornos de ansiedade, transtornos alimentares e dissociativos, enurese, encoprese, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) [...] alterações comportamentais, como conduta hipersexualizada, abuso de substâncias, isolamento social e comportamentos autodestrutivos, alterações cognitivas, como baixa concentração e sensação de culpa e alterações emocionais, relacionadas ao medo, vergonha, tristeza, raiva e irritabilidade.

Diante dessas informações, observamos a urgência com que a temática da prevenção da violência sexual contra crianças deve ser abordada no ambiente escolar. Por meio da literatura infantil, é possível estabelecer um diálogo com a criança tratando dos mais diversos assuntos, inclusive dessa temática. O uso do *Instagram* associado à literatura infantil facilita o diálogo com a criança, seus responsáveis e a comunidade em geral para que tenham acesso a um conteúdo informativo sobre esse tema, como veremos a seguir.

3 AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E SUA MATERIALIZAÇÃO

Toda ideia nasce de um pensamento crítico sobre o mundo, às vezes, imperceptível, mas quase sempre embasado por contextos. O *Instagram* é uma rede social, e as pessoas estão ali para socializar, cumprir o que a rede pede, mas também pode ser um canal de conhecimento, pois a cada segundo alguém direciona um conteúdo para um público que não procura saber apenas sobre alguém, mas busca saber sobre algo, aprender se desenvolver.

Partindo desse pressuposto, os três primeiros autores deste relato de experiência buscaram desenvolver um conteúdo sobre o combate à violência sexual infantil que fosse simples de ser entendido, mas que tivesse embasamento científico, pois esse foi o desafio proposto pelo professor da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade do curso de Pedagogia da UFMA/CCSST, utilizando Arcari (2018) como referência. Mas como desenvolver um projeto para as redes sociais, sem ser *expert*, mas sabendo como alcançar o público que tem necessidade desse conhecimento? A resposta é pesquisa, reunimos para dissecar a obra de Arcari (2018), e em seguida montar um formato que engajasse pessoas e despertasse o interesse até mesmo de quem se percebe conservador para temas dessa natureza, sendo essa a primeira etapa do nosso projeto.

Nessa parte do projeto, encontram-se o tema central a ser abordado (Prevenção da Violência Sexual na Infância), os subtemas, os formatos em que as publicações no *Instagram* seriam feitas (*Stories* com movimento, *Stories* estáticos, *Stories* com jogos usando a ferramenta de enquetes e a ferramenta de testes, Foto estática, Carrossel de fotos e IGTVs).

O público que escolhemos foi diverso, composto por crianças de 6 -10 anos de idade, que receberiam o projeto tanto de forma presencial quanto pela rede social, e adultos de 18 anos ou mais, que seriam alcançados pelas postagens diretas do perfil do *Instagram: @eitacurriculo*.

A segunda etapa do projeto foi o desenvolvimento de uma identidade visual para a conta do *Instagram*, uma conta com logo, cores (laranja e verde) e objetivo (alcançar e entregar conteúdo de caráter acadêmico no *Instagram* de forma fácil e acessível). Como essa rede social é totalmente visual, a forma como o conteúdo é apresentado visualmente determina a entrega e a aceitação do conteúdo para o maior número de pessoas possível.

Como a temática que estávamos usando tinha uma cor, que é a cor laranja, nós unimos a força que a campanha do maio laranja tem e colocamos o laranja ao lado do verde que representa a esperança por um mundo sem violência sexual. Essas cores contrastam bastante e criam uma forte identidade, principalmente por serem cores vibrantes e chamativas, que atraem a atenção de muitas pessoas.

Imagem 1: Perfil do *@eitacurriculo*

Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/eitacurriculo/. Acesso em: 30 set. 2021.

A terceira etapa foi a montagem dos *posts*. Para cada dia, desenvolvemos um tema diferente, os quais foram embasados em Arcari (2018). As postagens foram feitas em horários específicos, avaliados como de maior audiência por meio de dados que o *Instagram* fornece para que cada conteúdo atinja o maior número de pessoas possível. Os horários utilizados foram: 12h00 e 21h00, pois, segundo

as métricas do aplicativo, esses eram os momentos em que o público do *@eitacurriculo* estava *on-line*.

As temáticas das postagens foram: a) Sobre o que vamos falar?; b) Por que é preciso conversar sobre educação sexual?; c) Vamos falar sobre prevenir: Pipo e Fifi; d) Pipo vai ensinar sobre o toque do NÃO; e)Ffji vai ensinar sobre o toque do SIM; e f) Vídeo *Se algo ruim acontecer, para quem contar*? Abaixo destacamos alguns *posts*.

Imagem 2: Vamos falar sobre prevenir: Pipo e Fifi

Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/eitacurriculo/. Acesso em: 30 set. 2021.

A imagem acima representa o dia (22 de novembro de 2020) em que apresentamos o livro para os seguidores e curiosos do *@eitacurriculo*. Nessa postagem no *direct*, expusemos o livro, sua autora e editora; comentamos que ele é uma ferramenta de proteção que explica para as crianças a partir de 4 anos de idade conceitos básicos sobre o corpo, sentimentos, convivência e trocas afetivas; dissemos que a obra é acessível e tem uma versão disponível como livro eletrônico, gratuitamente na *internet* – no *link* informado na biografia do perfil, nosso seguidor é direcionado para uma página onde encontra livros digitais para crianças de várias idades e jogos para toda família. Também explicamos que a

autora, de maneira simples e descomplicada, ensina para crianças e responsáveis pelos menores a diferenciar toques de carinho de toques abusivos, apontando caminhos para o diálogo, a proteção e a ajuda.

Imagem 3: Pipo vai ensinar sobre o toque do NÃO

Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/eitacurriculo/. Acesso em: 30 set. 2021.

Na imagem acima, tratamos dos tipos de toque que não devem ser permitidos, retratamos a postagem no *direct* sobre os tipos de toques abusivos, toques que a autora do livro classifica como sendo toque NÃO, ou seja, aqueles que as crianças não devem permitir que quaisquer pessoas façam com elas. A autora enumera um total de cinco tipos de toque "Não" e alerta as crianças para não deixarem o adulto ou quaisquer pessoas realizarem algum outro tipo de toque que lhe cause desconforto ou incômodo e que, se houver esses tipos de toque, a criança deve falar com um adulto em quem ela confie e de quem não tenha medo.

A partir das temáticas, recebemos as métricas diárias do *Instagram*, dados esses que se dividem em três: público, interações com o conteúdo e atividade da conta. Sobre o público, antes de iniciar o projeto o *@eitacurriculo* tinha 58

seguidores e no dia em que paramos de postar, estávamos com 133 seguidores. As interações com o conteúdo obtiveram mais de 300 curtidas, 80 comentários, 30 salvamentos e uma média de 5 envios para outras pessoas.

Destacamos que a postagem sobre se algo ruim acontecer*: para quem contar* obteve 431 visualizações, 67 envios, 20 salvamentos, 150 curtidas e 52 comentários, entrando em destaque e relevância pelo *Instagram*.

Imagem 4: Se algo ruim acontecer: para quem contar

Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/eitacurriculo/. Acesso em: 30 set. 2021.

Na postagem, a aluna que faz parte do projeto, canta uma música explicando para as crianças que, se quaisquer pessoas fizerem algum toque NÃO, elas devem falar com um adulto em que confiem e de quem não tenham medo. A canção é divertida, com sonoridade apropriada para crianças acima de 4 anos de idade e fácil para ser aprendida (basta ouvi-la duas vezes, que já se aprende a cantá-la). A ideia foi facilitar o diálogo com as crianças e chegar o mais próximo possível delas.

Alguns seguidores fizeram comentários que elencamos abaixo:

Imagem 5: Comentários de dois seguidores

Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/eitacurriculo/. Acesso em: 30 set. 2021.

O leitor pode ter acesso ao vídeo da postagem da Imagem 4 pelo *QR code* abaixo. Basta instalar um aplicativo *leitor de QR Code* no aparelho celular *Android* ou *tablet*, para quem tem celular IOS basta apontar a câmera do aparelho para o *QR code*.

O projeto, além de entregue para o público no *Instagram*, foi apresentado para a turma da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade no semestre de 2020.1.

4 RESULTADOS DA EXPERIENCIA

Desenvolver as atividades do projeto *Prevenção da violência sexual contra crianças* usando a literatura infantil e com mensagens veiculadas no *Instagram* foi um desafio que nos encheu de aprendizagens e coragem para tratar da temática.

Haja vista o número crescente de crianças com acesso ilimitado às redes sociais e com o retrato cruel de que 70% das vítimas de estupro no Brasil são crianças e adolescentes, idealizamos esse projeto com o objetivo de quebrar o tabu do medo de falar sobre isso, pois enquanto esse medo existir, as crianças e os adolescentes poderão continuar sendo abusados e estuprados ainda mais, como mostram as estatísticas.

Os resultados de utilizar novas tecnologias para discutir a violência sexual contra crianças se fizeram sentir de forma gradativa, em cada postagem. Tivemos os comentários nas publicações e as estatísticas que o próprio *Instagram* fornece, mostrando que o alcance dos *posts* chegou a mais de 3 mil pessoas. Outro resultado obtido foram os relatos recebidos nos comentários e *directs* de pessoas que se identificaram e compartilharam o conteúdo com mais pessoas, mostrando sua relevância.

A conclusão a que chegamos é que as redes sociais e principalmente o *Instagram* são portas abertas para conteúdos necessários, mas que, no cenário brasileiro, são delicados de serem trabalhados no cotidiano das escolas e dos lares.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO. Ana Paula. **Abuso**: a cultura do estupro no Brasil. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.

ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi**: prevenção da violência sexual na infância. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**:

orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2010. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/consulta-publica/arquivos/1393133501.pdf>. Acesso em: 20 jan.2021.

BRASIL. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Publicado em 18 maio 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>.

BRASIL. Código Penal Brasileiro. **Lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009** (Dispõe sobre os crimes hediondos). 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção educação e saúde, v. 4)

SANCHES, Leide da Conceição Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 9, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/9654> Acesso em: 3 fev. 2021.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde (CODEPPS). **Caderno de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: SMS, 2007. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/crianca/Adolescente.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS

A Revista Científica da Fundação Sousândrade é destinada à publicação de trabalhos científicos e culturais produzidos por discentes (devidamente orientados por um professor), docentes e pesquisadores da UFMA, UEMA, IFMA e de outras IES, nas diversas áreas de conhecimento.

Aceitam-se trabalhos acadêmicos nas seguintes categorias: Artigo, Resenha e Ensaio. Todos os trabalhos enviados para publicação serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Revista ou a especialistas da área, indicados por esse Conselho. Os trabalhos devem ser inéditos e atender aos critérios abaixo.

1 REGRAS PARA ENVIO DE TRABALHO

1.1 Os artigos devem ser remetidos por meio do link próprio, disponível no site da Revista;

1.2 Junto ao material mencionado no item anterior, os autores deverão preencher um formulário com informações cadastrais, dando aceite ao Termo de Compromisso (anexo), no qual se comprometem com o ineditismo e a autenticidade do trabalho, cedendo, em caso de aprovação, os direitos autorais a ele referentes.

2 REGRAS DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

2.1 O autor do trabalho deve utilizar programa Microsoft Word, versão 2003 ou superior. Os artigos devem conter de 10 a 20 laudas e obedecer à seguinte formatação:

a) Fonte: Times New Roman, tamanho 12;
b) Folha de formato A4, com 3 cm de margens superior e esquerda e 2 cm de margens inferior e direita;
c) Espaçamento de 1,5 pontos entre linhas e 6 pontos entre parágrafos (antes e depois);
d) Páginas numeradas, inclusive a primeira;

e) Parágrafos justificados;
f) Recuo especial de primeira linha de 2cm.

2.2 A primeira página deve conter:

a) Título completo, e subtítulo, se houver, destacado em negrito e fonte corpo 12,

centralizado, espaço simples entre linhas;

Nome do autor, logo abaixo do título (ou do subtítulo, quando este existir), alinhado à direita, acompanhado de titulação e vínculo institucional, especificados em nota de rodapé;

Resumo de 100 a 250 palavras, indicação, logo abaixo, das palavras-chave (no máximo cinco) referenciadas no artigo. As palavras-chave devem ser escolhidas para fins de indexação, de forma que os leitores possam encontrar o artigo através de levantamento bibliográfico.

Resumo seguido de palavras-chave em língua estrangeira: francês, inglês ou espanhol.

2.3 Os autores deverão fazer rigorosa revisão do texto quanto à correção da norma padrão da Língua Portuguesa e à digitação. Seguir as normas da ABNT.

3 REGRAS DE CITAÇÃO E REFERÊNCIAS

3.1 As citações deverão ser feitas pelo sistema autor-data de acordo com a NBR 10520 vigente;

3.2. Locuções em língua estrangeira deverão ser redigidas em itálico;

3.3 Todas as fontes, diretas ou indiretas, utilizadas no corpo do texto deverão ser mencionadas nas referências, de acordo com as normas estabelecidas pela NBR 6023 vigente. Somente as obras efetivamente citadas devem aparecer nas referências.

4 PROCEDIMENTOS EDITORIAIS

4.1 Os trabalhos serão apreciados pelo Conselho Editorial, que julgará se são publicáveis e se estão de acordo com a linha editorial da Revista. O Conselho Editorial poderá sugerir pequenas modificações ou adaptações formais nos textos, visando a agilizar o processo de publicação dos trabalhos;

4.2 Após análise do Conselho Editorial, os trabalhos poderão ser: a) aceitos para publicação; b) aceitos apenas, se reformulados, conforme as indicações dos membros do Conselho Editorial; c) não aceitos para publicação;

4.3 Ficará a cargo do Conselho Editorial a comunicação com os autores ao longo de todo o processo editorial, bem como a tomada de decisão, em caso de situações especiais.

Conselho Editorial

Endereço para envio de trabalhos: fsadu@fsadu.org.br

TERMO DE COMPROMISSO

Atesto, para os devidos fins de direito, que o artigo / resenha / ensaio científico ora apresentado é inédito e de minha autoria, eximindo a Fundação Sousândrade e a Revista Científica e Tecnológica da Fundação Sousândrade e os membros da Comissão Editorial de quaisquer responsabilidades quanto à violação de direitos autorais e quanto ao teor das ideias nele expostas.

Do mesmo modo, autorizo a publicação do trabalho por todos os meios, renunciando ao recebimento de quaisquer eventuais valores decorrentes de direitos autorais.

São Luís/Ma, _____ de _____ de _____

_____

Assinatura do(a) autor(a) do trabalho

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Rua das Juçaras, nº28, Q. 11 - Renascença I
São Luís - Maranhão, CEP: 65075-230 - Caixa Postal 741
Fone: (98) 4009-1000 - Fax: (98) 4009-1003
CNPJ: 07.060.718/0001-12 - Insc. Est.: 12.096.429-5
Site: www.fsadu.org.br - E-mail: fsadu@fsadu.org.br